

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE ARTES  
MESTRADO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ALICE DELLABIANCA BRAMBATI

PATRIMÔNIO TERRITORIAL INTEGRADO E ESPAÇO COTIDIANO: O  
PLANEJAMENTO URBANO INTERATIVO DO CENTRO DE VITÓRIA  
(ES)

VITÓRIA  
2014

ALICE DELLABIANCA BRAMBATI

PATRIMÔNIO TERRITORIAL INTEGRADO E ESPAÇO COTIDIANO: O  
PLANEJAMENTO URBANO INTERATIVO DO CENTRO DE VITÓRIA  
(ES)

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na Área de Patrimônio Cultural.

Orientador: Prof.<sup>o</sup> Dr.<sup>o</sup> Nelson Porto Ribeiro

VITÓRIA  
2014

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

B815p Brambati, Alice Dellabianca, 1985-  
Patrimônio territorial integrado e espaço cotidiano : o  
planejamento urbano interativo do centro de Vitória (ES) / Alice  
Dellabianca Brambati. – 2014.  
159 p. : il.

Orientador: Nelson Pôrto Ribeiro.  
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Patrimônio cultural - Centro (Vitória, ES). 2. Planejamento  
urbano - Centro (Vitória, ES). 3. Centro (Vitória, ES) – História. I.  
Ribeiro, Nelson Pôrto. II. Campos, Martha Machado. III.  
Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. IV.  
Título.

CDU: 72

---

# **PATRIMÔNIO TERRITORIAL INTEGRADO E ESPAÇO COTIDIANO: O PLANEJAMENTO URBANO INTERATIVO DO CENTRO DE VITÓRIA (ES)**

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo na Área de Patrimônio Cultural.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2014.

## **COMISSÃO EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Nelson Pôrto Ribeiro**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**  
**Orientador**

---

**Prof<sup>a</sup>. Dra. Martha Machado Campos**  
**Universidade Federal do Espírito Santo**

---

**Prof. Dr. José Simões de Belmont Pessôa**  
**Universidade Federal Fluminense**

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, pelo Seu cuidado na jornada de construção do meu patrimônio e pelo poder de tornar reais os meus sonhos, se assim o quiser.

Ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo e aos professores do mestrado, em especial ao Prof. Dr. Nelson Pôrto Ribeiro, orientador desta dissertação.

Aos professores Dra. Martha Machado Campos e Dr. José Simões de Belmont Pessôa, pela disponibilidade em participar da banca examinadora e pelas orientações prestadas na qualificação deste mestrado.

À Secretaria de Desenvolvimento da Cidade da Prefeitura Municipal de Vitória, especialmente à servidora Anna Karine, pela disponibilização do material referente ao Planejamento Urbano Interativo.

A Joel, pela amizade sincera e pelas contribuições que me fizeram perceber as reais dimensões do patrimônio.

Aos meus amigos, Átila e Luciana, pela presença sempre leal.

“[...] não atentando nós nas coisas que se veem, mas sim nas que não se veem; porque as que se veem são temporais, enquanto as que se não veem são eternas.”

**Apóstolo Paulo**

**2Co 4:18**

## RESUMO

O conceito de patrimônio territorial e cultural amplia o conceito tradicional de patrimônio, segundo o qual o monumento se restringe a sua materialidade e permanece isolado de seu território. A ambiência e a vivência desse patrimônio ganham importância visto que são essenciais ao seu reconhecimento e a impressão de pertencimento e de identificação por parte de seus usuários. Tais conceitos vão de encontro à mercantilização do patrimônio e ao seu uso puramente turístico, tão comuns na contemporaneidade. Este trabalho traz estudos e discussões referentes ao tema, que auxiliaram na análise da evolução histórica de Vitória, tendo sua origem na região central. Tais abordagens levaram ao entendimento da construção da cidade e dos resultados encontrados na atualidade decorrentes desse desenvolvimento. O conhecimento sobre a temática do patrimônio territorial e cultural e o entendimento histórico do Centro de Vitória tornaram possíveis algumas avaliações referentes aos procedimentos adotados no Planejamento Urbano Interativo do Centro, um programa elaborado pela prefeitura de Vitória em 2006.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Patrimônio Territorial. Centro de Vitória. Planejamento Urbano Interativo.

## **ABSTRACT**

The concept of territorial and cultural heritage extends the traditional concept of heritage, according to which the monument is restricted to its materiality and remains isolated from its territory. The ambience and the experience of this heritage gain importance since they are essential for its recognition and the feeling of belonging and identification by their users. Such concepts go against the commodification of heritage and its purely tourist use, so common nowadays. This paper presents studies and discussions referred to the studied theme, who assisted in the analysis of the historical evolution of Vitória, having its origin in the central region. Such approaches have led to the understanding of the construction of the city and the results arising from this development today. The knowledge on the subject of territorial and cultural heritage and the historical understanding of the Vitória Center made possible some assessments regarding the procedures adopted in Interactive Urban Planning of the Center, a program designed by the city of Vitória in 2006.

**Keywords:** Cultural Heritage. Territorial Heritage. Vitória Center. Interactive Urban Planning.



## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Vitória, final do séc. XIX – Pré-Cidade-Presépio.....	52
Figura 2: Vitória, Centro, década de 1990 – Pós-Cidade-Presépio.....	52
Figura 3: Vila do Espírito Santo e Ilha de Duarte Lemos – séc. XVI .....	53
Figura 4: Planta da cidade de Vitória em 1767.....	53
Figura 5: Silhueta da cidade de Vitória em 1767.....	55
Figura 6: Silhueta da cidade de Vitória em 1805.....	56
Figura 7: Área de aterro do Campinho (Atual Parque Moscoso).....	56
Figura 8: Imagem da cidade de Vitória no Porto dos Padres (1910).....	58
Figura 9: Galpões do porto – bloqueio visual e físico (Início da década de 1920) ....	58
Figura 10: Destaque do Teatro Glória na paisagem.....	58
Figura 11: Vitória durante o governo de Muniz Freire (1895).....	60
Figura 12: Vitória durante o governo de Jerônimo Monteiro (1910) .....	60
Figura 13: Vitória após o Governo de Florentino Avidos (1948).....	60
Figura 14: Mancha urbana de Vitória em 1930 .....	61
Figura 15: Planta da região da Esplanada da Capixaba .....	63
Figura 16: Início do processo de verticalização em Vitória.....	64
Figura 17: Cenário do Centro de Vitória após a consolidação do processo de verticalização.....	65
Figura 18: Zoneamento proposto para a Área Central de Vitória – PDU de 1984.....	67
Figura 19: Capa da Cartilha do Planejamento Urbano Interativo do Centro.....	73
Figura 20: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória .....	75
Figura 21: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Diagnóstico Preliminar .....	76
Figura 22: Exemplar de Mapa Mental aplicado .....	93

Figura 23: Exemplar de Mapa Mental aplicado .....	93
Figura 24: Mapa de sobreposição da restituição cartográfica do Sítio Histórico de Vitória no ano de 1767 (hachura em azul) sobre a restituição do ano de 2000.....	98
Figuras 25 e 26: Igreja do Rosário a partir de diversas visadas, onde percebe-se a obstrução da mesma ao longo do percurso e sua plena visualização apenas em seu entorno imediato, 2006.....	99
Figura 27: Visual da Baía de Vitória no início do século XX, onde pode-se observar, em destaque, a antiga Igreja da Matriz, atual Catedral Metropolitana. ....	100
Figura 28: Visual da Baía de Vitória na década de 90, onde pode-se observar a perda de visual da Catedral Metropolitana. ....	100
Figuras 29 e 30: À esquerda lateral da Igreja São Gonçalo vista do Viaduto Caramuru, no início do século XX e à direita mesmo visual, no ano 2006, onde percebe-se a obstrução de grande parte do imóvel. ....	100
Figuras 31 e 32: À esquerda visual da igreja São Gonçalo a partir da esquina das avenidas Cleto Nunes e República, no início do século XX e à direita, a partir da mesma visada, no ano 2006, observa-se a perda de destaque da edificação. ....	101
Figura 33: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Pesquisa de Opinião Pública.....	103
Figura 34: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Diagnóstico Rápido Participativo .....	106
Figura 35: Mapa divisão de bairros – Reuniões DRP.....	107
Figura 36: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Perfil Atual do Centro .....	113
Figura 37: Mapa Macrossetores de Planejamento .....	123
Figura 38: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Plano Estruturador .....	125
Figura 39: Mapa do Plano Estruturador.....	136
Figura 40: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Diagnóstico Rápido Participativo.....	137
Figura 41: Mapa Mobilidade Urbana .....	138
Figura 42: Proposta de Relocação de Ambulantes .....	139
Figura 43: Imóveis de interesse de preservação da região central .....	140

Figura 44: Corredor Cultural da Avenida Jerônimo Monteiro .....	142
Figura 45: Proposta de Circuito Turístico .....	142
Figura 46: Capas dos Roteiros Históricos Desenvolvidos .....	143
Figura 47: Mapa das Diretrizes Urbanísticas – Macrossetores de Planejamento ...	144
Figura 48: Diretrizes Urbanísticas do Macrossetor 1 .....	145
Figura 49: Mapa de Diretrizes Urbanas – Macrossetor 2.1 .....	147
Figura 50: Diretrizes Urbanísticas – Macrossetor 2.2.....	148
Figura 51: Mapa de Diretrizes Urbanísticas – Macrossetor 3.....	149
Figura 52: Mapa Resumo – Localização das áreas de intervenção prioritária e imóveis de especial interesse.....	150
Figura 53: Projetos realizados e em andamento na época do programa da prefeitura. ....	150

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1: Principais Atividades Realizadas no Centro de Vitória.....	80
Tabela 2: Principais Pontos Positivos do Centro de Vitória.....	81
Tabela 3: Principais Pontos Negativos do Centro de Vitória .....	81
Tabela 4: Principais Problemas do Centro de Vitória .....	82
Tabela 5: Necessidades da Instalação do Shopping Centro .....	82
Tabela 6: Motivos que Levaram a Morar no Centro .....	89
Tabela 7: Imagem em Relação ao Centro.....	90
Tabela 8: Perfil dos Usuários do Centro.....	94
Tabela 9: Comparativo – Diferencial Semântico .....	96

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1: Pontos Positivos – DRP .....	109
Quadro 2: Pontos Negativos – DRP.....	110

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>14</b>
<b>1 CONSERVAÇÃO URBANA E TERRITORIAL INTEGRADA E PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	<b>18</b>
1.1 CONSERVAÇÃO URBANA, PATRIMÔNIO CULTURAL E A RELAÇÃO COM A MEMÓRIA E O PASSADO, A FUNÇÃO DO PRESENTE E A PERSPECTIVA DO FUTURO .....	31
<b>2 CENTRO DE VITÓRIA, SUAS CARACTERÍSTICAS E QUESTÕES RELACIONADAS AO SEU PATRIMÔNIO CULTURAL</b> .....	<b>51</b>
<b>3 O “PLANEJAMENTO URBANO INTERATIVO DO CENTRO DE VITÓRIA”</b> ....	<b>73</b>
3.1 DIAGNÓSTICO PRELIMINAR .....	76
3.1.1 Análise Histórica da Evolução Urbana.....	76
3.1.2 Levantamento e Análise de Indicadores da Economia Urbana do Centro de Vitória.....	79
3.1.3 Levantamento e Análise de Indicadores do Centro de Vitória .....	86
3.1.4 Análise Físico Espacial.....	93
3.1.5 Análise de Infraestrutura Instalada .....	96
3.1.6 Análise da Acessibilidade, Circulação e Transporte Urbano .....	97
3.1.7 Análise de Uso e Ocupação do Solo, Cultura e Lazer .....	97
3.1.8 Análise da Legislação Vigente.....	102
3.2 PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA.....	103
3.3 DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO .....	106
3.4 PERFIL ATUAL DO CENTRO.....	113
3.4.1 Perfil Temático.....	114
3.4.2 Diagnósticos por Macrossetores de Planejamento.....	123
3.5 PLANO ESTRUTURADOR .....	125
3.5.1 Integração Regional.....	126
3.5.2 Acessibilidade, Transporte e Mobilidade .....	126
3.5.3 Infraestrutura .....	127
3.5.4 Relação Porto-Cidade .....	127
3.5.5 Desenvolvimento Econômico.....	128
3.5.6 Uso e Ocupação do Solo.....	129

3.5.7	Espaços Urbanos e Lazer.....	129
3.5.8	Vivência Urbana .....	130
3.5.9	Importância Histórico-Cultural do Centro.....	130
3.5.10	Cultura.....	131
3.5.11	Questão Social .....	132
3.5.12	Educação e Saúde .....	132
3.5.13	Segurança Pública .....	133
3.5.14	Imagem do Centro.....	133
3.5.15	Diretrizes por Macrossetores de Planejamento .....	134
3.5.16	Diretrizes Gerais de Planejamento .....	135
3.6	PLANO DE INTERVENÇÕES URBANAS.....	137
3.6.1	Diretrizes temáticas de projeto .....	138
3.6.2	Diretrizes Urbanísticas para Intervenções – Macrossetores de Planejamento .....	144
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>152</b>

## INTRODUÇÃO

A Conservação Urbana e Territorial Integrada é um tema que resulta na condução ao conceito de Patrimônio Cultural. O monumento, neste cenário, deixa de abranger somente a sua materialidade e se amplia para toda a sua ambiência, isto é, para o território, para a cultura, para as pessoas, para os detalhes externos e internos, para o conjunto, enfim, para seus aspectos tanto tangíveis quanto intangíveis. Tal definição, numa compreensão mais ampla, inclui o território e seus habitantes pois apoia-se num entendimento de que esses elementos são igualmente necessários para a real “existência” do monumento, além dos aspectos materiais que tornam o patrimônio palpável e visível.

Dentro dessa temática, deve-se atentar para algumas questões que se levantam e que devem se tornar frequentes objetos de discussão para que conduzam a ações práticas mais eficazes. Um desses pontos se relaciona às paisagens, que, assim como a cultura e o processo de construção das identidades, não são constantes, mas sim fruto de mudanças geradas tanto pela vida social quanto por aspectos naturais. Saber o que é meritório de preservação não é uma investigação simples e se torna essencial o cuidado para identificar quais grupos sociais ditam o que é ou não marcante na cidade. O papel das leis e planos urbanísticos como reguladores das paisagens do futuro é outro tema que merece atenção, visto que geralmente são poucas as classes sociais que conseguem adequar-se à legislação, o que resulta na informalidade de uma grande parcela da cidade (RIO e NAME, 2013, pp. 3-5).

O Capítulo 1 desta dissertação destina-se ao aprofundamento do tema relacionado ao Patrimônio Cultural / Territorial Integrado, relacionando o patrimônio a aspectos abrangentes que vão além da sua materialidade. De acordo com tais discursos, o patrimônio abarca o território, as pessoas, os eventos sociais cotidianos, isto é, não se compõe apenas pelos seus aspectos materiais, mas também por sua imaterialidade, o que não é tangível. Dentro dessa temática, foi discutida, através da avaliação do quadro teórico, a relação do patrimônio urbano com passado, presente e futuro. Para que as pessoas se identifiquem com o lugar que vivenciam, elas precisam do elo que as liga ao passado e de se desvincularem de informações alienantes através do conhecimento de si para que consigam viver o presente de forma plena e construam um futuro de verdadeira felicidade.

O Centro de Vitória, nas delimitações do plano estudado e no aprofundamento histórico, é caracterizado no Capítulo 2. O conteúdo é a demarcação tanto física quanto cultural/social do que se denomina Centro de Vitória, a partir dos estudos de fatos históricos e do entendimento sobre a evolução e o crescimento da cidade de Vitória, que tem como núcleo original o Centro. A área explorada não abrange somente o bairro Centro, mas toda a região central delimitada pelo programa objeto de estudo deste trabalho, o Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória. Tais análises auxiliam no entendimento da inserção dessa cidade no presente a partir de seu passado e das suas expectativas para o futuro.

O Capítulo 3 consiste numa apresentação do programa da Prefeitura de Vitória denominado “Planejamento Urbano Interativo” com seus detalhes do processo de produção, da apreensão da percepção dos usuários e da construção de diretrizes de planejamento. As análises quanto ao assunto da dissertação, a Conservação Urbana e Territorial Integrada e o Patrimônio Cultural, foram elaboradas ao longo deste capítulo. Os subcapítulos são estruturados segundo as etapas do programa: Diagnóstico Preliminar, Pesquisa de Opinião, Diagnóstico Rápido Participativo, Perfil Atual do Centro dividido em Diagnósticos Temáticos e Macrossetores de Planejamento, Plano Estruturador e Plano de Intervenções Urbanas.

As análises desta dissertação consistem na apreciação do programa da Prefeitura na dimensão da sua construção participativa e do desenvolvimento dos seus processos principalmente na ligação de uma etapa e outra. Os resultados apresentados nos diagnósticos não foram investigados, mas aceitos como verídicos, visto que se constituíam em uma demanda técnica da prefeitura que era avaliada constantemente. Apenas alguns dados evidenciados no material disponibilizado pela prefeitura foram apontados neste trabalho. O meio digital disponibilizado pela prefeitura e utilizado nesta dissertação não possibilitou esse tipo de investigação mais profunda. Seria necessário um levantamento mais minucioso de documentos e um tempo mais extenso do que o disponibilizado. Os resultados e ações sucedidos a partir do Planejamento Urbano Interativo também não são objeto de estudo desta dissertação, a não ser as consequências referentes ao tema da pesquisa ou as de ampla relevância para o local ou de grande visibilidade.

A bibliografia encontrada sobre o Centro de Vitória se refere em sua maioria ao patrimônio histórico presente no local. Algumas obras, como a de Mello (2002), se atém às mudanças na morfologia urbana ocorridas ao longo dos anos. Tal autora usou a iconografia para alcançar esse objetivo. Mendonça *at al* (1996) focaram nas ações de Saturnino de Brito, mas com o mesmo objetivo de prospecção histórica.

Quanto ao patrimônio, Salvalaio (2008) aborda a questão da política de preservação no Centro ao longo do século XX. Os trabalhos de Waldetário (2009) e Almeida *at al* (2002) são propositivas, relacionados mais fortemente a questão do projeto arquitetônico/urbano. A primeira analisa aspectos de sustentabilidade em edificações de habitação popular e a segunda traz algumas questões sobre o papel da arquitetura no trabalho de revitalização do Centro de Vitória.

Esta dissertação traz a temática do Patrimônio Cultural e Territorial Integrado, que possui forte relação com o Centro. O patrimônio será analisado na sua relação com o território e a cultura através de temas como identidade e ligação do mesmo com o passado, suas atribuições no presente e as expectativas em relação a ele para o futuro. O patrimônio territorial não abarca aspectos isolados, mas une as diversas questões inerentes ao patrimônio: não se direciona unicamente à preservação da arquitetura ou ao conhecimento de sua história, mas, além disso, abrange suas relações com a cidade circundante, com seu presente e futuro, além de unicamente ao passado.

O objeto de estudo dessa dissertação, a partir das observações referentes ao tema exposto no parágrafo anterior, é o Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória, um programa realizado pela prefeitura deste município em 2006 cujo objetivo foi analisar as dinâmicas e características do centro histórico de Vitória. Analisar esse programa de acordo com as questões levantadas sobre o patrimônio territorial e/ou patrimônio cultural amplia as possibilidades de discussão sobre a região e sobre a gestão urbana e do patrimônio, além de possibilitar a construção, em trabalhos posteriores, de proposições para futuros programas.

O objetivo geral do trabalho, por sua vez, consiste em examinar, numa perspectiva crítica, o Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória, em suas etapas e resultados, a partir da análise da evolução histórica desse território, de acordo com o



embasamento teórico sobre Conservação Urbana e Territorial Integrada e Patrimônio Cultural e espaço cotidiano. A partir de tal objetivo, é possível desmembrá-lo nos seguintes objetivos específicos:

- Aprofundamento e relação dos temas “Conservação Urbana e Territorial Integrada” e “Patrimônio Cultural”, incluindo a definição de conceitos e a confrontação de teorias;
- Caracterização da região objeto de estudo do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória através de análise da evolução histórica do lugar para que a partir de então seja compreendida a dinâmica urbana no presente. Um olhar histórico auxilia no conhecimento do papel do programa da prefeitura apresentado nesta dissertação.
- A partir do proposto pelo primeiro item, detalhamento das etapas e das metodologias do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória com posicionamento crítico frente às teorias apresentadas.

Toda metodologia e todo processo requer uma retroalimentação. Retornar o olhar para o Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória terá como base a necessidade de discussão acerca do patrimônio integrado e voltado para a vida cotidiana local, pensar formas de preservar o que é realmente simbólico para a vida urbana do Centro, o que deve ser apreciado pelas gerações futuras e não somente protegido como um emblema de um passado “belo” e nostálgico. Uma avaliação posterior poderá indicar novos caminhos e metodologias.

## 1 CONSERVAÇÃO URBANA E TERRITORIAL INTEGRADA E PATRIMÔNIO CULTURAL

O patrimônio se relaciona ao passado como um legado que deve ser vivido no presente e preservado para as gerações futuras. O conceito de “Conservação Urbana e Territorial Integrada”, trazido por Queiroz e Portela (2009, p. 11), insere o patrimônio arquitetônico em um contexto urbano. Segundo esses autores, para se promover a memória e a identidade remetidas através dos núcleos urbanos, é necessário reabilitar (voltar a dar utilidade) e requalificar (voltar a dar qualidade de vida) à cidade, além de restaurá-la de forma integrada, isto é, não evidenciar unicamente a porção material do patrimônio, mas também a vida urbana.

O conceito de patrimônio para esses autores se relaciona ao “legado geracional e uma herança do passado que nos toca a todos, independentemente de estarmos, ou não, conscientes desse legado e da sua importância” (QUEIROZ, PORTELA, 2009, p.11). Mais do que uma conservação, eles defendem que, em muitos casos, é necessário um trabalho de recuperação, tendo em vista o estado dos núcleos urbanos e considerando a relevância deles.

A definição de *Integrated Territorial and Urban Conservation* (ITUC) para Queiroz e Portela (2009, p.11) segue os parâmetros do *International Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM), pelos quais essa conservação é parte de um processo global de planejamento e gestão dos territórios, cuja perspectiva é multirreferencial (econômica, política, social, cultural, ambiental e paisagística). Tal definição procura manter a integridade, a autenticidade e a continuidade de áreas urbanas de valor cultural e enfatiza a conservação dos aspectos físicos e espaciais em articulação com o desenvolvimento da cidade, considerando a transformação dos seus valores culturais. Numa conservação urbana integrada, deve-se buscar promover uma abordagem interdisciplinar, conceber metalinguagens que facilitem a comunicação entre especialistas de diversas áreas e incentivar a participação institucional, operacional e pública, isto é, envolver todos os atores e agentes.

A evolução do conceito de patrimônio, segundo os autores, passou a englobar não apenas as construções ou monumentos arquitetônicos, mas os conjuntos e sítios

históricos, além da paisagem cultural e natural. Assume-se assim um papel imaterial do patrimônio. Numa visão integrada, o patrimônio deve estar inserido num território onde a vida acontece. Além de seus aspectos ecológicos e cênicos, patrimônio territorial deve ser reconhecido como bem de valor econômico, cultural e social (CITTADIN *et al*, 2012).

Não se deve descuidar ainda dos assuntos tratados por Malavski (2012), para quem a cidade é obra das ações humanas, além de condição, meio e produto de (re)produção de vida. Quando o patrimônio é tratado como mercadoria abrigando espaços de comércio, de cultura, de turismo e de lazer, cria segregação sócio espacial na cidade e destitui o principal atributo do patrimônio: um produto social, mediador de uma identidade com o lugar na vida cotidiana para os grupos sociais. Logo, é significativo compreender a cidade por meio de seus agentes, que reproduzem o espaço de acordo com suas necessidades e objetivos. (MALAVSKI, 2012).

O discurso do patrimônio como vestígio ou uma lembrança do passado embasam políticas voltadas para o “salvamento” do patrimônio que se perdem diante da sociedade contemporânea em constantes e rápidas transformações, além de ter uma relação com o futuro cada vez mais incerta. Tais políticas acabam conferindo ao patrimônio um uso voltado ao mercado, entendido somente pela sua materialidade (Jeudy *apud* Malavski, 2012).

Antes ligado às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade, isto é, voltado às lembranças do passado, o patrimônio é, no momento presente, um termo utilizado para apontar um conjunto de bens, materiais ou imateriais, que abrangem a história de um povo de modo a valorizar a memória afetiva e coletiva. A ampliação do conceito de patrimônio, a partir da carta de Veneza (1964), alcança, além das grandes e monumentais criações, as obras mais modestas, mas que carreguem alguma significação cultural (AZEVEDO, 2013, p. 8).

Nas duas décadas subsequentes à de 1960, marcada por abundantes discussões sobre o patrimônio, passa-se a atentar pela proteção dos conjuntos urbanos na esperança de reconhecimento da relação homem e paisagem. A Carta de Restauo (1972) responde a essa transformação através da identificação de atributos a serem

protegidos nos conjuntos urbanos. Os trabalhos do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) viriam a ser influenciados pelas preposições mais significativas dessa carta, tendo por intuito identificar os centros históricos que tenham adquirido valor notável como testemunho histórico, além de preservar o contexto ambiental urbano (BARRETO, 2013, p. 14 e 15).

No Brasil, desde o decreto nº 25 (1937) assinado por Getúlio Vargas que criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, a palavra *bens*, relacionada ao valor econômico, passou a designar genericamente a proteção oficial, ocupando o lugar de outras palavras mais definidoras, como *obra de arte* e *monumento*. A visibilidade não incide mais sobre a arte e a história sobrepõe-se à estética. A história nacional materializa-se a partir daí nos bens tombados, que são os exemplos visíveis e fontes de argumento para um Estado recém-inaugurado (RODRIGUES, 1996, p.196).

A partir da década de 1970, segundo Rodrigues (1996, p.197), o patrimônio veio perdendo o caráter de monumento histórico, ligado ao passado, e vem se colocando no presente numa nova dimensão: a de ser elemento constituinte da qualidade de vida. O posicionamento em defesa dos bens culturais costuma vir de grupos com pouca influência política, mas o entendimento da preservação como um ato de interesse de todos os segmentos sociais vem se ampliando. Essa ampliação leva consigo o aumento das estratégias de preservação “abrindo o patrimônio à inclusão de bens representativos da cultura de todos os segmentos da sociedade” (RODRIGUES, 1996, p.200).

Até o final da década de 1980, as formas de preservação no Brasil representaram o valor histórico e cultural concretizados no espaço construído, representados por monumentos ou objetos de valor histórico e artístico incomum. Cota e Silva (2013) trazem o termo tombamento, “conjunto de procedimentos efetivados pelo Poder Público com o objetivo de assegurar a proteção e a conservação da integridade dos bens materiais, móveis e imóveis, públicos e privados, de interesse cultural” (COTA, SILVA, 2013, p. 4), que foi estabelecido em 1937 como exclusivo instrumento de preservação e, somente em 1970, a partir do Compromisso de Brasília, começam a se fortalecer os Institutos Estaduais de Patrimônio. A descentralização da questão patrimonial, sendo sua responsabilidade transferida aos poderes locais (municípios),

por sua vez, aconteceu mais tarde, cujo marco inicial foi trazido pela Constituição Federal de 1988 (COTA, SILVA, 2013, p. 3 e 4).

Na década de 1980, a influência das cartas patrimoniais, recomendações/orientações referentes a preservação dos sítios com notável valor histórico e cultural, na política brasileira de proteção do patrimônio nacional levou ao entendimento de que, não somente as formas tangíveis deveriam ser objeto de preservação, mas deveriam ser incorporadas em tais políticas a “ambiência e as formas de apropriação dos lugares” (COTA, SILVA, 2013, p. 4), além da extensão da competência de preservação para a União, os estados e os municípios e do crescimento na participação popular. Por meio de instrumentos como o plano diretor, as leis de uso e ocupação do solo e o zoneamento, os planos urbanísticos e a política urbana ganham destaque na contribuição para a temática patrimonial. A partir de então, Cota e Silva (2013, p.4) destacam o conceito de “ambiência”, que corresponde à harmonia na integração entre o bem cultural e o seu entorno.

O conceito de “ambiência” torna-se cada vez mais essencial na abordagem da preservação, visto que paisagem, patrimônio e território estão intimamente relacionados. Para Ostrom *apud* Rio e Name (2013, p. 5), “não há característica intrínseca a qualquer objeto, elemento ou ser vivo que o qualifique como patrimônio em si”. E ambiência não se associa exclusivamente com a proteção de vistas ou volumes olhados a partir de determinados ângulos, mas do conjunto vizinho como um todo. Essa questão deve ser observada, portanto, para que a apropriação e a proteção do bem não aconteçam a partir de pontos de vista privilegiados dentro da cidade, de acordo com o interesse de determinadas camadas sociais. A cidade passa a ser compreendida como um processo, em constante transformação e, pela transmissão de valores impetrados nela, passa a ser evidenciada como patrimônio cultural (SILVA *apud* COTA, SILVA, 2013, p. 5). Esse tema conduz ao debate sobre a função da legislação urbanística e a sua real eficiência na proteção do patrimônio, visto que, muitas vezes, se engessa em seus processos de desenvolvimento, além de não garantir muitas vezes sua efetiva obediência.

A ampliação da abrangência do campo do patrimônio é ainda assunto da obra de Castriota (2009, p.11). O que ele chama de "inflação patrimonial" é o fato de o patrimônio ter deixado de ser símbolo local para passar a patrimônio da

humanidade. Esse fato decorre, paradoxalmente, do avanço da globalização e sua uniformização do mundo, que, ao mesmo tempo ameaça as diferenças e a tradição regionais.

No Brasil, a expansão do discurso sobre o patrimônio como "monumento histórico artístico" passando para o conceito de "conjunto dos bens culturais" (materiais e imateriais) pode ser notada na Constituição de 1988, na qual o patrimônio nacional abarca "não apenas os monumentos já consagrados, mas diversas paisagens, tradições, expressões de artes, saberes populares e documentos." (CASTRIOTA, 2009, p. 12).

Além da expansão do conceito, o autor afirma que o patrimônio passa a dialogar com múltiplas disciplinas. No final do século XX, surge o termo "patrimônio ambiental urbano", definição recente que aproxima três campos do conhecimento: a "preservação do patrimônio", o "planejamento do território" e a "preservação ambiental", disciplinas essas que pouco se comunicavam. A significância dessa expansão e evolução do conceito é destacada por Gonzales-Varas *apud* Castriota:

A extensão da tutela e proteção do 'monumento', como objeto individual e singular, até os 'centros históricos' e, daí, até o 'território' culturalmente significativo, é, com efeito, uma das facetas mais sugestivas do pensamento internacional sobre os bens culturais. (GONZALES-VARAS *apud* CASTRIOTA, 2009, p.13)

Rio e Name (2013, p. 2) também apontam para o fato de que o objeto de proteção deva ser a natureza socialmente construída (território) e não a natureza de forma isolada. Para eles, a preservação de um território depende das intenções dos agentes pensando em seu valor de mercado. Muitas vezes, quem define o que deve ser preservado é um grupo que detém o saber e/ou o poder. Os autores lembram que as paisagens não são estáveis e suas modificações acontecem devido aos diversos interesses e, na maioria das vezes, tais interesses não condizem com todas as classes sociais. Os planos urbanísticos como reguladores das paisagens do futuro são questionados por Rio e Name (2013, pp. 3-5). Eles alertam que são poucos os grupos que conseguem adequar-se às legislações, o que acarreta na ilegalidade e na informalidade da maior parte da população.

O processo de "mercantilização" do patrimônio, que segundo Choay (2006, p. 224), começou no século XIX, o transforma em objeto isolado na paisagem percebido

apenas por seus aspectos materiais. Valorizar o patrimônio exclusivamente por seus aspectos materiais, como valores estéticos e artísticos, é menosprezar valores simbólicos e culturais. Monnet (1992) chega a radicalizar e defender o “fim” do Patrimônio por considerar que ele se tornou o álibi para uma suposta crise da cidade moderna. Para ele, sempre houve uma busca pela idade do ouro, uma época que se era mais feliz, em que se respeitava a natureza, não se subjugava a tradição à modernidade, as edificações eram mais duráveis, o espaço público favorecia a vida social, as classes eram harmonicamente misturadas; o que para ele na verdade não se pode comprovar. O papel do patrimônio, segundo o autor, acaba sendo a encarnação dessa ilusão e assim tende a “despolitizar” as políticas urbanas, visto que as cidades estão fadadas à catástrofe. Entramos num paradoxo no qual a ideia de proteção favorece a irresponsabilidade dos atores diante da crise urbana cujos problemas não teriam solução.

Talvez falar do fim do patrimônio como Monnet (1992) fez seja uma postura radical, mas é considerável perceber e anunciar a real função do patrimônio, que deve se voltar não apenas para a conservação da memória do passado, mas também para o usufruto no presente e para a construção de um futuro equilibrado, no qual os indivíduos possam estar psicologicamente saudáveis numa cultura coerente e consoante. A educação patrimonial possibilita o resgate da responsabilização dos atores perante a crise urbana e o descaso diante dos monumentos citados pelo autor.

Quanto à ligação do patrimônio com o presente e o futuro, Giovannoni *apud* Choay (2011, p. 193) é adepto de uma “conservação viva”, ligando o patrimônio também ao presente e ao futuro e prega uma conservação com responsabilidades não só com o passado. Para esse autor, a cidade antiga também tem valor memorial, além do histórico. Ela tem a função de manter viva, no presente e para as gerações futuras, a memória do passado. E é por isso que ela deve ser preservada. Giovannoni defendia que os planos diretores e a legislação italiana auxiliassem numa concepção dos territórios como “arquitetura integral” (CHOAY, 2011, pp. 193 - 194).

Ao refletir sobre as culturas e as sociedades da Europa Ocidental, Giovannoni afirmava que deveriam “manter vivo o lugar que as prende aos seus passados respectivos” (CHOAY, 2011, p. 193), este seria o papel da cidade antiga, que ganha valor de monumento memorial pois “coloca em jogo no presente a memória viva que

prende seus habitantes ao seu passado”. A coexistência entre cidade antiga e cidade moderna é posto como desafio cuja solução seria o “sistema de redes de comunicação”. Nesse sistema, deveriam ser concebidos “planos orgânicos de desenvolvimento” para as novas aglomerações e “planos reguladores” para cidades antigas.

Quando Giovannoni *apud* Choay (2011, p. 194-196) problematiza o papel do urbanismo frente às cidades antigas, ele elenca os rápidos meios de comunicação modernos que permitem a vida nas cidades se ampliar muito além dos seus limites físicos tradicionais. Ele aborda também o fato de que, na maioria dos casos, a cidade antiga continua a ser o centro e a convergência das circulações na cidade moderna, sendo essa mais ampla. A concentração aumenta gradativamente, o que auxilia na descaracterização da harmonia original do lugar. Isso gera um conflito entre dois sistemas diferentes, fazendo “penetrar à força as formas mais intensas da vida moderna num organismo urbano concebido segundo critérios antigos” (CHOAY, 2011, p. 196). A solução apresentada pelo autor é o descongestionamento do centro histórico, seja colocando-o fora dos eixos de grande fluxo de automóveis, ou reduzindo-o a um bairro misto que abrigue comércio e residências, numa escala não muito grande.

De frente a discussão sobre a renovação de velhos centros urbanos, Giovannoni (2013, p. 94-95) apresenta duas tendências de pensamento sobre a relação entre o ambiente antigo e o desenvolvimento do novo: uma inovadora, segundo a qual as cidades devem ser vividas e os vestígios do passado parecem obstáculos ao desenvolvimento; e outra mais conservadora, que defende uma vida estabelecida através de ideais, cujos pontos de referência são imutáveis, e não somente calcada por um “conceito material utilitário”.

Inserir-se, nesse contexto de relações da cidade com o passado, presente e futuro, o debate sobre a materialidade do patrimônio, que se faz relevante através do legado a ser transferido de geração em geração. A cultura é imaterial, porém os aspectos materiais devem ser preservados para salvaguardar as atividades, crenças e ritos. O trabalho apresentado por Castriota (2009, p. 24) realizado pela arquiteta Leda Leonel e pelo Cacique Pichuvy, da Tribo Cinta-Larga, localizada em Cacoal, município do estado de Rondônia, exemplifica o exposto acima e mostra a



importância da parte material do patrimônio. A arquiteta, com a cooperação do cacique, construiu um registro histórico sobre aquela tribo por meio da narração e da escrita para garantir de alguma forma a permanência daquela cultura que gradativamente ia desaparecendo.

A pesquisa auxiliou na elucidação sobre a transformação na maneira de habitar da tribo após a chegada do homem branco: se anteriormente o índio estabelecia uma convivência respeitosa com o seu ambiente (busca por um sítio com potencialidades pré-existentes e utilização do sistema de rodízio das terras, através do qual se permanecia num determinado local por um intervalo de tempo pré-estabelecido, concedendo ao terreno a possibilidade de ser recomposto em suas propriedades anteriores), a cultura da sedentarização acarreta numa relação de exploração e esgotamento da natureza. Outra alteração ocorreu em relação aos modelos habitacionais, pois as malocas foram substituídas por casinhas que seguem os padrões construtivos do sul do país. Desta forma, o indivíduo passa a se relacionar com a comunidade de maneira diferente, visto que antes ela era organizada em núcleos formados por famílias com número maior de componentes e, a partir da influência do homem não indígena, se altera para um arranjo com núcleos unifamiliares.

Durante o exercício realizado pela arquiteta, houve a necessidade de se criar um centro de treinamento que servia de posto de formação sobre saúde, isso porque os indígenas sofriam com novas doenças trazidas pelo contato com os homens brancos. A arquiteta Leda Leonel aproveitou a oportunidade para erguer a maloca tradicional adaptada a alguns atributos dos padrões sulistas e a algumas necessidades do novo uso da construção. A “nova” maloca se tornou então um espaço de reencontro com a tradição. O local passa a ser identificado por eles que passam a organizar atividades como festas e danças. Castriota (2009, p. 39) denomina essas manifestações de “ressurgimento cultural”.

Porém, a preservação e a promoção dos aspectos tangíveis do monumento por si sós não garantem a conservação global do monumento. Além da perspectiva material, é imprescindível a preservação do patrimônio também em suas dimensões cultural, territorial, do saber fazer e do cotidiano. Contando o trabalho apresentado por Castriota (2009, p. 33 – 38) como exemplo, os aspectos objetos da preservação

eram ligados tanto às malocas (dimensão material do patrimônio) quanto à forma de ocupação do território, às crenças, aos ritos, às festas e às formas de fabricação de utensílios e ferramentas (dimensão imaterial). O centro de treinamento concebido e construído pela arquiteta Leda desempenhou um papel importante na perpetuação do patrimônio em seus aspectos imateriais, tornando-se um local de referência para encontros, festas, eventos e aprendizagem de atividades cotidianas que estavam desaparecendo das tribos.

O patrimônio imaterial ou intangível, uma compreensão oriental de preservação, emergiu nos anos 1990 a nível internacional como conceito alternativo às ideias "eurocêntricas" de monumentalidade e autenticidade. A ênfase passa das características técnicas e estéticas para os "artefatos e espaços como expressões das práticas, processos e representações" (CASTRIOTA, 2009, p. 13). Isso representa a valorização da dimensão viva da cultura.

A reabilitação urbana não deve se caracterizar como uma consagração de uma cidade teatro, do espetáculo, ou de sua transformação em museu, numa valorização meramente estética, como vem acontecendo em muitos centros urbanos (ARANTES, 1998, pp. 135-136). A procura por leituras da paisagem urbana são importantes visto que a não assimilação das imagens existentes pode fazer com que os elos da tradição se percam, a cidade vai deixando de produzir as imagens cruciais que tem como suportes a urbanidade e a cultura urbana e assim deixa de ser referência de comportamento. (PECHMAN apud VAZ, PEREIRA; 2010, p. 31). Um planejamento despreocupado com as questões de identidade é o chamado "planejamento de gabinete" (VAZ, PEREIRA; 2010, p. 30), no qual até pode existir um plano participativo, mas apenas legitimando o processo decisório.

Outra questão que merece atenção é a forma como as imagens urbanas são construídas. Elas podem ser formadas e consolidadas com o passar do tempo ou produzidas para serem vendidas (VAZ, PEREIRA; 2010, p. 32). A falta de diálogo entre técnicos e comunidade pode confundir as "verdadeiras" imagens da cidade, levando à "importação" de exemplos. Segundo Vaz e Pereira (2010, p. 32), a preferência deve ser dada para as discussões em assembleia com objetivo de se alcançar um diálogo, construir planos com a comunidade, em vez de se discutir sobre um plano previamente proposto pelos técnicos.

Saquet e Briskievics (2009, p. 4) afirmam que todo o patrimônio identitário (o saber-fazer, as edificações, os monumentos, os museus, os dialetos, as crenças, os arquivos históricos, as relações sociais das famílias, as empresas, as organizações políticas...) deve ser protegido e valorizado por meio de projetos e programas políticos, visto que o conceito de território está intimamente ligado ao de patrimônio. Para os autores, o território compreende quatro componentes principais: as relações de poder; as redes de circulação e comunicação; as identidades e a natureza. Isso significa que pensar o desenvolvimento obriga a pensar em todos esses elementos e não em cada um de forma isolada (BRISKIEVICS, SAQUET; 2009, p. 6).

Ao abordar a identidade, Saquet e Briskievics (2009) enaltecem mais uma vez a perspectiva integradora do território, visto que as relações de alteridade (diferenças) e exterioridade (aparências) diferenciam e identificam as pessoas e os lugares. Segundo eles, “a própria memória (coletiva) de um grupo social precisa de uma referência territorial”. Por sua vez, só existe identidade a partir da concepção do que Haesbaert (1997, p. 39) denomina de “espaço produzido”, o espaço natural alterado em qualquer grau pelo homem. Por fim, a territorialidade é definida pelos autores da seguinte forma:

[...] processo de relações sociais, tanto econômicas, como políticas e culturais de um indivíduo ou de um grupo social. A territorialidade corresponde às relações sociais e às atividades diárias que os homens têm com sua natureza exterior. É o resultado do processo de produção de cada território, sendo fundamental para a construção da identidade e para a reorganização da vida quotidiana. (BRISKIEVICS, SAQUET; 2009, p. 8).

Essa definição é ainda complementada pela visão dinâmica de Claude Raffestin *apud* Briskievics, Saquet (2009, p. 8) sobre a identidade, segundo a qual “a identidade é construída, desconstruída e reconstruída com o passar do tempo”. Para ele, a identidade é constantemente renovada. Essa relação da identidade com o tempo será discutida mais profundamente no subcapítulo a seguir.

Em relação à paisagem, Cota e Silva (2013, p. 2) afirmam que ela carrega o que denominam de identidade coletiva. Ela é o produto das modificações acontecidas na sociedade ao longo dos anos e tais processos devem ser levados em consideração durante a elaboração dos planos de intervenção, unindo as políticas de preservação, ligadas ao patrimônio histórico, e as de uso e ocupação do solo. O IPHAN separa o patrimônio de acordo com dois princípios: um guiado pela monumentalidade, visão

tradicionalista que valoriza o passado histórico nacional, e outro cotidiano, no qual o patrimônio é produto e obra das relações sócio espaciais (VAZ, PEREIRA; 2010, P. 32). Este segundo seria o princípio pelo qual o território e a paisagem se inserem como patrimônio.

Analisando os aspectos tangíveis e intangíveis, monumentais e cotidianos do patrimônio, vinculando-os a questões de preservação da cidade, Sitte (1992, p.93-99), empenhado na defesa da preservação de centros históricos e cascos urbanos antigos, criticava a construção urbana de sua época, pois era dissociada da história da arquitetura e da arte. Para ele, as cidades tentavam imitar a antiguidade na arquitetura, nos motivos arquitetônicos, mas ele não via a mesma preocupação com as praças e os espaços públicos circundantes: não havia relação entre a edificação e seu entorno. A construção urbana era tratada somente como problema técnico, o que na contemporaneidade chama-se de dimensão material, e não como obra de arte, o que seriam os aspectos imateriais, sensoriais.

Quanto aos conjuntos urbanos que denominava de modernos (novos), Sitte critica a monotonia e o efeito massivo e grosseiro que resulta de seus processos. Afirma que as linhas e os ângulos retos são características das cidades insensíveis e tornam os percursos cansativos. A inversão na relação entre espaços vazios e espaços construídos e a preferência por traçados retos nessas novas cidades impedem a criação de soluções dos traçados irregulares, segundo ele, mais interessantes (SITTE, 1992, p.93). Sitte critica ainda a rigidez das regras da arquitetura que geram uma ambiência com edificações de alturas parecidas, com repetição de elementos, diferente das irregularidades das praças antigas recortadas “acidentalmente” que “enganam o olhar”, sendo percebidas apenas em planta, mas não em escala humana no cotidiano, o que confere assim a sensação barroca da surpresa.

Refletindo sobre o papel do urbanista no planejamento das novas cidades adjuntas às antigas, François Ascher (2010, p. 17-18) alega que a sociedade contemporânea passa por profundas transformações que são manifestas na concepção, na produção e na gestão da cidade e do território, mas que, por sua vez, a construção urbana não reflete tais variações na mesma velocidade. Segundo ele, um novo urbanismo (ou neourbanismo) deve “tentar controlar essa revolução urbana, tirar partido dela e limitar seus eventuais prejuízos” (ASCHER, 2010, p. 18). Alguns

desafios a serem enfrentados pelo novo urbanismo – e podemos incluir as novas políticas de preservação -, enumerados pelo autor, seriam:

- a) Elaborar e manejar projetos urbanos com atitudes mais reflexivas, adaptadas a uma sociedade complexa e a um futuro incerto (incluir as mudanças), diferente do urbanismo modernista, que objetivava o controle do porvir;
- b) Considerar o processo de individualização que marca a sociedade e não privilegiar as soluções permanentes, coletivas e homogêneas do urbanismo moderno, numa produção em massa em que prevalece a diminuição dos custos;
- c) Agir em uma sociedade que concentra uma diversidade complexa de interesses, onde não é mais possível formar o que se chamava de interesse geral ou interesse comum (nesse ponto, é importante ressaltar que a participação dos atores e os procedimentos de negociação se tornam essenciais);
- d) Requalificar a missão do poder público, considerando as especificidades das cidades, adaptando as soluções aos contextos particulares e não somente aplicando leis e/ou proibições gerais;
- e) Responder à variedade de gostos e demandas, tornar a cidade atrativa e romper com as ideologias simplificadoras do progresso, funcionalistas e generalizadoras;
- f) Promover uma qualidade urbana multissensorial, rompendo com o funcionalismo elementar do urbanismo moderno (trabalhar, morar, divertir-se, abastecer-se, deslocar-se), e ter um enfoque funcional mais minucioso, que considere a complexidade e a variedade das práticas urbanas, que não aprecie somente o sentido da visão, mas também o sonoro, o tátil e o olfativo (gerando ambientes diversificados, mais atraentes e confortáveis).
- g) Adaptar a democracia à chamada terceira revolução urbana, que observou o enfraquecimento dos mediadores locais (educadores, padres, comerciantes de bairros...), necessitando-se consultar e associar habitantes e usuários, grupos sociais cada vez mais diversificados no processo de tomada de decisão (ASCHER, 2010).

Entendendo que existe um patrimônio construído que precisa ser valorizado e preservado para se alcançar a verdadeira evolução do território, Briskievics e Saquet (2009, p. 14) chegam à conclusão de que esta preservação deve ser a estratégia dos programas de desenvolvimento com uma definição participativa e com mais justiça social. A observância dos itens elencados por Ascher (2012) acima citados torna-se essencial dentro das políticas de preservação.

Rodrigues (1996, p. 195) defende que, apesar de ser um registro das possibilidades políticas dos diversos grupos sociais, o patrimônio não é uma representação de todos, num modo de pensar generalista da afirmação da identidade social. Dessa forma:

O patrimônio histórico é uma vertente particular da ação desenvolvida pelo poder público para a instituição da memória social. O patrimônio se destaca dos demais lugares de memória uma vez que o reconhecimento oficial integra os bens a este conjunto particular, aberta às disputas econômicas e simbólicas, que o tornam um campo de exercício de poder (RODRIGUES, 1996, p.195).

Numa análise que atenta para o patrimônio territorial e cultural como marca da identidade e da memória coletivas, o subitem a seguir busca relacionar tais conceitos com a questão da continuidade temporal, isto é, a inserção do patrimônio na evolução do passado que se torna um fator determinante das atitudes do presente visando à construção do futuro. Tal pesquisa auxilia na identificação desse fluxo e do que é seu estruturador e deve ser preservado. Ela pode ainda auxiliar no estabelecimento de diretrizes para políticas patrimoniais.

## 1.1 CONSERVAÇÃO URBANA, PATRIMÔNIO CULTURAL E A RELAÇÃO COM A MEMÓRIA E O PASSADO, A FUNÇÃO DO PRESENTE E A PERSPECTIVA DO FUTURO

O patrimônio cultural surge no contexto contemporâneo devido às mudanças na relação do indivíduo com o tempo - passado, presente e futuro. A seguir, serão expostas algumas nuances dessas mudanças e suas relações com o patrimônio territorial e cultural. Para iniciar essas ilustrações, usaremos Marc Augé (2013) em seu capítulo terceiro do livro *Para onde foi o futuro?*, em que trabalha os conceitos de globalização, urbanização, comunicação e instantaneidade. Ele inicia seu discurso afirmando que a história em nossa época, com o seu distanciamento no tempo, está paralisada e se direciona a transformar os acontecimentos históricos em espetáculo, principalmente quando apontado para o turismo. Este se refere a um afastamento do lugar tanto cultural quanto geográfico (no próprio espaço), com consequências igualmente danosas. Tal situação de paralisia da história é ratificada pelas redes hoteleiras e pelas mídias, que vendem uma ideia de mundo uniforme (mesmas acomodações, mesmas comidas, mesmas marcas encontradas em qualquer lugar), onde só os espetáculos mudam. Na verdade, tudo se torna espetáculo, referendado pelas redes de comunicação que enaltecem a imagem e criam um sistema que Augé (2012, p. 35) chama de “hiper-real”, no qual há uma crescente indistinção do que é real e do que é ficção. A inclusão da cultura como patrimônio ergue-se para enaltecê-la antes da materialidade dos monumentos. Ela exalta a importância da vida cotidiana mais do que os espetáculos criados para momentos esporádicos, visto que turistas não formam qualquer relação de identidade e compromisso com a história do lugar onde estão.

Vive-se atualmente um novo espaço planetário, mas nele o “espaço público planetário” (onde se forma a opinião pública) não existe. A imprensa intenta se tornar parte nesses “espaços públicos” quando abre “espaços” para discussão e para a opinião pública, mas, com frequência, não apresenta um olhar imparcial sendo tendenciosa e modelando as realidades individuais à realidade oficial. Para o autor, essa alienação é agravada com as ditas “pesquisas de opinião”. As novas técnicas de comunicação, como a internet, por exemplo, que poderia amenizar a situação de

alienação, apesar de ser um excelente canal de trocas, não é aberto a todos (AUGÉ, 2012, p. 36-37).

Ao discutir a questão da urbanização em meio a essa temática da situação atual da história, Marc Augé (2012, p. 42-44) afirma que o mundo como um todo passa por um processo de urbanização. Ao mesmo tempo em que o mundo se transforma numa imensa cidade, cada grande cidade é cada vez mais uma espécie de “resumo” do mundo, graças às padronizações que ocorrem. O autor afirma que “a cidade mundo relativiza ou desmente, apenas com sua existência, as ilusões do mundo cidade”. Isto é, visto globalmente, o mundo parece igualitário e democrático; já em escala local ele pode ser visto de forma contrária como um “mundo da descontinuidade e da proibição”. No intuito de se tornar uma “cidade-mundo”, as governanças locais tendem a apostar na contratação de grandes arquitetos que despontam como astros internacionais quando há o interesse de transformar a cidade em “cidade mundo”, aquela que impõe sua presença no mundo e que precisa existir na rede. Seus projetos são apropriados para o consumo mundial, mirados no turismo.

As fotos de satélite, vistas aéreas, expõem um olhar global, uma imagem do mundo da forma que gostaríamos que fosse. Porém, ao percorrer a cidade, descobre-se uma realidade “violenta, contrastada e contraditória” (AUGÉ, 2012, p. 44). A grande contradição desse mundo globalizado para o autor está no fato de ele ser tão evoluído em conhecimentos, produtor de grandes riquezas e, ao mesmo tempo, ser cenário de realidades sociais e políticas deploráveis para os mais pobres, “homens que se sentem, a um só tempo, arrancados do seu passado e privados de futuro” (AUGÉ, 2012, p. 44). Perceber as peculiaridades de cada local e definir a sua personalidade e de sua vida cotidiana em meio às contraditoriedades apresentadas são objetivos do patrimônio urbano e cultural. Sonkoly (2013) traz a noção de paisagem urbana histórica, um termo novo que evoca a pensar a cidade em sua totalidade como patrimônio, numa visão global, mas mirando nas características locais. Com cerca de trezentas cidades protegidas pela Unesco no mundo, a questão que se coloca é o que fazer com essas cidades, como de fato elas serão protegidas e como planejá-las.



Nessa tendência global de transformação das cidades em “cidades-mundo”, Sonkoly (2013) traz a discussão sobre o papel do Centro Histórico. Antes visto como entrave ao desenvolvimento, agora ele deve ser visto como foco do processo de crescimento das cidades e do turismo, mas ainda não se sabe ao certo como isso deve ser conduzido. Atualmente, se torna difícil construir no centro histórico graças aos seus planejamentos engessados. A concepção de cidade ideal vem entrando em desuso, já que os princípios e valores dos vários atores e agentes são múltiplos. Por causa disso, vem prevalecendo o conceito de comunidade local, que deve ser ouvida em análises participativas para que ela possa se identificar de forma gradativa com as modificações propostas pelos técnicos e pelos agentes públicos.

O conceito de identidade citado acima é explanado por John Locke *apud* Ricoeur (2007, p. 113) e apresenta-se como um “desdobrar sobre si mesmo”, numa reflexão de si, enquanto a definição de diferença caracteriza-se pela redução, suspensão do que não é como a si mesmo, mas sim “o outro”. A consciência seria, segundo o autor, o “saber de si”, num corte importante entre o si e o homem. A identidade do si estabelece a equação “consciência, si e memória”. O que se deve buscar nos processos participativos então é a consciência de si de cada um dos atores e agentes envolvidos, a reflexão sobre o si e sobre o outro.

Ricoeur (2007, p. 120-121) centraliza seu discurso na “consciência íntima do tempo” de Husserl, numa relação de imanência da consciência e do tempo. A temporalidade aparece então como algo que dura (o autor relaciona com o som e a melodia) e a própria duração caracterizaria a identidade. A identidade tratada como fluxo porta a subjetividade absoluta e tende a apagar o objeto em si. Ao tratar a identidade como fluxo, Husserl *apud* Ricoeur (2007, p. 123) inverte a relação com o objeto pois, para ele, “para ter algo que dura, é preciso ter um fluxo que se constitui ele mesmo”. Essa lógica compõe o ideário da “fenomenologia pura”. A percepção, por sua vez, se torna a consciência do objeto presente no fluxo que dura. Ela deve ser a chave das políticas de preservação e o que o autor chama de “consciência originária” do objeto, os verdadeiros formadores da consciência, deve ser esclarecida. Não somente os processos participativos devem ser o foco num processo identitário da preservação do patrimônio histórico cultural, mas a vivência e a participação na história do patrimônio ao longo do tempo devem ser pontos de uma política de preservação

cultural urbana. A materialidade do patrimônio, nesse contexto, perde espaço para a vivência do cotidiano e a obtenção de uma consciência histórica.

Fazendo relação entre a contemporaneidade e a consciência histórica, Marc Augé inicia o quarto capítulo de *Para onde foi o futuro?* anunciando o papel da arte no desafio associado ao pensamento do tempo. Segundo ele, a arte questiona a contemporaneidade pois, para ser contemporânea, uma obra deve ser originária (seguir uma ideia de época) e, ao mesmo tempo, original (a frente do seu tempo). Isto é, a contemporaneidade (juntamente com a arte) necessita do passado e do futuro. Para "ser do seu tempo", a obra deve surpreender ou decepcionar, ela se "mede" pela sua capacidade simbólica: deve ser social e estar presente no tempo (AUGÉ, 2012, p. 45).

O "ser-no-tempo" é apresentado por Ricoeur (2007, p. 394) como uma maneira temporal de ser-no-mundo. Mas essa temporalidade não se expressa como uma sequência de instantes somente, mas se une às reflexões sobre o ser histórico. O ser-no-tempo se realiza através da preocupação, pois, enquanto o que o autor denomina de "ser-para-a-morte" faz referência ao futuro e a historicidade se refere ao passado, a preocupação prioriza o tempo voltado para o presente. A preocupação ratifica assim o presente vivo. Ligando as ideias dos dois autores, Augé (2012) e Ricoeur (2007), o artista, para ser do seu tempo, deve estar preocupado justamente em surpreender ou decepcionar. O desafio, segundo Augé (2012, p. 48 – 50), é justamente lidar com o tempo da atualidade, um tempo acelerado que apresenta três paradoxos:

1º paradoxo – O espaço temporal atual é apresentado como espaço longo, se consideradas as dimensões da terra e do universo, e simultaneamente como um tempo curto, contemplando as muitas mudanças da vida cotidiana, que não se pode alcançar em sua totalidade.

2º paradoxo – Há uma nova relação espaço-tempo cujas características incoerentes são a uniformização e a desigualdade; os espaços são marcados pelos códigos concebidos para comunicação, para circulação, para o consumo, e para se

constituírem como “não-lugares”<sup>1</sup>; e há também uma teorização correspondente ao fim da história (fim das “grandes narrativas”) que surge como um suposto “acordo” entre a economia de mercado e a democracia representativa. Essas características deste momento da história consagram a permanência do presente.

3º paradoxo – A erupção histórica causada pelo avanço acelerado da ciência formando uma nova ideologia sobre o presente (AUGÉ, 2012, p. 48-50).

Diante dessas novas realidades, Augé (2012, p. 50) mostra que o artista contemporâneo enfrenta diversas dificuldades e as articulações artísticas atuais são difíceis de ser percebidas, visto que o tempo se acelera na contemporaneidade. O mundo se mostra para o artista através da mídia inserida num sistema cuja ideologia explica-se por si mesma, sua própria “realidade” (aquela que é pregada) a encobre. O desafio do artista, segundo o autor, está no que será transmitido como novo / revolucionário através da arte.

Patrimônio cultural, para Sonkoly (2013), não aborda somente o passado como na dimensão material do patrimônio, mas também o presente e é por isso que este se enquadra e ganha notoriedade na contemporaneidade apresentada por Marc Augé (2012). Numa nova relação com o tempo, o patrimônio não é mais discutido como um testemunho da história, mas como símbolo do presente. Essas discussões tem impacto no planejamento urbano à medida que tocam na concepção de proteção do monumento e, mais ainda, do território (entorno do monumento ou ele mesmo como objeto de preservação).

A sociedade atual vive à beira de um novo paradigma nomeado por Sonkoly (2013) como “presentismo”. Estudando a evolução da relação do homem com a história e partindo do início do século XX, percebe-se nesse momento, segundo o autor, o início de um distanciamento com o passado. Enquanto no modernismo, a sociedade se fundamenta mais fortemente no porvir com o intuito de prevê-lo e possui a esperança de um futuro melhor, nesse mesmo período histórico, o presente se torna pequeno, breve, vivido apenas para promover um futuro sublime. No final da Segunda Guerra Mundial (principalmente a partir da década de 1970), a crença na

---

<sup>1</sup> Lugares de caráter provisório sem significação suficiente para serem definidos como lugar. Exemplos: *shopping centers*, aeroportos, quartos de hotel. Eles são opostos aos espaços personalizados e identificáveis. (AUGÉ, 1995)

modernização e na melhora do futuro vai se degradando e a noção de futuro se torna cada vez mais assustadora com o passar do tempo. O futuro, que na fase anterior era tão brilhante, se torna cada vez mais ameaçador e o presente vai se expandido na ideia de que deve ser ao máximo aproveitado. O objetivo atual é tornar o presente estático, evitar a mudança (SONKOLY, 2013).

O patrimônio cultural, nesse cenário, se destaca visto que objetiva preservar a vida cotidiana, os acontecimentos do dia-a-dia, o presente. Enquanto o movimento moderno se empenhava em renovar os elementos tradicionais, o que Sonkoly (2013) chama de “presentismo” busca preservá-los. Porém, a supervalorização do presente cria um impasse: segundo o autor, a sustentabilidade, cujo embasamento está na preservação dos recursos existentes para as gerações futuras, se transforma em utopia, desacreditada. Ao mesmo tempo, ainda há o discurso paradoxal de que se deve agir com atitudes sustentáveis.

Nesse contexto histórico, Augé (2012, p. 51) acredita na ideia de que os grandes artistas da atualidade, por estarem empenhados em “ser do seu tempo” e alcançando tal objetivo, são os arquitetos. Sonkoly (2013) de certa forma afirma essa teoria, mas atestando que os profissionais da área do patrimônio cultural são os artistas do “seu tempo”. As obras arquitetônicas atuais são concebidas com o intuito de atrair os grandes fluxos turísticos mundiais e a arquitetura mundial faz menção a uma “sociedade planetária ainda ausente” e direciona à utopia, à ilusão (se volta para o futuro, objetivo geral da arte), segundo Augé (2012, p. 51). Para o autor, essa relação da arquitetura contemporânea com o tempo se assemelha ao espetáculo das ruínas, que não se concentram em contar a história, mas puramente o tempo, o “tempo puro”. Augé ainda afirma que “a percepção estética do tempo puro é percepção de uma ausência, de uma falta” (AUGÉ, 2012, p. 52), isto é, a percepção presente de uma falta, orientando o presente tanto para o passado (ruínas) quanto para o futuro (arquitetura contemporânea). Segundo o autor, os artistas atuais (incluindo os arquitetos) ficam então condenados a procurar a beleza nos “não lugares”. Num “tempo puro” em que os objetos são expulsos da sua história, enfrentam dificuldades como a invasão brusca das imagens e a confusão entre realidade, ficção e acontecimento midiático. O desafio do patrimônio territorial integrado e cultural, nessa conjuntura, é a retomada da história, a busca do sentido

do tempo, além do questionamento sobre o que viria de fato a ser objeto de preservação.

Giorgio Agamben (2012, p. 173) mostra a arte como “último liame que ainda une o homem ao seu passado”, pois, apesar de mostrar a impossibilidade de transmissão da tradição na atualidade, ela, segundo o autor “consegue, assim [...] fazer da incapacidade do homem de sair do seu estado histórico permanentemente suspenso no intermundo entre velho e novo, passado e futuro, o espaço mesmo no qual ele pode ganhar a medida original da própria demora no presente e reencontrar a cada vez o sentido da sua ação” (Agamben, 2012, p. 184). A relação do homem com a história nas sociedades não tradicionais deixa de ser pela transmissibilidade da herança cultural e passa a uma acumulação do passado. Há para Agamben (2012, p. 174) uma valorização da coisa a transmitir em detrimento do ato da transmissão, o que, segundo ele, não desvaloriza o passado, pois a partir da ruptura com este ele mostra seu peso antes desconhecido. A situação do homem neste contexto é para o autor:

Nessa situação, o homem conserva, portanto, integralmente a própria herança cultural e o valor desta, aliás, se multiplica vertiginosamente: ele perde, porém, a possibilidade de extrair dela o critério da sua ação e da sua salvação e, com isso, o único lugar concreto em que, interrogando-se sobre as próprias origens e sobre o próprio destino, lhe é dado fundar o presente como relação entre passado e futuro. (AGAMBEN, 2012, p. 174)

Trazendo a problemática para a discussão acerca do patrimônio cultural, as consequências são danosas ao passo que a destruição ou a negligência para com o mesmo não diminuem a lembrança ou o valor atribuído a ela, mas ela deixa de ser referência e fica impossibilitada de contribuir com a busca por sentido, afirmado por Agamben (2012) e por Augé (2012), como estudado anteriormente. Agamben (2012) expõe as consequências dessa dificuldade de resolver individualmente e coletivamente a dicotomia entre velho e novo e o papel da estética:

Assim a estética não é simplesmente a dimensão privilegiada que o progresso da sensibilidade do homem ocidental reservou à obra de arte como o seu lugar mais próprio: ela é, na verdade, o destino mesmo da arte na época na qual, tendo-se despedaçado a tradição, o homem não consegue mais encontrar entre passado e futuro o espaço do presente e se perde no tempo linear da história. O anjo da história, cujas asas se prenderam na tempestade do progresso, e o anjo da estética, que fixa em uma dimensão atemporal a ruína do passado, são inseparáveis. E, enquanto o homem não tiver encontrado um outro modo de resolver individualmente e coletivamente o conflito entre velho e novo, apropriando-

se assim da própria historicidade, uma superação da estética que não se limite a levar ao extremo a sua dilaceração parece pouco provável. (AGAMBEN, 2012, p. 179)

Paul Ricoeur (2007, p.107-124) se refere em seu livro *A memória, a história, o esquecimento* a três exemplares de autores que contribuem para a descrição da memória individual na problemática da subjetividade, na “escola do olhar interior”. A temática da memória individual e da memória coletiva auxilia no entendimento de quais e de que natureza são os verdadeiros objetos de preservação nas cidades contemporâneas. O primeiro desses autores exemplares apresentados por Ricoeur é Santo Agostinho, que alega o caráter privado da memória (memória individual) afirmando que se lembrar de algo é lembrar-se de si. Ele levanta ainda os três traços da memória: ela é singular, inerente a cada indivíduo; tem um vínculo com o passado, o que garante a continuidade temporal da pessoa através de um retrocesso à infância; e carrega em si o sentido da orientação na passagem do tempo, passa do passado para o futuro através do presente vivo.

Santo Agostinho (2000, Livro X, XVI, p. 25) não descreve a consciência, o si ou ainda o sujeito. Ele se refere ao homem interior que se lembra de si mesmo e passa pela busca incessante e dolorosa pela interioridade (lugar íntimo com Deus). O autor evoca a memória como um lugar feliz de depósito, armazém, reservas; caracterizada por sua amplitude e pelo fato de convergir as memórias das coisas e as de si mesmo. O temor dessa memória feliz seria o esquecimento e “o reconhecimento de uma coisa rememorada é percebida como uma vitória sobre o esquecimento” (SANTO AGOSTINHO, 2000, Livro X, XVI, p. 25). Ele ainda enfatiza a memória como testemunha da existência do esquecimento, já que ela o retém, e, numa relação entre tempo e interioridade, a memória se apresenta como o “presente do passado”. O objetivo da preservação urbana e territorial deve ser a defesa da memória, de forma que ela possa testemunhar o passado no presente para o futuro.

Considerando o compromisso que tem com a memória e a ligação com o passado, a arte no mercado liberal global, segundo Augé, tem a necessidade de ser “uma arte distanciada, que não se deixa absorver pela cultura dominante” (AUGÉ, 2012, p. 53). O primeiro dever do artista é o seu afastamento da cultura e sua postura crítica e questionadora. Porém, a arte contemporânea é mundialista, inserida no sistema assim como o turismo de massa e se torna difícil convencer o grande público sobre

algumas questões através da arte. Essas questões estão relacionadas aos fatos de a imagem não ser real, de o real da imagem não ser a própria coisa e de a história ser continuada e esclarecedora do sistema atual. Para o autor, o artista (podemos incluir os profissionais do patrimônio urbano) precisa encontrar o sentido do tempo (consciência histórica) para montar uma contemporaneidade real, falar á época que tem necessidade de ouvi-lo. No caso do urbanismo e do patrimônio, essa consciência histórica é adquirida através da educação patrimonial tanto para os atores e agentes envolvidos com os monumentos, para que tomem conhecimento da sua própria história, como para os profissionais e agentes da política de preservação do patrimônio cultural urbano, para que compreendam as efetivas memórias a serem protegidas e não defendam somente as imagens e os exemplares físicos propagados pela mídia a favor de um sistema dominante.

A busca pelas “grandes narrativas” (AUGÉ, 2012, p. 60) na atualidade auxiliam na formação da educação patrimonial. O que o autor denomina de “grandes narrativas”, assim como as de Marx e as de Freud, estão mortas segundo ele. Esta realidade ocorre porque muitos intelectuais desconfiam de qualquer posição “progressista”. É como se só o capitalismo tivesse conseguido, pelo menos aparentemente, realizar a mundialização e o enfraquecimento dos estados nacionais, objetivos que eram do socialismo. Por isso, o capitalismo é aceito como um sistema natural. Os autores pertinentes, para Augé (2012, p. 61), (incluiremos os profissionais do patrimônio urbano) são os que se conscientizam da situação universal, antes de descartarem os efeitos negativos globais, e que se apropriam de seus benefícios. Há a necessidade de uma conscientização de que a história não acabou e que o indivíduo deve ser considerado anteriormente à submissão consumista, além de que os fatos midiáticos não são necessariamente reais. O indivíduo também deve ser o ponto principal na temática da conservação do patrimônio. Sua cultura e sua vida cotidiana devem estar preferencialmente focadas em relação às imagens e monumentos espetacularizados enaltecidos pelos meios de comunicação.

Ao explicar sobre alienação, modernidade, democracia e progresso, Augé (2012, p. 63-76) inicia enaltecendo a cultura e a identidade como palavras-chave da atualidade e apresentando a perspectiva estruturalista, para a qual só existem as culturas como conjuntos significantes, não aquelas constituídas individualmente.

Movimento dos anos 60, o estruturalismo tenta explicar o real através de sua estrutura (estrutura social). O autor refuta tal movimento através dos seguintes pontos:

- 1 – A identidade está sempre se relacionando ao outro. Ela é “relacional”, fruto de uma negociação contínua.
- 1 – As culturas vivas estão em movimento, aceitam a mudança e o contato.
- 2 – “Nenhuma cultura é, em si, igualitária”, cada uma carrega sua hierarquia.
- 3 – Num multiculturalismo, o indivíduo pode participar de formas culturais múltiplas dentro de uma sociedade (AUGÉ, 2012, p. 65-67).

Ao comparar o movimento estruturalista com a Grécia Clássica, o autor apresenta o momento moderno, com o fim das “grandes narrativas” escatológicas, intituladas como retrógradas, mitos do passado. Na Grécia, não havia mitos do futuro, a vida humana acontecia no presente da história e os deuses dos politeísmos eram plurais, apresentadas como forças em potencial, forças da natureza mais do que indivíduos propriamente. Eles possuem várias identidades e há proximidade entre os deuses e os homens. Na cultura da imanência grega (na qual os deuses são imanentes e não transcendentais ao mundo), “as fronteiras da ‘religião’ são variáveis e [...] há vários tipos de crença” (VERNANTE *apud* AUGÉ, 2012, p. 68). Sem uma adesão cega à ‘religião’, os princípios sociais nessas sociedades estruturam a vida cotidiana. O autor aproxima esse sentido social da crença ao simbolismo alienante do estruturalismo, sendo nesse último caso agravado pela “razão retórica” (negação do acontecimento, reduzindo-o a sua estrutura). O sentido social da crença está presente em todas as culturas politeístas da imanência, mas na Grécia ela não impede o surgimento de uma tradição científica e filosófica.

No Século V, a Grécia afasta-se do mito. Deslocando as questões da crença, os gregos passam a acreditar primeiro neles mesmos. Conseguiram afastar a mitologia sem construir uma visão escatológica, uma grande narrativa de futuro. Além disso, os mitos da Grécia nunca privilegiaram os gregos como únicos homens e suas questões sobre o destino humano não eram abordadas como em sociedades teocráticas, nas quais Deus tem a incumbência de respondê-las. A partir daí, construíram a “capacidade de se superar a partir de uma reflexão sobre si mesmo” (AUGÉ, 2012, p. 72). Na visão teológica, a cultura é afirmada como natureza,



inerente a determinada situação. Augé (2012) salienta porém que, apesar de o indivíduo só existir graças à sua cultura e às relações que estabelece com os outros em determinado lugar, ele pode mudar de lugar e de história, o que o auxilia a refutar as ideias do estruturalismo. Voltando à questão do patrimônio e considerando o enaltecimento do indivíduo por Augé (2012), atribui-se o pensamento sobre a preservação urbana a partir do cotidiano individual e não com a submissão deste a uma cultura imutável e a um patrimônio estático.

A construção da perspectiva de patrimônio cultural começa a partir da definição de cidade protegida, característica da década de 1960, contemporânea ao movimento estruturalista. Na década de 1970, o aspecto natural também é incluído como monumento e, nos anos 90, a Unesco apresenta o conceito “patrimônio cultural”. Daí em diante, a finalidade patrimonial é proteger toda a sociedade: a humanidade é inclusa em sua totalidade como patrimônio (SONKOLY, 2013). De acordo com as teses de Marc Augé (2012), concluímos que o indivíduo e sua identidade devem ser destacados - não só inclusos - na preservação antes de serem contextualizados em estruturas sociais. A principal forma de acentuar os indivíduos nos processos de preservação urbana é a tomada de consciência, tanto individual quanto de quais sejam o que Augé (2012, p. 78) chama de “espaços de memória”.

No capítulo seis de seu livro, Augé (2012, p. 77-84) apresenta as questões relacionadas ao passado, à memória e ao exílio. Ele inicia o capítulo salientando que o século XX é assinalado por experimentações infelizes dos ideais formados anteriormente. Abre-se, a partir de então, o discurso sobre “o espaço da memória”. Certeau (2001, p.86) declara duas formas de tratar esse espaço, uma da psicanálise e outra historiográfica. O “espaço da memória” de Freud é a presença do passado no presente, a memória em psicanálise é um “campo fechado” onde se realizam o esquecimento (luta contra o passado) e o vestígio (retorno do esquecimento), em que o passado assombra o presente. Burdieu (2007, p. 216) inclui nesta discussão a concepção de felicidade, um ambiente interior construído por cada um de nós, onde nos sentimos “em casa”, onde se tem a plena realização do desejo de ser. Nela há um passado imbricado no presente. O espaço historiográfico, por sua vez, é caracterizado por um corte entre o passado e o objeto de conhecimento.

Ainda nesse capítulo, o autor traz os “lugares de memória”, aqueles que “dizem alguma coisa”. Numa nova relação entre espaço e tempo, os indivíduos contemporâneos têm a sensação de poder se situar neles, de se identificarem. Novo também é o cerne da história trazido por Augé (2012, p.79), que deixa de ser o tema do objeto para se evidenciar o próprio objeto em si. Além disso, até pouco tempo, o passado era voltado para o futuro, para a restauração, o progresso ou a evolução. Porém, a decepção com os acontecimentos do século XX fizeram exaurir as esperanças com o futuro. Tal fato diminuiu a capacidade dos indivíduos de se instalarem por um tempo relativamente constante no presente, além do processo de “dessimbolização”, através do qual o passado, até então considerado evidente, é ridicularizado.

Os “lugares de memória” devem estar no centro das políticas/ações de preservação cultural urbana, visto que eles sustentam as relações dos indivíduos com o espaço e o tempo. Na busca pela compreensão desses espaços, é importante entender o funcionamento da memória coletiva porque nesses espaços convergem a memória e os interesses dos diversos atores e agentes ligados a ele. Ricoeur (2007, p. 127) traz a relação entre memória individual e memória coletiva primeiramente com Husserl numa maneira primitiva de aproximação do ego solitário a um outrem suscetível de se tornar um “nós”, isto é, a constituição de “nós” a partir de um outro estrangeiro composto a partir de uma esfera própria, um não-eu formado em mim. Como exemplar da escola do olhar exterior, numa evolução do conceito de memória coletiva, Ricoeur (2007, p. 130) apresenta as ideias de Maurice Halbwachs, que atribui a memória diretamente a uma entidade coletiva que ele chama de grupo ou sociedade, e não mais à ideia do outro com o ser alheio a mim. O diferencial de sua teoria foi desassociar a memória coletiva da referência da memória pessoal. Num pensamento inverso, ele afirma que a memória individual se constitui a partir da experiência pessoal de pertencer a um grupo, o que ele chama de “quadros sociais da memória”.

As nossas primeiras lembranças, que são compartilhadas e que contam com o testemunho dos outros, denunciam a ilusão de acreditar que as lembranças são atribuídas a nós mesmos como “possuidores originários” (HALBWACHS *apud* RICOEUR, 2007, p. 132). Três são os sujeitos de atribuição da lembrança: eu, os

coletivos e os próximos. Para o autor, a lembrança é como uma imagem e a recordação uma busca. A memória, a partir dessas concepções, se torna particular – como fenômeno psíquico – e singular – haja vista a diferença do verbo lembrar-se, ligado a si, e o substantivo lembrança, o ‘que’ lembrado e voltado ao objeto. Nessa aderência do ‘que’ (é memorado) ao ‘quem’ (lembra) há dificuldade de transferência de lembranças entre consciências distintas. Entretanto, a atribuição das lembranças pode ser múltipla (HALBWACHS *apud* RICOEUR, 2007, p. 136).

Há de se atentar que, segundo este autor, nessa atribuição múltipla da lembrança, as atribuições a si e a outrem são assimétricas, não estão na mesma proporção. Volta-se então à problemática de confrontação entre memória individual versus memória coletiva. O autor não aparece para abolir o problema, mas enquadrá-lo. Numa comparação entre as teses fenomenológica (ligada à memória individual) e sociológica (memória coletiva), percebe-se na fenomenologia os sujeitos como autores de seus atos e a memória como discurso do sujeito consigo mesmo e na sociologia identifica-se a pluralidade, a experiência do outro como uma experiência de si, mas através de uma memória manipulada numa relação de confronto com o outro ao ser inserido na esfera pública. Ricoeur (2007, p. 140-142) conclui o assunto defendendo uma “fenomenologia da memória compartilhada”, na qual há uma simultaneidade da experiência do si do outro com o meu si, fenômeno esse que Alfred Schutz *apud* Ricoeur (2007, p. 140) intitula de “envelhecer juntos”.

Num plano intermediário entre os dois pólos da memória individual (eu) e da memória coletiva (os outros), a relação com o que o autor denomina de “os próximos” é uma espécie de “réplica da amizade”, uma relação que corta as relações de filiação e de conjugalidade ou qualquer outra relação de pertencimento. O “envelhecer juntos”, nessa associação com o semelhante, traz uma nova relação com os dois “acontecimentos que limitam a vida humana” (RICOEUR, 2007, p. 141): o nascimento, que escapa a minha memória e é marcado pela comemoração de outrem que não eu; e a morte, que marca o impedimento dos meus projetos e o lamento de outrem. Os próximos me aprovam e são aprovados por mim pela nossa própria existência e essa aprovação mútua leva a percepção do “si mesmo como um outro”, não o outro a partir da concepção do si. Sobre a alma fraterna, o que Ricoeur (2007, p.141) denominou de “réplica da amizade”, Santo Agostinho afirmou:

Espero essa conduta da alma fraterna [...] e não da estrangeira, não dos filhos de uma outra raça cuja boca proferiu a vaidade e cuja direita é uma direita de iniquidade, mas a alma fraterna, a que ao me aprovar [...] se alegra comigo, pois que, quer me aprove ou me desaprove, ela me ama. Eu me revelarei [...] a pessoas como essas. (SANTO AGOSTINHO, 2000, Livro X, XIV, p. 5)

O conceito de próximo na relação do “si mesmo com o outro” (RICOEUR, 2007, p. 141), numa vinculação de amizade, facilita a consciência do presente como produto de um passado, como vida continuada e como originador dos resultados futuros. Discorrendo sobre o futuro e a utopia, no capítulo sete, Augé (2012, p. 85-99) trata do “sucesso” das religiões atribuído à busca por sentido, pela existência do amanhã, isto é, “necessidade de maquiagem a realidade ou de oferecer o artifício de um mundo paralelo, íntimo, onde as pessoas podem se reconhecer, se fazer reconhecer, esperar o que virá e lutar contra o pânico de um presente definitivo” (AUGÉ, 2012, p. 87). Ele destaca os fundamentalismos, cada vez mais atuantes no cenário global.

A situação atual do mundo, principalmente no ecletismo ocidental moldado pelo consumo, é a de uma realidade em que as artes, a cultura, a filosofia e a religião podem ser individualizadas e se transformarem em objetos para o consumo. Num momento que o autor denomina de “pós-modernismo do pobre”, num “mundo da televisão”, a grande massa se expressa, mas não com muita originalidade, visto que já se insere nesse mundo e já preconcebe seus critérios como verdade. Segue o desafio elencado por Augé dentro dessa realidade do presente:

Depois das tristes experiências do século XX, o desafio é o seguinte: como reintroduzir em nossa história finalidades que nos livrem da tirania do presente, mas que não sejam a fonte de um novo despotismo intelectual e político? Como não imaginar o futuro [...], mas nos preparar para que ele seja, na medida do possível, o porvir de todos? (AUGÉ, 2012, p. 90)

Pode-se contar com o conceito de “anomia” de Durkheim (2000, p. 311-323) para o entendimento da situação atual exposta acima, de rompimento com os valores tradicionais e de perda da identidade que não se encontra em novos paradigmas. Segundo o autor, o homem, diferente dos outros animais, necessita satisfazer seus prazeres e obter conforto e bem-estar. Além disso, é preciso que seus esforços e movimentos não sejam em vão, isto é, suas ações devem ser refletidas no futuro. Futuro esse que sempre parece ter mais a oferecer do que o passado, que se limita e não abre possibilidades de mudanças. A partir dessa lógica, Durkheim afirma que quanto mais se tem em relação a materialidade e a liberdade, mais aumentam as

necessidades do homem, pois o que se tem passa a ser referência do que se gostaria de ter. O alcance da felicidade está, segundo ele, na limitação dos desejos através da moral. A sociedade desempenha esse papel moderador através das instituições que devem manter sua autoridade por respeito ou por medo e o enfraquecimento ou a perda de credibilidade delas gera rebelião e violência. O patrimônio não somente em sua materialidade, mas em sua assimilação e vivência por parte da comunidade, surge nesse contexto como elo entre o passado e os anseios do futuro.

O “fim da história” e o mundo dividido entre os que estão no jogo (os que têm capital, consumidores) e os outros, entre assistentes e assistidos, levam, no presente, a uma leitura da história sem referências, o que aparta a ideia de progresso (continuidade evolutiva dos acontecimentos). Os movimentos de resistência ao sistema, quando surgem, trazem ideais fragmentados, particulares, com dificuldades na construção de projetos efetivos para o futuro. Para Augé (2012, p. 91), uma análise pertinente para esses projetos deve ser pautada em questões de nível local, mas com efeitos de natureza global. Atualmente, segundo ele, o contexto dos estudos é sempre mundial e faltam pesquisas nos microcontextos locais. Há a necessidade de tais pesquisas locais, contextualizadas globalmente e confrontadas com a globalidade de mercado, das tecnologias e das imagens. A vida cotidiana e a cultura local se tornam, neste cenário, o centro de estudos científicos e os principais objetos de preservação na atualidade. O patrimônio cultural surge nesse contexto como ferramenta revolucionária no resgate dos acontecimentos locais e individuais através da história.

Outras características da contemporaneidade apresentadas são o aumento das distâncias entre os extremos - os mais ricos e os mais pobres, os que detêm o conhecimento (laboratórios, universidades) e os que não o detêm (ignorância da maioria da população mundial) - e a legitimação da “ideologia do presente” (AUGÉ, 2012, p. 92) - o presente não como história, mas como algo que torna obsoletas as lições do passado e que anula o desejo de imaginar o futuro. Segundo o autor, são três os fenômenos que afirmam a existência da “ideologia do presente”:

1 – O “fim das grandes narrativas”, das ilusões sobre o progresso da humanidade, e a dificuldade, por sua vez, de se produzir uma nova “grande narrativa”;

2 – O “predomínio da linguagem espacial sobre a linguagem temporal”, no qual a dicotomia “particular/universal”, que se inscrevia no tempo, foi substituída pela dupla “global/local” numa mudança da relação com a história;

3 – A presença do “reino das imagens” em que as imagens e as mensagens que nos rodeiam parecem nos dar sentido a nossa existência cotidiana e nos dão a sensação de progressos formidáveis, apesar das diversas formas de violência constatadas na atualidade (AUGÉ, 2012, p. 93-98).

Augé finaliza o capítulo concluindo que a realidade da “ideologia do presente” aponta para a necessidade de uma política científica cujo objetivo seja a diminuição das desigualdades. Um futuro construído para apenas uma parcela da população detentora do saber e do poder só pode ser combatido através do que o autor intitula de “utopia da educação” para todos, livre das ilusões do presente, do consumo. O saber patrimonial também pode ser incluído nesse contexto da “utopia da educação”, já que os objetos de preservação vem sendo definidos por uma minoria detentora do saber e a grande massa é levada a atender aos seus princípios sem conhecer os motivos ou a história por detrás deles. Uma política pautada fora da vida cotidiana e em desarmonia com a cultura local tende a seguir as regras do mercado mundial e ao uso do patrimônio como objeto de consumo ligado principalmente ao turismo. Como consequência desse processo, a não identificação por parte da população com os lugares que deveriam ser “de memória” leva principalmente à depredação dos monumentos. O desafio dos profissionais e estudiosos do patrimônio cultural territorial é distinguir qual a verdadeira memória que se anseia preservar, memória de “quê” (quais objetos?), de “quem” e para “quem” (quais sujeitos?).

No último capítulo, Augé (2012, p. 101 a 111) traz três expressões com o termo “mundo” que elucidam como está a relação da humanidade com o mesmo. A primeira é a expressão “volta ao mundo”, que com a globalização, num “mundo feito de mundos”, ganha novo significado, tencionando entre unidade e pluralidade, global e local. A uniformização dos espaços - através dos lugares turísticos, da rede hoteleira, das redes alimentícias - causa a percepção de aceleração do tempo nesse circuito “ao redor” do mundo. A impressão é a de que dar a “volta ao mundo” ficou mais rápido.

A segunda expressão é a de “um mundo melhor, um outro mundo”. Antes ligada às promessas dos mitos fundadores das religiões, atualmente tal expressão remete às mudanças no mundo antes mesmo de imaginá-las, num processo que o autor denomina de “existencialismo prático”. As inovações tecnológicas não surgem de utopias, mas da experiência científica. As mudanças que sobrevirão ao mundo são inimagináveis no presente e, nesse futuro incerto, deverá haver mudanças revolucionárias no campo da educação atentando-se para não crescer ainda mais o distanciamento entre os que detêm e os que não detêm o conhecimento (AUGÉ, 2012, p.104-106). O tema permite salientar a questão da educação patrimonial, que pode também surgir como saída para diminuir o distanciamento entre quem detém o poder de decidir o que deve ser preservado e todos os outros que vivem cotidianamente o patrimônio, que se identificam com os lugares de memória. Políticas voltadas para a inclusão de todos na tomada de decisões deve necessariamente incluí-los no ciclo do saber.

A terceira e última expressão é a do “fim do mundo”, que exprime a ambiguidade de o mundo precisar acabar para que comece outro. Os medos da contemporaneidade, por sua vez, se transferiram para aspectos ecológicos (situação do planeta) e médicos (doenças e epidemias). Nesse contexto, a noção de indivíduo evolui revolucionariamente, pois o conceito de mundo e de cultura (mais amplo) aprisionam os desejos e peculiaridades individuais. O indivíduo se constitui num ponto estratégico do que o autor denomina de “sobremodernidade”, a modernidade que se prolonga. O que muda é que o sistema econômico se contenta com o indivíduo passivo, desde que ele tenha a sensação de que é livre em suas escolhas e opiniões. Numa situação de “sobremodernidade”, porém, Augé (2012, p. 110) afirma que:

[...] o indivíduo, por mais condicionado que seja, pode surpreender seu mundo levando ao pé da letra as mensagens que lhe são dirigidas, tomando distância, rebelando-se. O receio do empobrecimento, a sensação do tempo que passa, a impaciência adolescente ou o pessimismo do envelhecimento – em síntese, o sentido de urgência – são armas terríveis que despertam lucidez. (AUGÉ, 2012, p.110)

Conforme Augé (2012, p. 110-112), a ideia de indivíduo é subversiva ao passo que o mundo nasce e morre com ele, mas na medida em que ele se conforma com as situações, com o alinhamento dos padrões, a ideia de indivíduo se perde. O

salvamento da individualidade estaria na solidariedade, onde a individualidade é realizada. A solidariedade (amor, amizade) – como visto anteriormente, nomeado por Ricoeur (2007, p. 141) como “réplica da amizade” - não precisa do quadro institucional. A realização, para Augé (2012, p. 111), está na aprendizagem em que se conjuga solidão (ligada à liberdade) e solidariedade (na busca de sentido).

Numa aproximação dos conceitos descritos, podemos entender o patrimônio como “coisa” no conceito de Heidegger, explicado por Lima da seguinte forma:

Após desconsiderar a ciência, Heidegger retoma a pergunta: “que é a coisa como coisa? [...] “Que é a proximidade?” (p.5). Nessa retomada lembra que como a coisicidade da coisa e a proximidade não podem ser compreendidas, elas podem ser experienciadas. Para experiencarmos a proximidade e a coisa é que “temos perguntado sobre a jarra que está na proximidade” (p.5). Pela ciência vimos a jarra como um recipiente sempre cheio, agora é preciso ver a jarra como um recipiente que acolhe algo em seu vazio.

Heidegger diz que “o vazio acolhe de modo duplo: tomando e retendo” (p.5). Este tomar e reter torna-se uma unidade no vazio do recipiente. Para confirmar o destino da jarra, essa unidade tem como fim o verter, ou seja, o inclinar para derramar aquilo que é acolhido. Esse verter, não é um simples derramar, é o próprio oferecer algo a alguém, é presentear. (p.5) (LIMA, 2010, p. 100)

Como “coisa”, o patrimônio não se caracteriza pela jarra em si na sua materialidade. Ele envolve o realizar-se da jarra, a totalidade das coisas: o recipiente, o seu vazio, o que a preenche, a coisa revelada na sua coisicidade (fora da ciência), o tomar, o reter e o presentear. Aí reside a complexidade de encontrar seus "limites", de defini-lo em cada situação. O "conhecimento de si" e a realização do oferecer, numa relação de amizade, é que definem e ao mesmo tempo transformam o patrimônio num processo sempre contínuo. O patrimônio é, ao mesmo tempo, produto e agente fomentador da solidariedade.

Marc Augé (2012, p.113-118) conclui o seu texto apresentando a “utopia da educação” como forma de transcendência das situações de desigualdade e de incoerência atuais. Para ele, pensar no plural é importante, mas enfatiza que é a cultura que está a serviço do indivíduo e não o contrário. O desafio diante da atual realidade é a utopia da educação progressista (visando à melhoria da humanidade), progressiva e focada no indivíduo. Deve-se combater a contradição entre conhecimento e ignorância, que afetam até mesmo os países industriais e cientificamente desenvolvidos, e criar discussões e enfrentamentos em relação ao



sistema escolar atual, que se mostra um agente criador de desigualdades. O desafio apresentado como “utopia da educação” seria inverter as tendências atuais, em que há gritantes desigualdades de orçamento entre os centros universitários e de pesquisa no mundo e um aumento cada vez maior da distância entre quem não tem acesso à alfabetização e os que descobrem as grandes hipóteses da ciência. O autor enfatiza ainda que a atualidade é, apesar de suas contradições, a melhor situação da história para os homens se pensarem como humanidade, o que poderia auxiliar no pensamento do futuro construído para todos, sem ser exclusivamente para uma elite. O progresso científico democrático depende do que ele chama de “revolução social do ensino” (AUGÉ, 2012, p. 118).

Trazendo as discussões de Augé (2012) para a questão patrimonial, uma conservação territorial e urbana integrada deve partir sempre do indivíduo, ter uma visão globalizada, mas não se desligar da vida cotidiana. O patrimônio se perde em intensões consumistas/capitalistas se estiver voltado somente para sua materialidade e só ganha sentido se exaltar a solidariedade, respeitando a solidão individual e objetivando a busca por sentidos. A “revolução social do ensino” assinalada por Augé (2012, p. 118) deve abarcar o patrimônio cultural e territorial com o objetivo de desmistificar os lugares propagados como de memória pelo sistema dominante através das mídias e buscar o conhecimento dos verdadeiros espaços de memória solidária dos atores envolvidos, onde há identificação de um passado no presente, isto é, como fluxo e numa identificação contínua.

Aldo Rossi (1995, p. 1-2) discorre sobre a cidade concebida como arquitetura, isto é, a sua construção não como práxis, mas como criação do ambiente em que se vive. Com o tempo, a cidade cresce sobre si mesma adquirindo, segundo o autor, consciência e memória de si. Assim, permanecem os motivos originais de criação do lugar e, ao mesmo tempo, os motivos de seu desenvolvimento vão se modificando. A importância do conhecimento dos fatos urbanos, inclusive dos aspectos individuais, está justamente no auxílio da construção da cidade pautada em teorias e ações realmente úteis e profundas. A vida cotidiana é o resultado da vida privada em um ambiente social e ela deve ser considerada primordial nas ações de modificações e de manutenção da cidade. Destruições, demolições, expropriações, mudanças bruscas na paisagem apresentam uma imagem do destino interrompido

do indivíduo e da descontinuidade da sua participação no destino da coletividade. Todavia, os monumentos urbanos simbolizam a permanência desse destino coletivo e se tornam pontos de referência da dinâmica urbana (ROSSI, 1995, p. 3-4).

Numa construção das relações entre instituições/ mitos/ vida histórica, Rossi (1995, p. 7) afirma que os mitos mudam ao longo das gerações. Estas os mantém, mas os contam de maneira diferente. O patrimônio recebido do passado recebe contribuições e elementos novos a cada geração. Porém, por trás da realidade mutável, há uma realidade permanente que não sofre a ação do tempo e é esse cerne do patrimônio que deve ser conhecido para que as alterações estejam de acordo com a memória coletiva construída ao longo do tempo e para que se mantenham os elementos de identificação da geração atual e das futuras. O autor afirma que o rito e a sua natureza coletiva, e aí seu aspecto material quando este for parte da conservação do rito, são os elementos chaves para a conservação do mito e da exaltação do valor do monumento.

O capítulo seguinte tem por objetivo a caracterização histórica do Centro de Vitória, objeto de estudo desta dissertação de mestrado, a delimitação do que é considerado Centro pelo Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória (programa realizado pela Prefeitura de Vitória em 2006) e o levantamento das características e peculiaridades deste lugar, além das questões e análises voltadas ao seu patrimônio. Essa etapa colaborará com a próxima, caracterizada pelo estudo do plano à luz dos conceitos de Conservação Urbana e Territorial e Patrimônio Cultural estudados neste capítulo.

## **2 CENTRO DE VITÓRIA, SUAS CARACTERÍSTICAS E QUESTÕES RELACIONADAS AO SEU PATRIMÔNIO CULTURAL**

O Centro de Vitória, nas delimitações do plano estudado e no aprofundamento proposto para a dissertação, será caracterizado neste capítulo. O conteúdo é a demarcação tanto física quanto cultural do que se denomina Centro de Vitória. Essa área não abrange somente o bairro Centro, mas toda a região central delimitada pelo programa objeto de estudo deste trabalho: o Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória. Para conhecer a área do plano, não basta entender suas dinâmicas atuais, mas os fatos históricos e a evolução urbana que resultou na cidade que percebemos no momento atual. Compreender seu papel no presente passa pela relação com a memória do passado e a definição das expectativas para essa cidade no futuro. Para tanto, esta dissertação utiliza os argumentos contidos nos trabalhos de Monteiro (2008) e Klug (2009) no que se refere a abordagem sobre evolução e urbana e história da área e análises correlatas quanto à transformações no território e na paisagem.

Monteiro (2008) divide a cidade em três etapas de evolução urbana: uma que se estende do século XVI ao final do século XIX, que ele chama de Pré-Cidade-Presépio (Figura 1); a segunda de 1892 a 1929, chamada de Cidade-Presépio (denominada assim pelo autor; e outra a partir da década de 1930, a Pós-Cidade-Presépio (Figura 2). O autor sinaliza o fato de por quase trezentos anos a cidade de Vitória se resumir à Cidade Alta, cidade essa que ele denomina de Pré-Cidade-Presépio. O apelido “Cidade Presépio” foi conferido à cidade de Vitória, segundo Klug (2009, p.31) graças à construção do Parque Moscoso e a instalação de iluminação pública que conferiu à cidade aspectos mais charmosos. Há um atraso na evolução de Vitória em relação ao desenvolvimento das outras capitanias graças, segundo Monteiro (2008), ao fracasso de suas lavouras e ao desinteresse dos donatários. O porto, por sua vez, adquiria certa relevância em função do comércio realizado diretamente com a Europa.(MONTEIRO, 2008, p.71)

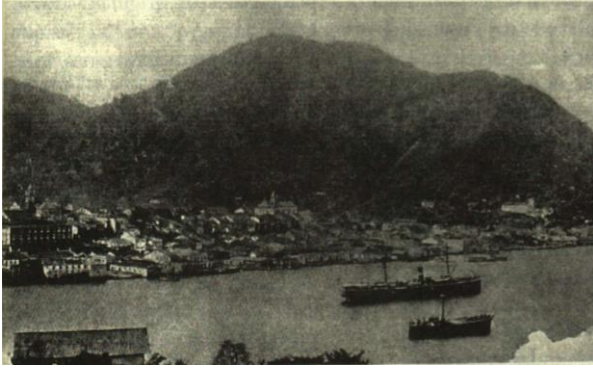


Figura 1: Vitória, final do séc. XIX – Pré-Cidade-  
Presépio  
Fonte: Monteiro (2008, p. 71)



Figura 2: Vitória, Centro, década de 1990 – Pós-  
Cidade-Presépio  
Fonte: Monteiro (2008, p. 77)

Nos termos de Klug (2009), em 1551, a cidade é fundada na chamada Ilha de Santo Antônio quando os colonos portugueses saíram da vila antiga (chamada a partir de então de Vila Velha) buscando um local estratégico para sua proteção contra ataques de embarcações piratas e dos índios. A autora indica que, nesse período, o relevo da cidade era bem marcante na paisagem e a implantação gradativa da Vila de Vitória aderiu as feições características adotadas pelos colonizadores portugueses: ruas sinuosas e terrenos e quadras de dimensões irregulares refletindo a topografia, o que dificultava a circulação interna e a comunicação com o que era externo à vila numa estratégia de segurança (Figuras 3 e 4). As ruas assimétricas, geralmente curvas e seguindo a topografia, criavam visuais diferentes e expectativa de surpresa (KLUG, 2009, p. 17-20). Nessa primeira imagem de Vitória, é possível claramente, segundo Monteiro (2008, p. 73), identificar as características da arquitetura e do urbanismo importados de Portugal: adaptação dos aspectos físicos e geográficos do lugar e criação de uma identidade com uma imagem própria típica das cidades coloniais portuguesas.

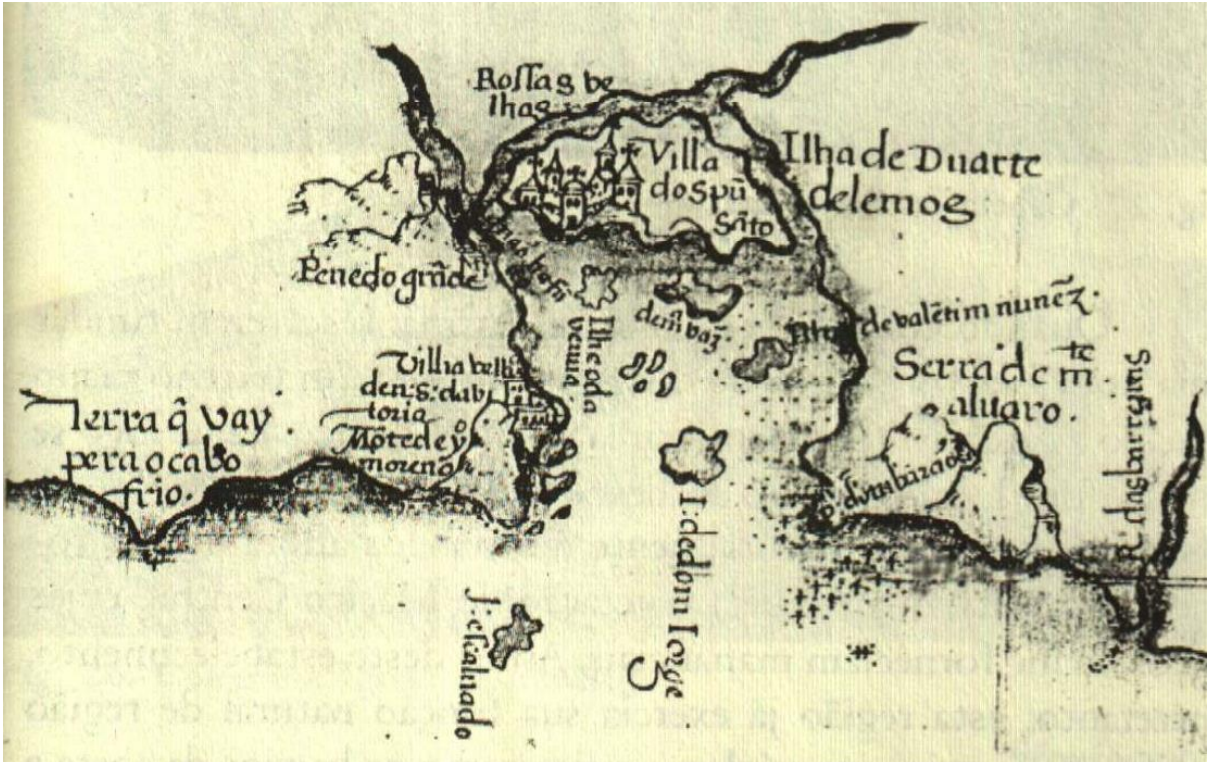


Figura 3: Vila do Espírito Santo e Ilha de Duarte Lemos – séc. XVI  
 Fonte: Monteiro (2008, p. 79)

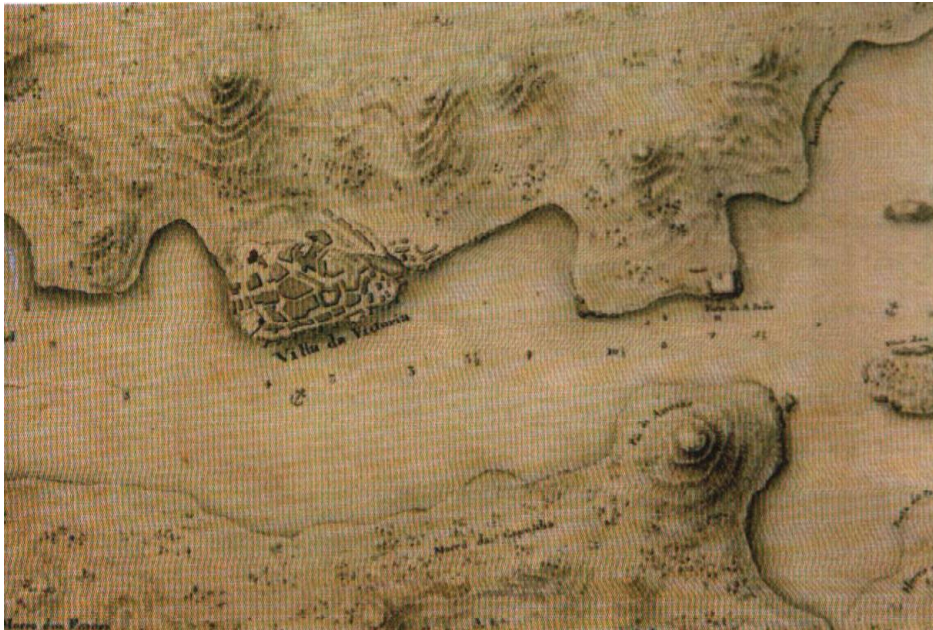


Figura 4: Planta da cidade de Vitória em 1767  
 Fonte: Klug (2009, p. 20)

Essa identidade construída é essencial para a construção integradora do território e da própria memória coletiva, que segundo Haesbaert (1997, p. 39) só acontece a partir da concepção de “espaço produzido”. As características tão peculiares de



Vitória, exemplar de cidade colonial portuguesa, compõem uma estrutura ideal para o fortalecimento do que o autor define como memória coletiva, isto é, um compartilhamento de memórias do “si do outro” com o “si mesmo”. A partir do momento em que a paisagem é desenhada sendo consideradas as características locais, ela carrega em si, como afirmam Cota e Silva (2013, p. 2), uma identidade coletiva. Seus habitantes se inserem mais ativamente no lugar em que vivem.

Entendendo que a identidade é temporal, considerada como fluxo por Husserl *apud* Ricoeur (2007, p. 123), a vivência na cidade de Vitória em sua conformação inicial auxiliava no processo de reflexão dos habitantes sobre si e sua história tanto de maneira individual quanto coletivamente. A tomada de consciência nasce nesse processo que o autor denomina de “saber de si”. A consciência do fluxo, da própria história, numa vivência dos elementos da cidade ganha então maior destaque do que a cidade em si.

Quanto às edificações da cidade nesse período, elas eram, em sua maioria, de um ou dois andares, conferindo horizontalidade ao sítio físico de Vitória. É possível observar na figura 5 que os elementos naturais eram bem visíveis e marcavam a paisagem, tendo como contraponto visual apenas as igrejas que ficavam estrategicamente nos locais mais altos da cidade. Segundo Monteiro (2008, p. 72-73), outra tipologia marcante eram os fortes construídos especialmente no século XVIII para a defesa do território, auxiliando no resguardo das terras e das minas gerais. Klug (2009) aponta que tais características permaneceram até o início do século XIX, até que, entre os anos de 1812 e 1819, foram iniciados os primeiros aterros nas regiões alagadas da cidade com o intuito de expansão da área urbana para que fosse possível comportar o crescimento econômico e demográfico de Vitória. Exemplos desses aterros são a região do Parque Moscoso e onde atualmente fica a Praça Costa Pereira (KLUG, 2009, p. 21-22).

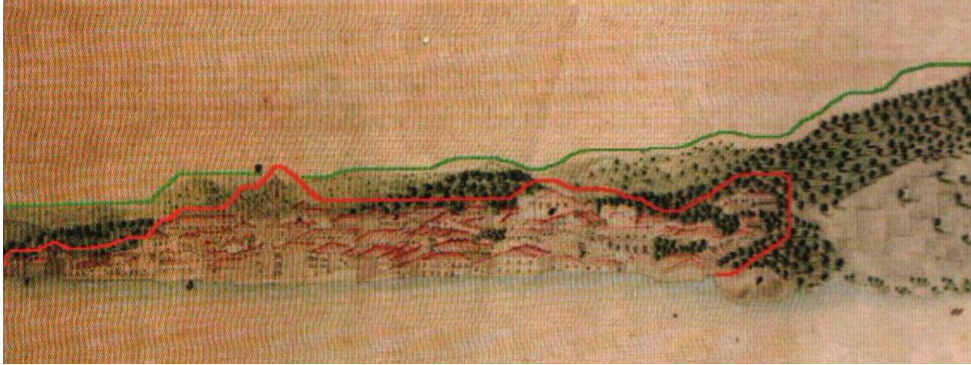


Figura 5: Silhueta da cidade de Vitória em 1767  
 Fonte: Klug (2009, p. 20)

Durante o final do século XVII e o século XVIII, Vitória é abalada pela descoberta de ouro e pedras preciosas das Minas Gerais, pois era a saída mais próxima ao escoamento da produção, o que acarretou num retardamento produtivo para toda a capitania do Espírito Santo. Afirma Monteiro (2008) que o estado se tornou a barreira oficial contra possíveis ataques e perdeu investimentos em maiores desenvolvimentos financeiros, já que não havia outros interesses da coroa que não esses. Para o mesmo autor, no início do século XIX, com a decadência do ciclo do ouro e a reabertura da capitania, houve um retorno das atividades comerciais de Vitória e um progresso gradativo principalmente na produção cafeeira. Algumas igrejas cujas ordens religiosas se encontravam em decadência foram ocupadas por atividades relativas ao governo e os cais foram substituídos por armazéns de importação e exportação. Esse momento histórico, segundo ele, caracteriza o ponto de transição para a Cidade-Presépio (MONTEIRO, 2008, p. 72-74)

O fim do século XIX até a década de 1950, iniciado pelo governo de José de Melo Muniz Freire em 1892, segundo Klug (2009), é um período marcado por uma nova política de intervenções que visavam à modernização da cidade através do poder público e a criação de novas áreas de expansão. Atendendo aos interesses de uma nova burguesia enriquecida pela economia cafeeira, buscou-se a retificação do traçado da cidade e a amplificação dos espaços, objetivos esses contrários àqueles do desenho da cidade colonial. A partir do final do século XIX, ainda segundo a autora, havia uma maior regularização do traçado nas extremidades da cidade, mas igrejas, que ficaram localizadas em pontos de convergência da malha viária, continuaram sendo marcos importantes na cidade. As figuras 6 e 7 demonstram as feições da cidade Vitória nesse período. (KLUG, 2009, p. 22-27)



Figura 6: Silhueta da cidade de Vitória em 1805  
Fonte: Klug (2009, p. 22)

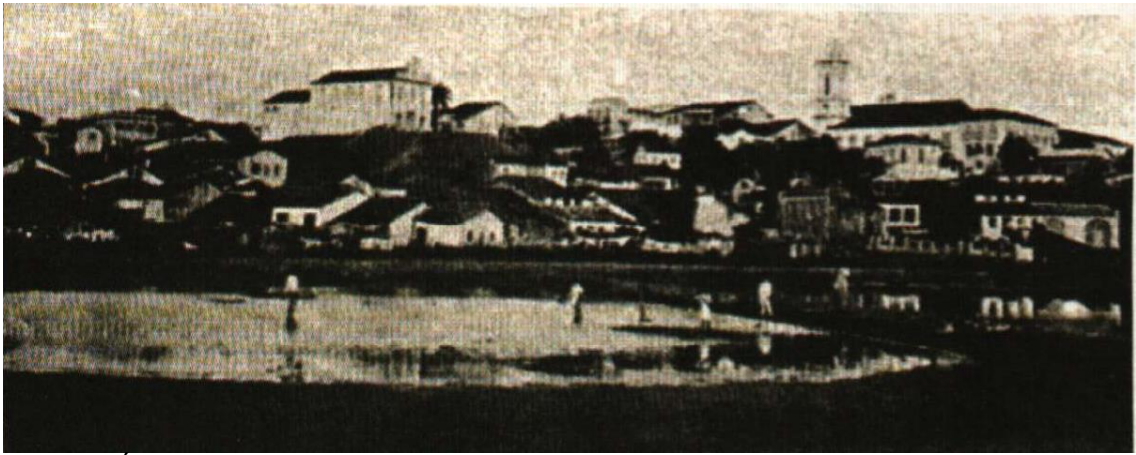


Figura 7: Área de aterro do Campinho (Atual Parque Moscoso)  
Fonte: Klug (2009, p. 22)

Entre os anos de 1908 e 1912, no governo de Jerônimo de Souza Monteiro, Klug (2009) afirma o traçado do Plano de Melhoramentos e de Embelezamento de Vitória. A autora conta que, com influências das ações de modernização de cidades como o Rio de Janeiro no governo de Pereira Passos, do movimento *City Beautiful* nos Estados Unidos da América e das intervenções de Hausmann em Paris, as finalidades do plano eram a melhoria na estética urbana, a construção de infraestrutura da cidade e a reforma e ampliação do porto. O plano contemplava uma nova planta para a cidade, saneamento através de construção de rede de água e de esgoto, construção de jardins e edifícios públicos e a retificação de vias. A construção do Parque Moscoso e a instalação de iluminação pública conferiu à cidade um aspecto charmoso que a fez ganhar o apelido de “Cidade Presépio”. Além dessas modificações, a Rua da Alfândega (atual Avenida Jerônimo Monteiro), a



principal rua comercial de Vitória, foi alargada e as ruas que margeavam a baía foram retificadas através de aterros. (KLUG, 2009, p. 30-31)

Em 1917, na datação de Klug (2009), foi elaborado o Plano Geral da Cidade, um projeto elaborado por Henrique de Novaes, mas não executado em sua maior parte, cujas intervenções propostas eram a alteração do desenho de algumas ruas com o objetivo de melhoria na circulação comercial cafeeira do porto e a demolição de morros como o da Santa Casa de Misericórdia. O impasse desse projeto era a preocupação em preservar as características físicas do Centro em algumas diretrizes, mas ao mesmo tempo a necessidade e o interesse em transformar a cidade em um espaço de produção mercantil, o que levou a algumas propostas impactantes na paisagem. Klug (2009) conta que a maior parte das propostas desse plano não foram executados, excetuando-se algumas retificações de ruas da região do Parque Moscoso. (KLUG, 2009, p. 32)

Algumas mudanças significativas foram realizadas na extensão urbana de Vitória no governo de Florentino Avidos, entre 1924 e 1928, na datação de Klug (2009). As principais são o aterro de uma área alagável localizada nas proximidades do Forte São João em meados de 1920 como um indicativo do crescimento da cidade para a região leste; o reinício das obras do porto, que desde 1906 estavam paradas, transformando a relação do centro da cidade com a baía através da interrupção no acesso físico e visual (Figuras 8 e 9); a construção da Ponte Florentino Avidos (conhecida como Cinco Pontes) para facilitar o transporte de carga entre o continente e a ilha; o aterro para construção do porto com a retificação das quadras que margeavam a baía e a construção de uma via litorânea; e a abertura da Avenida Capixaba. A partir de então, segundo a autora, a tipologia colonial original passa a ser fortemente alterada e a cidade passa por um processo de retificação, paralelismos e ortogonalidades, principalmente nas áreas de expansão construídas nos aterros. O primeiro edifício de caráter vertical, o Teatro Glória, teve seu projeto aprovado em 1926 (Figura 10). A paisagem e o sítio físico dessa época são marcados por uma área urbana maior e com perspectiva de expansão, o maciço central, porém, ainda se apresenta marcante no cenário da cidade. (KLUG, 2009, p. 33-36)

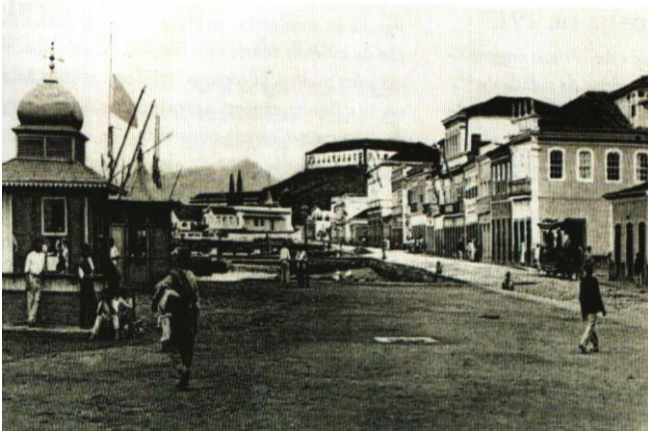


Figura 8: Imagem da cidade de Vitória no Porto dos Padres (1910)  
Fonte: Klug (2009, p. 31)



Figura 9: Galpões do porto – bloqueio visual e físico (Início da década de 1920)  
Fonte: Klug (2009, p. 33)

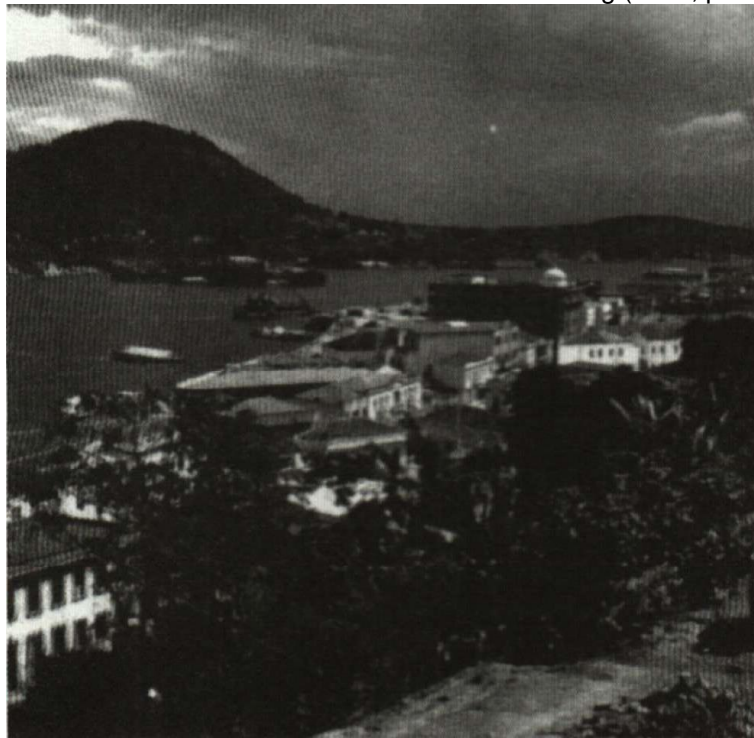


Figura 10: Destaque do Teatro Glória na paisagem  
Fonte: Klug (2009, p.36)

Segundo Monteiro (2008), Vitória, em menos de três décadas, de vila colonial se transforma em nova cidade burguesa num acelerado processo de urbanização, mesmo que atrasada em relação às principais cidades do país. Nesse período, houve grandes investimentos, principalmente na parte baixa da cidade, e surge uma nova paisagem marcada pela arquitetura eclética. Iniciada no governo de Muniz Freire, continuada por Jerônimo Monteiro e concluída por Florentino Avidos, há uma profusão de construção de edificações voltadas para funções que antes eram inexpressivas, como instituições educacionais e de lazer – parques, teatros e

cinemas. Exemplos das edificações remodeladas ao novo estilo padrão são a Igreja de São Tiago que deu lugar ao Palácio do Governo, a Igreja matriz que foi substituída pela Catedral Metropolitana e a Igreja da Misericórdia que se transformou no prédio da Assembleia Legislativa, além da construção das escadarias como elementos símbolos dessa transformação. (MONTEIRO, 2008, p. 74)

O autor ressalta que nesse período há um desenvolvimento surpreendente em Vitória – ver a evolução na mancha urbana apresentada pelas figuras 11, 12, 13 e 14 - mas atrasada em relação às outras cidades do país. A produção arquitetônica, apesar de apresentar certa elegância, não pode, segundo Monteiro (2008, p. 75), ser comparada a dos principais polos do país. Diferentemente do que aconteceu com a inserção do estilo colonial, o que ocorria nesse momento não era a evidência de uma identidade singular. Segundo o autor,

[...]o que ocorreria agora era apenas uma mera mudança estética, em que os novos objetos – quase sempre idealizados por artistas de origem estrangeira - representavam mais um modismo do que uma produção preocupada com uma relação mais estreita com a singularidade do território sobre o qual estavam sendo construídos. (MONTEIRO, 2008, p.75)





Figura 11: Vitória durante o governo de Muniz Freire (1895)  
 Fonte: Monteiro (2008, p. 96)



Figura 12: Vitória durante o governo de Jerônimo Monteiro (1910)  
 Fonte: Monteiro (2008, p. 96)



Figura 13: Vitória após o Governo de Florentino Avidos (1948)  
 Fonte: Monteiro (2008, p. 96)



Figura 14: Mancha urbana de Vitória em 1930  
Fonte: Klug (2009, p. 36)

Exemplos de produção arquitetônica dessa época no Centro de Vitória são o Museu das Artes Plásticas, a antiga Faculdade de Filosofia (Fafi), o teatro Carlos Gomes, o Mercado da Capixaba, as escadarias, os armazéns do porto e o Cineteatro Glória. No final da década de 1920, as feições da cidade apresentada por essa arquitetura e pela primeira grande extensão do território, incluso no plano do Novo Arrabalde, caracterizam a imagem da paisagem do que Monteiro (2008, p. 76) denomina de Pós-Cidade-Presépio.

As intervenções ocorridas em Vitória nesse período, a partir de fins do século XIX, não foram realizadas com a preocupação de conservar os elementos que marcavam a memória do passado, como enfatiza Giovannoni (2013). Nem o valor histórico nem o valor memorial da cidade, elencados por esse autor, foram considerados nas retificações dos planos apresentados. Ao contrário, a cidade antiga e suas características eram avaliadas pelos gestores como retrógradas e ultrapassadas. Como exposto no capítulo anterior, Giovannoni *apud* Choay (2011, p. 193) afirma que a cidade antiga “coloca em jogo no presente a memória viva que prende seus habitantes ao seu passado”. Ao desmanchar a paisagem anterior numa perspectiva de renovação, as obras executadas contribuíram em certo grau para o desligamento do pertencimento dos seus habitantes à memória do passado. Pouco esforço houve no sentido de cogitar intervenções que fizessem coexistir cidade antiga e cidade nova de forma mais harmônica e acabou ocorrendo justamente o que o autor vem

alertar: a introdução forçada de uma vida urbana moderna em uma estrutura concebida com critérios antigos sem preocupação com uma conciliação entre as duas realidades.

Conforme Klug (2009), em 1931, Henrique de Novais prepara um novo projeto, também não implementado, chamado de “Plano de Urbanização de Vitória”. Nele estavam previstos a remodelação da Ilha do Príncipe, da Cidade Alta e da Zona Comercial da Vila Rubim; a criação de um bairro industrial e dois bairros operários entre o Forte São João e Jucutuquara; e a expansão da cidade na direção leste de Vitória e na direção do Cais Comercial do Porto. A autora demonstra que o desenho dos bairros novos consistia em malhas ortogonais e as proposições mais ousadas, por sua vez, foram apresentadas para o Centro, como, por exemplo, a proposta de reconstrução da Catedral Metropolitana para que fosse possível dispor sua fachada para o sol nascente. A autora destaca deste plano o fato de Novais ter reconhecido parte da cidade como significativa e passível de preservação como o maciço central, a baía e o Morro do Penedo, mas, por outro lado, elementos naturais como manguezais, vegetação rasteira e restinga foram considerados insalubres. Além disso, ele não se deteve a projetar aterros e desmonte de morros. (KLUG, 2009, p. 37-40)

Em 1945, ainda na datação da autora, Henrique de Novais se torna prefeito da cidade e contrata a Empresa de Topografia, Urbanismo e Construção Ltda (ETUC) , sob a supervisão do urbanista Alfred Agache, para montar o Plano de Urbanização da Cidade de Vitória e resolver alguns problemas da cidade, basicamente relacionados à circulação e ao trânsito. Como o Centro havia se tornado um nó de ligação entre os demais bairros residenciais da cidade, foi proposto um sistema viário radial-perimetral com vias construídas sobre aterros marginais ao mar circundando a ilha de Vitória. Com a intenção de embelezamento da cidade, também foram propostas a demolição dos casebres da Ilha do Príncipe para dar lugar a sua reestruturação com ocupação residencial de classe alta e a construção de ruas e jardins paralelas às curvas de nível. A cidade estava sendo projetada prioritariamente para se tornar cenário para seus visitantes. Outras propostas foram a ampliação do porto e a criação de um novo bairro onde atualmente encontra-se o bairro de Bento Ferreira. (KLUG, 2009, p. 41-44)



Nesse período, percebe-se a forte preocupação com a estética da cidade e a valorização dos seus elementos. Pontua-se o aterro da Esplanada da Capixaba e o início do processo de verticalização. No final da década de 1940 foram aprovados projetos dos novos edifícios na região do Parque Moscoso, o que caracterizou mudanças nos aspectos paisagísticos do local. O novo parcelamento na explanada não segue a malha antiga (Figura 15), o que fez reduzir a visualização da baía para quem está na parte mais antiga da cidade, além de ter acabado com “os últimos resquícios que existiam no Centro de Vitória do antigo desenho da ilha”. (KLUG, 2009, p. 46)

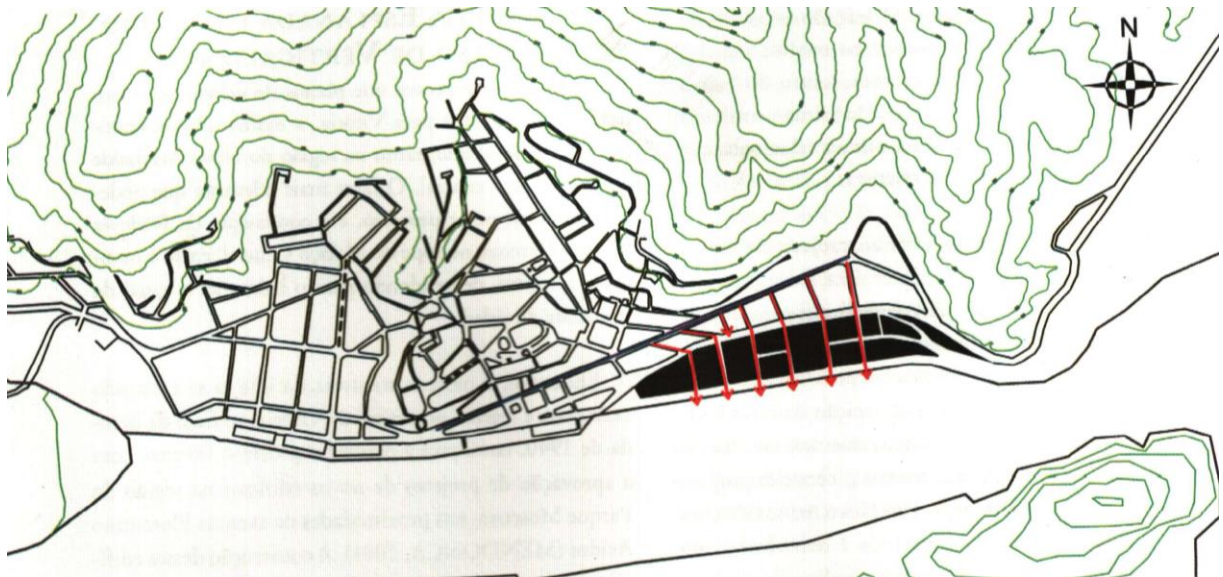


Figura 15: Planta da região da Esplanada da Capixaba  
Fonte: Klug (2009, p. 46)

A década de 1950 é marcada pela intensificação do processo de verticalização no Centro e surgem nessa fase as primeiras leis e diretrizes voltadas para o planejamento da cidade. Os arredores da Praça Costa Pereira e as quadras localizadas entre o porto e o Palácio do Governo são as áreas que mais sentiram esse processo de verticalização. A lei nº 351/1954 definia um limite de doze pavimentos para a região do Parque Moscoso, limite esse atribuído antes disso somente à Explanada Capixaba. Tais diretrizes foram necessárias visto que as quadras com lotes pequenos e os prédios sem afastamento de seus limites estavam formando verdadeiros paredões como barreiras visuais para os elementos simbólicos e naturais da região central (observar Figura 16). O perfil da cidade começa a se alterar nesse momento e ela deixa de se voltar prioritariamente para os

elementos históricos, naturais e culturais e inicia os investimentos para se tornar uma cidade verticalizada e “desenvolvida” (KLUG, 2009, p. 49-50).

No final da década de 1960, o limite do gabarito das edificações passa de 12 para 25 pavimentos, o que contribuiu para gerar uma barreira visual nas proximidades do mar. Novos elementos marcaram, a partir daí, a paisagem do Centro em detrimento às edificações históricas e elementos naturais. O Plano de Desenvolvimento Integrado, uma espécie de plano diretor realizado em 1971, objetivava promover a ordenação do crescimento de Vitória e nele havia a proposta de transferência do porto para um novo cais no continente em Aribiri, além da definição de um zoneamento para a preservação da paisagem. Esse foi o primeiro plano a trazer a preocupação com a problemática sobre a preservação dos monumentos históricos do Centro. Ele instituía, por exemplo, mudanças no gabarito máximo das edificações, o número de dois na Cidade Alta e de seis em suas imediações (KLUG, 2009, p. 51-53). Essa preocupação refletiu as discussões sobre o patrimônio e sobre a proteção de conjuntos urbanos que se iniciaram no Brasil na década de 1960 (BARRETO, 2013, p. 14 e 15).



Figura 16: Início do processo de verticalização em Vitória  
Fonte: Klug (2009, p. 51)

A década de 1970 é marcada pelo adensamento da cidade motivado pelo grande fluxo de pessoas vindas do interior, pelo crescimento urbano desordenado, pelos grandes aterros na cidade de Vitória e pelo auge no processo de verticalização, além dos loteamentos e ocupação de áreas naturais destinadas à preservação dos seus aspectos originais, principalmente os morros e os manguezais (MONTEIRO, 2008, p. 76). No Centro, um aterro foi construído ao lado da Ilha do Príncipe para que fosse possível a construção da Segunda Ponte de Vitória denominada Ponte do Príncipe, que ligaria a Cidade de Vila Velha a Vitória. Essa intervenção acarretou na mudança da paisagem e na percepção da Ilha, concedendo um novo ponto de vista à cidade. Quanto à verticalização e à densificação ainda mais agressivas (Figura 17), agravadas pelas pressões do mercado imobiliário, apresenta-se nessa época a



ocupação da Esplanada da Capixaba por edifícios e a construção de muitos prédios na Cidade Alta (KLUG, 2009, p. 54-56). A partir de então, a paisagem de Vitória se modifica intensamente, como salienta Klug:

A 'Cidade Presépio' ou a 'Cidade Acrópole' fica mais difícil de ser 'lida' na paisagem de Vitória [...]. A cidade que se adequava à topografia e se espalhava sobre o mar não é mais percebida facilmente. O Maciço Central, que outrora tinha um grande domínio sobre a paisagem, agora, aparece como fundo para a cidade verticalizada que se apresenta na orla. (KLUG, 2009, p. 56)



Figura 17: Cenário do Centro de Vitória após a consolidação do processo de verticalização  
Fonte: Klug (2009, p. 56)

A partir de então, a leitura dos elementos que compõem a paisagem ficou ímproba e o papel deles na participação da construção da memória coletiva foi reduzido. Como afirma Vaz e Pereira (2010, p.32) as imagens urbanas podem ser criadas na memória coletiva gradativamente de maneira que os habitantes se identifiquem com a cidade ou através da produção artificial dessas imagens para que elas sejam propagadas e para atingir objetivos de grupos dominantes, principalmente relacionados ao turismo. As intervenções que vinham acontecendo em Vitória e sua intensificação na década de 1970 foram ditados de forma mais intensa pelo mercado imobiliário e por classes sociais influentes, o que contribuiu para uma modificação acentuada não gradativa e para a perda da identificação com a paisagem por parte

da população usuária do Centro de Vitória, ainda mais por quem não é morador dali. Briskievics e Saquet (2009, p. 14) criticam essa desvalorização do passado, pois ela interrompe a evolução harmônica do território.

Houve também um aumento nos fluxos de veículos que o Centro já não comportava. Ele se apresentava saturado e inadequado para os novos investimentos que foram sendo gradativamente transferidos para áreas mais a leste da cidade nos bairros da Praia do Canto, de Bento Ferreira e da Praia do Suá. Esse processo pode ser considerado, ao mesmo tempo, efeito da anomia, perda de identidade tratada por Durkheim (2000, p. 311-323), e ainda a causa de uma amplificação desse processo. Considerando a identidade como a consciência tomada sobre si (RICOEUR, 2007, p. 113), a transferência de instituições, empresas e investimentos para outras áreas de Vitória intensificou o desconhecimento, o desinteresse e o descaso com o Centro Antigo de Vitória e com a própria história dessa cidade por parte de seus habitantes e suas instituições.

A construção da Terceira Ponte (Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça), uma nova ligação entre os municípios de Vitória e Vila Velha, foi um fato marcante na década de 1980 e possibilitou uma nova apreensão dos fatos cotidianos e novas visuais da cidade, uma nova imagem de Vitória, não mais a partir do Centro de Vitória. Essa ocasião contribuiu ainda mais para o processo de esquecimento do Centro. Para Santo Agostinho (2000, Livro X, XVI, p. 25), o esquecimento seria o obstáculo para se chegar ao que ele considera uma “memória feliz”. Ele é testemunhado pela existência da memória, ela o retém, mas não colabora para uma memória completa, para a ligação do que o autor denomina de memória das coisas com a memória de si mesmo. O processo de esquecimento do núcleo histórico e conseqüentemente da própria história de Vitória cooperou, pelo exposto acima, com o desligamento entre a memória individual e a memória do espaço em que se vive.

Klug (2009) menciona que o Plano Diretor Urbano de 1984, numa consciência primária do processo explicado no parágrafo anterior, objetivava inibir a ação especulativa e ordenar os usos. Nesse plano, a Cidade Alta e a região da Curva do Saldanha foram definidas como áreas de proteção, como pode ser observado no zoneamento do Centro da cidade apresentado na Figura 18, e houve um maior cuidado com questões referentes à proteção dos sítios de excepcional beleza ou de

valor histórico, sem ter a preocupação, por sua vez, com as perspectivas visuais desses elementos. O zoneamento com limites de gabarito ficou restrito ao entorno imediato dos elementos naturais e o resultado pretendido de preservação das vistas não foi atingido. A restrição maior de altura ficou na Cidade Alta, onde as edificações só poderiam ter três pavimentos. A área central poderia contar com construções de até doze pavimentos e com até seis pavimentos nas encostas do Maciço Central (KLUG, 2009, p. 57-60). Sendo o primeiro PDU, que visava o ordenamento da cidade, consolidou a paisagem Pós-Cidade-Présépio como uma paisagem fragmentada. Tinha por objetivo a tentativa de preservação das áreas naturais e da eleição dos objetos arquitetônicos de valor histórico e artístico, mas também ajuda a consolidar o processo de verticalização (MONTEIRO, 2008, p. 76).



Figura 18: Zoneamento proposto para a Área Central de Vitória – PDU de 1984  
Fonte: Klug (2009, p. 52)

O próximo Plano Diretor elaborado para o município de Vitória foi o de 1994, que tinha como diferencial a criação de uma Zona de Proteção Paisagística visando à recuperação da qualidade visual. Previa também a liberação dos gabaritos, limitando as construções através do coeficiente de aproveitamento (CA) e da taxa de ocupação (TO), além da setorização do Centro objetivando controlar e restringir ainda mais as intervenções na paisagem (KLUG, 2009, p. 61-62).

Segundo Monteiro (2008, p. 77), as duas últimas décadas do século XX, com a Pós-Cidade-Présépio ainda em desenvolvimento, não apresentam um estilo arquitetônico próprio com predominância protomoderna, moderna ou neomoderna, diferente dos fortes vestígios deixados pelo barroco Pré-Cidade-Présépio e pelo eclético da

Cidade-Présépio. Como nas demais cidades brasileiras, o que define a produção arquitetônica nesse período em Vitória são os interesses mercadológicos. As consequências desse processo foram a desconexão urbana e o desequilíbrio tanto entre as obras em si quanto entre as obras e a natureza.

Esse transcurso de constituição da cidade deve ser investigado para que seja possível identificar o que Ostrom *apud* Rio e Name (2013, p. 5) chama de “ambiência”. A definição das dinâmicas da cidade, os fluxos que constituem a identificação por parte de seus habitantes são mais relevantes, segundo o autor, do que as edificações e os elementos materiais do patrimônio. Daí é identificada a necessidade de diálogo multidisciplinar afirmada por Castriota (2013, p. 12) nas ações e políticas de preservação. A noção de “patrimônio ambiental urbano” exposto por esse mesmo autor evidencia a imprescindibilidade de aproximação de três campos essenciais para o entendimento dos movimentos relacionados ao patrimônio. Esses campos são a “preservação do patrimônio”, o “planejamento do território” e a “preservação ambiental”. Também no caso do Centro Histórico de Vitória o diálogo entre essas áreas deve ser foco na sua gestão. A preservação do patrimônio territorial compreende, segundo Briskievics e Saquet (2009, p. 6), as relações de poder, as redes de circulação e comunicação, as identidades e a natureza. Esses componentes também devem ser considerados na gestão do patrimônio nessa perspectiva multidisciplinar.

Vitória, como as demais cidades contemporâneas, tende a se inserir na busca por ser uma “cidade mundo”, conceito apontado por Augé (2012, p. 42-44). Contrariamente à visão global e ilusória do “mundo cidade” (urbanização global e igualitária), percebida em escala local, essa cidade e seu centro histórico evidenciam os seus problemas, a violência existente e suas desigualdades, tão em desacordo com o que se prega sobre a democracia e a padronização das cidades vistas numa perspectiva global. Por isso, além da constituição do planejamento pautado na multidisciplinaridade explicitado no parágrafo anterior, é essencial a participação efetiva da população nas políticas e ações de preservação, não como forma de legitimar interesses de grupos dominantes, mas para auxiliar na apreensão do real funcionamento desse lugar. Dessa forma, projetos de preservação ou modificações no sítio se aproximarão da memória coletiva e serão mais identificáveis pelos

usuários da região. Os processos participativos dessa cidade devem voltar-se não somente para a apreensão das necessidades e vontades dos participantes, mas num seguimento educativo – elencam-se aqui as ideias de Marc Augé (2012, p. 101-118) sobre a educação como salvadora das tendências desastrosas do futuro – buscar promover o conhecimento sobre si, tanto da parte dos usuários individualmente quanto da cidade como uma entidade coletiva. Promover uma vivência no Centro de Vitória através da educação patrimonial e de ações que levem ao conhecimento do seu patrimônio por parte da população com uma política ampla de visitas e de fomento de eventos são formas de impulsionar a identidade em relação aos monumentos e ao espaço, que por ser entendida como fluxo (HUSSERL *apud* RICOEUR, 2007, p. 123), está mais intimamente ligada à “fenomenologia pura”, na experimentação e na consciência do objeto do que no objeto em si. Conservar a coisa em si faz parte das ações patrimoniais culturais urbanas, mas sem o conhecimento desse objeto as políticas de preservação perdem o sentido e são percebidas mais como um fardo pelos cidadãos do que como um benefício à cidade. Um bom exemplo sobre essa relação entre a materialidade e a imaterialidade do patrimônio é o trabalho realizado pela arquiteta Leda Leonel na tribo Cinta-Larga apresentado no primeiro capítulo desta dissertação. A arquiteta propôs de forma conjunta o projeto de um centro de treinamento com as características tradicionais da maloca e o incentivo à realização de festas, ritos, cursos que resgatassem as atividades e eventos tradicionais daquele povo (CASTRIOTA, 2009, p. 24).

Os trabalhos de preservação no Centro também devem ser voltados para o passado, a fim de serem originários, e para o futuro, sendo assim original, nos moldes das ideias sobre a arte de Marc Augé (2012, p. 45). Além da consciência do si, mencionada anteriormente, há necessidade de uma consciência histórica em qualquer intervenção urbana para que as obras consigam “ser do seu tempo” (RICOEUR, 2007, p. 394). “Ser no tempo” implica lidar com o tempo acelerado da atualidade, as novas relações espaço-tempo que conduzem à produção de “não-lugares” (AUGÉ, 1995) e ao fim das “grandes narrativas” (Augé, 2012, p. 49), a consagração da permanência do presente e a erupção histórica causada pelo avanço das tecnologias. O desafio para o Centro de Vitória e o seu patrimônio é procurar esclarecer as etapas históricas e os interesses atuantes no espaço,

fazendo transparecer seus verdadeiros processos juntamente com seus usuários antes de qualquer operação urbana; é desmistificar a realidade encoberta nessa aceleração do tempo, utilizada muitas vezes como instrumento de alienação. O conhecimento de si passa por saber aproveitar o tempo para, por exemplo, conhecer seu patrimônio.

Aquela tribo analisada por Castriota (2009, p. 24) citada anteriormente contava com o que Augé (2012, p. 60) chama de “grandes narrativas”, que auxiliam na busca de sentido através da consciência histórica. O capitalismo, segundo esse autor, aparece na atualidade como um sistema natural, desprendido de história ou narrativa. Os profissionais do patrimônio que se dedicarem ao Centro de Vitória devem ter a preocupação em valorizar o indivíduo antes do sistema que se impõe, sua vida cotidiana com suas histórias deve ser o foco da preservação e não o que é determinado por um sistema em que tudo é voltado para o consumo, inclusive os bens e os espaços de memória.

A evolução apresentada por Monteiro (2008, p. 78) da Pré-Cidade-Presépio, que compreendia a Cidade Alta, para a Cidade-Presépio, abarcando toda a região central de Vitória, até chegar à Pós-Cidade-Presépio, que equivale a todo o município, caracteriza a história do território e deve ser o ponto central na busca de entendimento da cidade. Na atualidade, Vitória reafirma sua centralidade e, agora conectada ao território vizinho, apresentando uma área quase toda ocupada. Restam nela poucos vazios urbanos e uma limitada área de expansão.

O destaque da conservação do Centro de Vitória está na necessidade de manter vivo o passado de todo o município para uma construção mais consciente do presente cujo objetivo seja o futuro mais harmônico e igualitário. É importante atentar-se tanto para os aspectos materiais, que representam símbolos e guardam em si uma memória inerente, quanto para os imateriais. As políticas de preservação do Centro devem ser voltadas para a manutenção estética dos seus espaços e para a conservação e o resgate dos eventos típicos desse lugar. A leitura da evolução histórica através da paisagem só é possível se as intervenções forem realizadas a partir de uma consciência de respeito à memória coletiva e essa leitura auxiliará na definição do patrimônio tangível em Vitória. Quanto aos aspectos intangíveis, os

bens culturais e os espaços de memória serão preservados com a busca por sentidos a partir de ritos, festas, atividades, enfim, a vivência deles.

Essa preocupação com a experiência do lugar relaciona-se com a atribuição da lembrança que, como afirmou Halbwachs *apud* Ricoeur (2007, p. 132), conta com três sujeitos: o eu, os coletivos e os próximos. Apesar de a lembrança ser individual e de não haver transferência dela entre consciências distintas, a atribuição das lembranças são múltiplas. É neste contexto que Ricoeur (2007, p. 130-142) defende a “memória compartilhada”, na qual o outro não é considerado um estrangeiro, uma abstração nascida a partir do eu, mas como indivíduo compartilhador de experiências simultâneas. No que o autor chama de “réplica da amizade” estaria o plano intermediário entre a memória individual e a memória coletiva. A proximidade com o próximo e a facilidade de acesso aos coletivos, conceitos estudados no primeiro capítulo dessa dissertação, facilitam a consciência do presente como produto do passado e por isso se deve promover a vivência cada vez mais intensa do Centro de Vitória.

Um dos dez pontos levantados por Ascher (2010) em seu livro *Os novos princípios do Urbanismo* é a antecipação dos problemas urbanos, que só ocorre com a tomada de consciência da realidade por parte dos profissionais de urbanismo e de patrimônio, dos atores e agentes sociais. Em Vitória, a preocupação com seu patrimônio e as ações voltadas para ele se efeturaram, como na maioria das cidades do mundo, de forma tardia em relação à evolução urbana. Salvalaio (2008) analisa a política de preservação do patrimônio cultural construído do Centro de Vitória ao longo do século XX e estabelece três momentos:

- 1 - Quatro primeiras décadas, caracterizadas pela ausência de preocupação com o Patrimônio;
- 2 – Segundo momento, no qual a atuação em relação à preservação foi exclusiva do órgão federal (IPHAN) contando com André Carloni como representante do órgão no Estado, o que não impediu a descaracterização do centro histórico da capital;
- 3 – Terceiro momento, em que as ações de preservação foram descentralizadas da esfera federal.

O programa Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória (ES) é elaborado pela Prefeitura Municipal de Vitória em 2006 com o intuito de entender as dinâmicas do Centro e propor ações técnicas e políticas a partir de então. No capítulo a seguir, serão expostas a metodologia e as etapas desse programa para que elas sejam estudadas e analisadas à luz das discussões realizadas até então. A escolha deste objeto se deve a sua proposta interativa de planejamento, interação essa tanto entre comunidade e municipalidade quanto entre o patrimônio e o território/paisagem.



### 3 O “PLANEJAMENTO URBANO INTERATIVO DO CENTRO DE VITÓRIA”

Com o intuito de realçar as virtudes do Centro do Vitória (ES), destacar suas dificuldades, buscar a autoestima de seus moradores, atrair a atenção de novos agentes e atores e alcançar tais objetivos através de um processo aberto e participativo; o programa que será analisado neste capítulo, o Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória (Figura 19), tinha como pretensão ser levado como proposição para a população e não como imposição de diretrizes, podendo ser avaliado e alterado por ela. Como objetivos gerais, o programa propõe definir prioridades, elaborar planos e diretrizes e avaliar o modelo de gestão em vigor na data do plano (2006), tudo isso por meio da participação pública. Os objetivos específicos abrangem a integração entre gestores públicos e comunidades, o realce das peculiaridades do Centro de Vitória e o levantamento de propostas de requalificação, de ações e de projetos (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006).

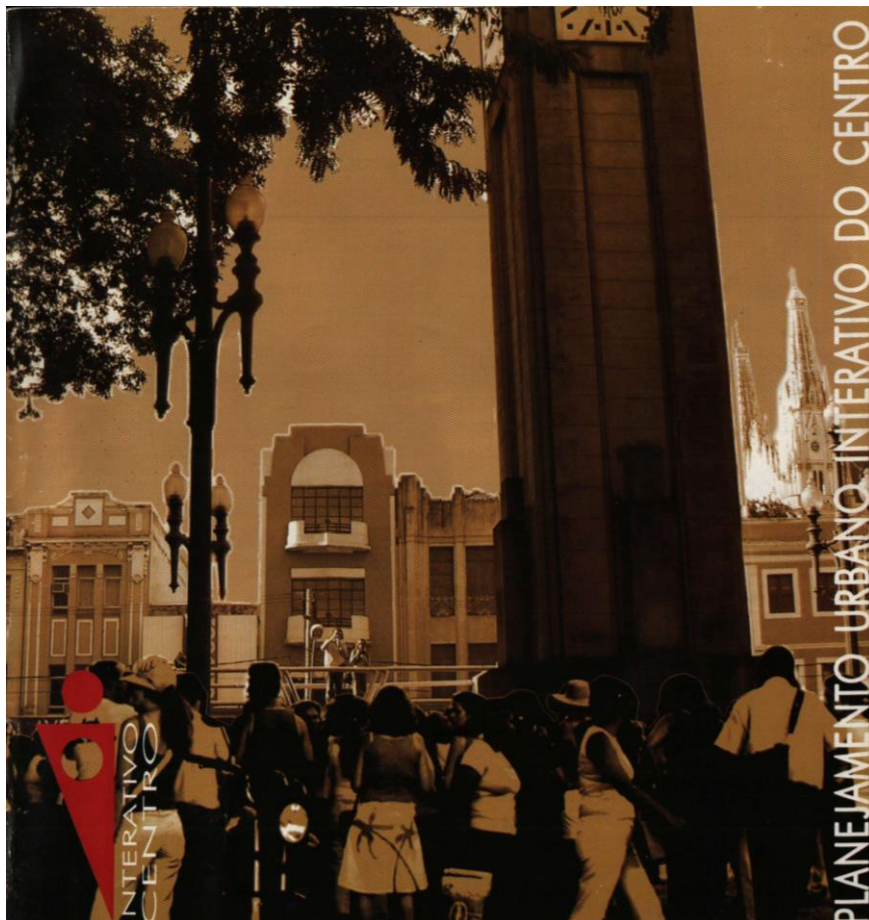


Figura 19: Capa da Cartilha do Planejamento Urbano Interativo do Centro  
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (2006)

A exploração desta dissertação baseia-se na apreciação do programa da Prefeitura Municipal de Vitória e dos procedimentos metodológicos como a sua construção participativa e o desenvolvimento dos seus processos principalmente na ligação de uma etapa e outra. Não houve neste trabalho uma apuração mais minuciosa da produção apresentada nos diagnósticos, visto que constituíam uma demanda técnica da prefeitura que era avaliada constantemente. Somente alguns pontos referentes a resultados foram apontados, isso quando evidenciados no material disponibilizado pela prefeitura ou de grande relevância para o estudo em questão. Uma investigação mais profunda necessitaria de um levantamento maior de documentações não disponibilizados através do meio digital concedido pela prefeitura do município. Os resultados e ações sucedidos como consequência do Planejamento Urbano Interativo também não são objeto de estudo desta dissertação, a exceção das consequências referentes ao tema da pesquisa ou as de ampla relevância para o local ou de grande notoriedade.

A metodologia do plano (Figura 20) consistiu preliminarmente num **levantamento de condicionantes do planejamento** pela Prefeitura Municipal de Vitória (PMV), por consultores e por uma equipe multidisciplinar. Os condicionantes levantados se referiam a elementos físico-ambientais, infraestruturais e de uso e ocupação do solo, socioeconômicos e culturais, e legais. Num segundo momento, foi realizado o chamado **Diagnóstico Preliminar** a partir da análise dos condicionantes, com planos, programas e projetos direcionados para o Centro previstos pelo setor público e/ou não implementados. Foi implementada uma **pesquisa de opinião** que intentava focar em aspectos como habitabilidade, investibilidade e visibilidade do lugar, aspectos esses retirados, segundo os autores do texto do plano (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, P.08), das análises das condicionantes realizadas anteriormente. A etapa da pesquisa gerou indicadores através de mapas, tabelas e gráficos.

Outra etapa formou-se através de reuniões com a comunidade feitas simultaneamente com a pesquisa de opinião e foram denominadas **Diagnóstico Rápido Participativo**. A partir de então, foram organizados os **Seminários Temáticos** junto a população, através de oficinas, para se elaborar a junção das condicionantes e a relação destas com o Diagnóstico Preliminar, a pesquisa de

opinião e os Diagnósticos Rápidos Participativos. Depois das discussões e análises dos dados nos Seminários Temáticos, foi possível construir o **Perfil Atual do Centro**. O **Plano Estruturador do Espaço Urbano** foi a etapa de definição de projetos e ações com base na etapa anterior, sendo apresentado e discutido num **Seminário Geral**. Nesse seminário foi construído o Plano de Intervenções Urbanas, que contém estratégias para execução das propostas de planos e ações.

A intenção do programa, segundo seus organizadores (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006), era a posterior elaboração de planos, programas e projetos específicos; uma avaliação permanente e a realimentação do Plano Estruturador. Todas as etapas podem ser conferidas no fluxograma apresentado na Figura 20.

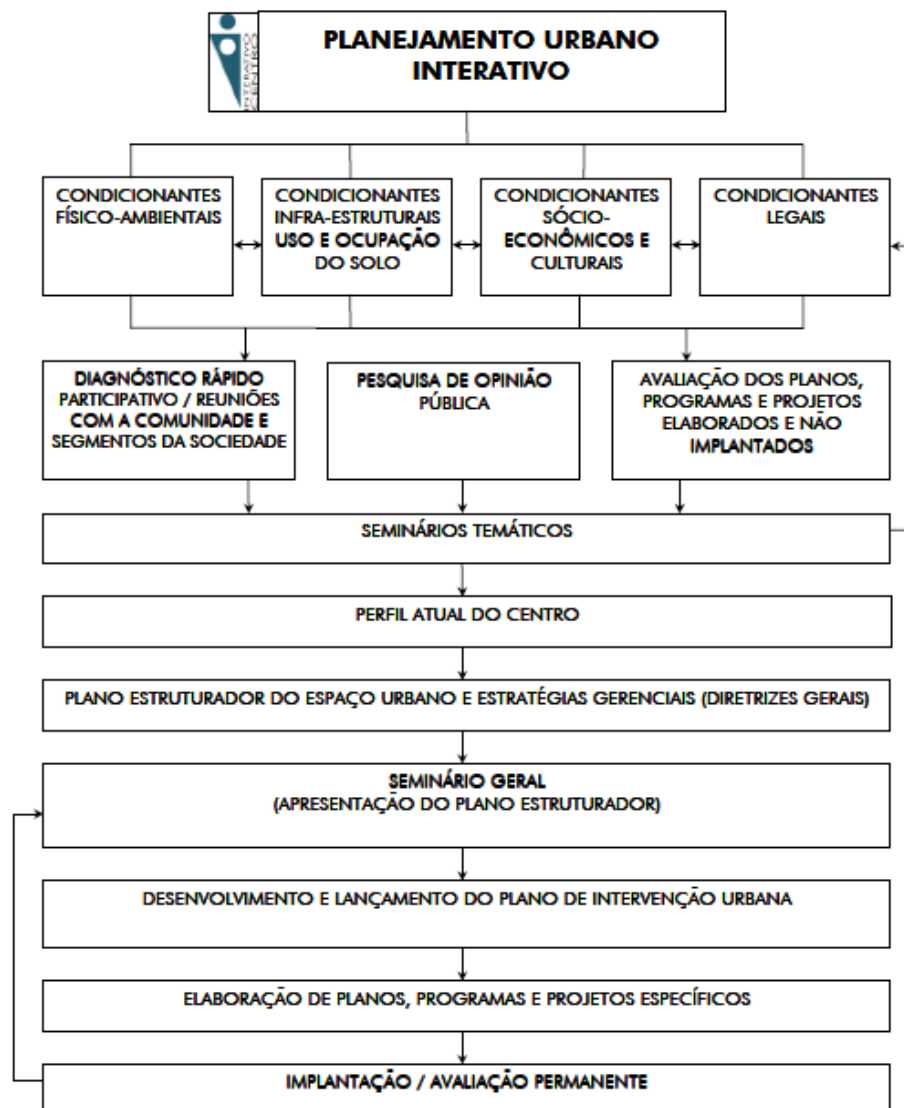


Figura 20: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006

Este capítulo consiste numa apresentação do programa da Prefeitura de Vitória com seus detalhes do processo de produção, da apreensão da percepção dos usuários e da construção de diretrizes de planejamento. As análises quanto ao assunto da dissertação, o Patrimônio Territorial Integrado, serão elaboradas ao longo do texto. A seguir, segue o detalhamento de cada fase do plano estudado.

### 3.1 DIAGNÓSTICO PRELIMINAR

O CD do Planejamento Interativo do Centro de Vitória inclui nas análises dos condicionantes resultados tanto das pesquisas feitas por equipes técnicas quanto dados obtidos através de pesquisa de opinião em alguns casos (Figura 21). Tal metodologia possibilita um diagnóstico comparativo entre as duas formas de apreensão de elementos e informações. A seguir, serão expostos os aspectos apresentados no programa da prefeitura divididos pelos temas expostos no disco.

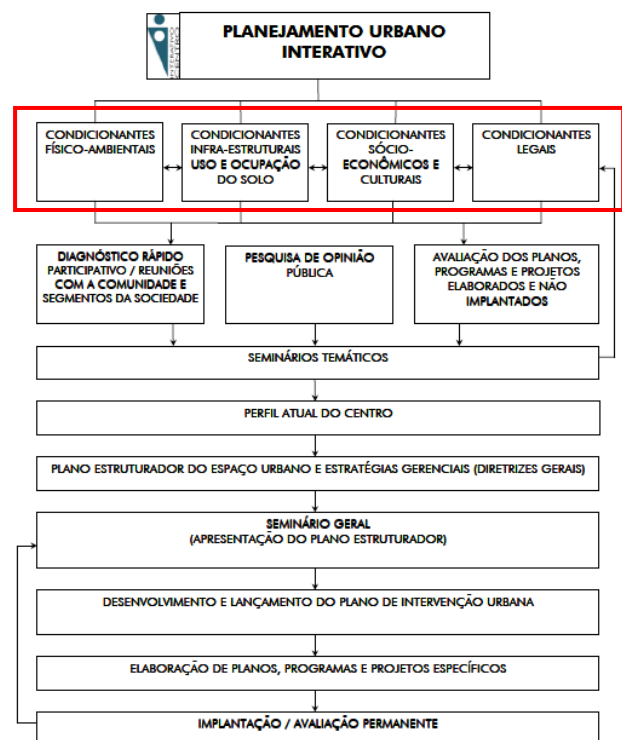


Figura 21: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Diagnóstico Preliminar

Fonte: adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006

#### 3.1.1 Análise Histórica da Evolução Urbana

A parcela do diagnóstico referente à análise histórica apresenta a constituição, o desenvolvimento e a urbanização da área central de Vitória. O Centro, habitação primordial de Vitória desde 1537 com sua fundação, é referência para a preservação da memória de todo o Estado do Espírito Santo. Através do conhecimento histórico, essa parte do plano busca enaltecer os atributos positivos do lugar e concretizar a identificação com o Centro por parte dos capixabas. Para tanto, foi utilizada pesquisa

bibliográfica em fontes primárias, nos Arquivos Públicos Estadual e Geral da PMV, nas Bibliotecas Central da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Estadual, Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo e com entrevistas a atores participantes de momentos históricos numa pesquisa oral. A pesquisa ainda contou com levantamento de iconografia objetivando a reconstituição da memória visual do Centro de Vitória e é finalizada com o aprofundamento da situação atual da região estudada e com o apontamento da necessidade de intervenções para a preservação da memória e do patrimônio cultural (ARAUJO, 2006, p.3).

A realização dos trabalhos desta etapa aconteceu nos meses de julho a outubro de 2005 e contou, assim como todo o programa “Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória”, com subsídios do Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais do Ministério das Cidades. A metodologia aplicada contou com pesquisa histórica em corpos documentais como relatórios de presidentes de província e de prefeitos, ofícios, atas de Assembleia Legislativa Provincial e da Câmara de Vitória, Código de Posturas do município, entre outros, cujas fontes já foram citadas acima. A bibliografia consultada abarca diversas áreas do conhecimento como História, Sociologia, Geografia, Arquitetura e Urbanismo. Apenas 100 (cem) imagens do acervo fotográfico foram utilizadas na publicação do programa, mas este, juntamente com o uso de mapas, auxiliou no entendimento da evolução urbana da região central de Vitória (ARAUJO, 2006, p.8).

O Capítulo 10 deste trabalho é relevante para o que propõe esta dissertação, pois ele analisa a reorganização do espaço urbano nas novas demandas de Vitória (ARAUJO, 2006, p. 113). O Centro passa por modificações durante as décadas de 1960 e 1970 que resultaram na verticalização da cidade e em seu crescimento comercial da mesma gerando um processo de gentrificação e invasões de áreas públicas e privadas, principalmente em encostas de morros bem próximas ao Centro. Esse acontecimento colaborou no processo de desvalorização dos imóveis da região.

Até a segunda metade do século XIX, a economia de Vitória estava centrada no processamento do café, mas com a crise deste setor causada pelas técnicas de cultivo ultrapassadas, pela falta de investimentos em melhorias da qualidade das sementes e pelo preço desfavorável em relação aos preços internacionais, foi

implementada a política de erradicação dos cafezais e a economia deixou de estar pautada no café e passou para a pecuária, para o reflorestamento e depois para a cana-de-açúcar (ARAUJO, 2006, p. 113-115). Tais mudanças culminaram num processo de êxodo rural e num conseqüente aumento da densidade demográfica e da concentração urbana na Grande Vitória e da oferta de mão-de-obra desqualificada, além da redução drástica nos salários e da intensificação da ocupação dos morros e matas com o resultante agravamento do risco de desabamentos.

Segundo Araujo (2006, p. 116-122), as primeiras ações referentes a esses problemas do Centro e a outros apareceram na década de 1980 com a promulgação do Código Municipal de Vitória em 1985, que continha normas de prevenção contra incêndio, tornando-se referência posterior para normas de todo o país, e com ações na gestão do prefeito Vítor Buaiz, entre os anos de 1989 e 1992, quando foram formuladas as primeiras políticas voltadas para a revitalização do Centro com atenção especial para a ocupação desordenada. Em 1997, foi instituído o Projeto Terra, que também pode ser citado como importante ação em relação a região central de Vitória, visto que passou a ligar planos e obras urbanísticas com questões de promoção social.

A imagem urbana de Vitória foi sendo construída gradativamente nos moldes apresentados por Vaz e Pereira (2010, p. 32): consolidada com o tempo. Sua territorialidade se definiu e se define através das relações sociais históricas que ajudaram e ajudam a construir uma identidade dinâmica, como afirmaram Briskievics e Saquet (2009, p. 8), num constante renovo. Esta identidade se apresenta hoje através da paisagem (COTA, SILVA; 2013, p. 2) e por isso as propostas de intervenção no território devem levar em conta os seus processos de construção. Para isso, é preciso que a própria população e comunidade locais tenham acesso a essas informações e conhecimento, para que valorizem o lugar em que moram e passem a viver de fato ali (em todas as dimensões que esse termo representa).

Uma preservação efetiva da paisagem e do território deve se comprometer com o que Ricoeur (2007, p. 120-121) chama de “consciência íntima do tempo”, a temporalidade assim como a identidade como um processo que dura. Mais do que o conhecimento do objeto de preservação, importa aqui, num ideário citado pelo autor

da “fenomenologia pura”, mais a consciência do fluxo do objeto do que o objeto em si. No caso do patrimônio, isso se daria na exaltação mais da história do que na do próprio monumento a ser preservado. Essa etapa do programa da prefeitura tem esse comprometimento em buscar os processos históricos numa tentativa de construção dessa consciência do tempo e da identidade num fluxo.

### **3.1.2 Levantamento e Análise de Indicadores da Economia Urbana do Centro de Vitória**

O Centro de Vitória é caracterizado em todos os momentos históricos como um espaço de convergência de pessoas e, até a década de 1970, foi o centro de pulção da cidade de Vitória e dos municípios vizinhos. Ele abrigava até então a maioria das instituições públicas e das atividades econômicas da cidade. Na década de 1980, o interesse econômico e os investimentos foram transferidos para leste e norte do município, o que para Krohling (2006, p. 7) induziu a um esvaziamento deste lugar. O esvaziamento de que a autora se refere parece ser das instituições e empresas, o que não significa o esvaziamento de pessoas. Esse processo mencionado, segundo ela, pode ser reversível desde que sejam enaltecidas as características positivas do Centro, que são singulares. Há a necessidade de uma política especial que explore o potencial econômico, social, turístico e cultural da região através, por exemplo, de:

[...] recuperação dos imóveis de interesse de preservação, identificação e destinação de imóveis ociosos para habitação popular, reurbanização e requalificação dos espaços públicos, valorização e potencialização do patrimônio histórico, cultural e paisagístico da cidade e a implementação de novos equipamentos turísticos, culturais e de lazer, permeando tudo isso à participação popular. (KROHLING, 2006, p.7 e 8)

A análise dos dados econômicos apresentados no Planejamento Urbano Interativo do Centro buscou identificar o perfil da região, a capacidade financeira, as ações que podem ser realizadas para a promoção de atividades econômicas e para a atração de novos investimentos. Os dados coletados para alcançar tais objetivos se caracterizaram por informações relativas à arrecadação de impostos, às atividades econômicas existentes, ao perfil do comércio e da população usuária do local, aos rendimentos analisados por setor, à situação fiscal dos imóveis, à rede hoteleira, ao impacto do Porto de Vitória, à visão da iniciativa privada e dos usuários da região.

As fontes procuradas para a composição desta etapa foram as secretarias municipais, a Administração Regional do Centro, A Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Espírito Santo (SEBRAE/ES) e a Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA). Além dessas fontes, foram utilizadas ainda entrevistas através de uma pesquisa de opinião feitas com empresários e com usuários do Centro. Ao final, o objetivo geral alcançado foi a elaboração de diretrizes para auxiliar no impulsionamento da economia da área central (KROHLING, 2006, p.8).

A pesquisa de opinião apresentada por Krohling (2006, p. 133-139) foi realizada em janeiro de 2006 e procurou sondar aspectos relacionados à imagem, à habitabilidade, aos investimentos necessários e à visibilidade do Centro de Vitória. As principais atividades da região, segundo os entrevistados, são o comércio e os serviços (Tabela 1).

TABELA 1: PRINCIPAIS ATIVIDADES REALIZADAS NO CENTRO DE VITÓRIA		
PRINCIPAIS ATIVIDADES	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
Faz compras	508	64,5
Serviços bancários	218	27,7
Trabalho	166	21,1
Lazer/paisagismo	118	15,0
Serviços de saúde	116	14,7
Correios / casa lotérica	78	9,9
Serviços públicos	49	6,2
Moradia	30	3,8
Estudo	17	2,2
Só passa pelo Centro/não faz nada	5	0,6
Todas as atividades listadas	1	0,1
Visita a parentes	1	0,1
Nenhum	1	0,1

Fonte: Adaptado de Krohling (2006, p. 133-134)

Numa inquirição sobre os pontos positivos e negativos do local estudado, o comércio está relacionado a vários pontos positivos e em lugares de destaque dentro desse quadro, enquanto a violência e a falta de policiamento aparecem em evidência no quadro dos pontos negativos (Tabelas 2 e 3) (KROHLING, 2006, p.133). Um aspecto que chama a atenção nessa parte da pesquisa é a quantidade de pessoas que não responderam ou não sabiam. Isso pode demonstrar a falta de consciência sobre a própria cidade em que moram ou que frequentam. Estudou-se no primeiro capítulo



deste trabalho sobre a necessidade do conhecimento de si para a construção e o conhecimento da identidade e da memória.

TABELA 2: PRINCIPAIS PONTOS POSITIVOS DO CENTRO DE VITÓRIA		
PONTOS POSITIVOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
NS/NR	559	68,9
Comércio diversificado/concentrado	157	19,4
Nenhum	103	12,7
Comércio	95	11,7
Parque Moscoso	52	6,4
Encontra-se de tudo (bancos/lojas/supermercados)	43	5,3
Patrimônio histórico/monumentos	36	4,4
Lojas/lojas âncoras	25	3,1
Comércio bem localizado/bem projetado/fácil acesso	21	2,6
Bancos	21	2,6
Postos médicos/hospitais/serviços de saúde	21	2,6
Área de lazer	19	2,3
Porto de Vitória/Cais	17	2,1
Praça Costa Pereira	16	2,0

Fonte: Adaptado de Krohling (2006, p.134)

TABELA 3: PRINCIPAIS PONTOS NEGATIVOS DO CENTRO DE VITÓRIA		
PONTOS NEGATIVOS	FREQUÊNCIA	PERCENTUAL
NS/NR	601	74,1
Falta de policiamento	203	25,0
Violência/marginalização	149	18,4
Trânsito (trânsito desordenado)	100	12,3
Estacionamento	93	11,5
Nenhum	58	7,2
Abandono do Centro e das casas	27	3,3
Assaltos/roubos	26	3,2
Ruas sujas	22	2,7
Prostituição	21	2,6
Transporte coletivo/demora	20	2,5
Falta de áreas de lazer	16	2,0
Camelôs	13	1,6

Fonte: Adaptado de Krohling (2006, p.135)

Ainda segundo a pesquisa de opinião, Krohling (2006, p. 135) aponta que a insegurança vem relacionada à degradação e ao esvaziamento da região (Tabela 4) e que a maioria dos entrevistados é favorável à implementação do Shopping Centro (Tabela 5). Quanto a este último, é possível questionar o grau participativo do levantamento da questão relacionada ao shopping. Segundo os graus apresentados por Lacaze (1993, p. 64), a consulta a população sobre o shopping aparece como uma simples informação do que está sendo feito, num primeiro grau de participação

que surge para legitimar uma ideia preconcebida sem a opinião pública. Nesse caso, a resposta positiva em relação à construção do shopping não pode apontar que a sua implantação foi uma decisão da população.

<b>TABELA 4: PRINCIPAIS PROBLEMAS DO CENTRO DE VITÓRIA</b>		
<b>PROBLEMAS</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Violência /falta de segurança	369	45,50
Trânsito	98	12,08
Falta de estacionamento	60	7,40
Drogas	50	6,17
Falta de conservação dos prédios	39	4,81
Enchentes/canalização esgoto	30	3,70
Falta de calçamento	20	2,47
Transporte urbano deficiente	18	2,22
Sujeira na cidade	17	2,10
Poluição visual	16	1,97
NS/NR	15	1,85
Não há espaços/alternativas de lazer	11	1,36
Poluição sonora	11	1,36

Fonte: Adaptado de Krohling (2006, p.136)

<b>TABELA 5: NECESSIDADES DA INSTALAÇÃO DO SHOPPING CENTRO</b>		
<b>NECESSIDADES</b>	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>PERCENTUAL</b>
Vai oferecer empregos à população	94	17,25
Mais atividades de lazer	78	14,31
Fácil acesso	70	12,84
Estimula fluxo de pessoas e comércio	52	9,54
Mais opção de compras	43	7,89
Novidades no comércio/valorização	30	5,50
Melhoria no centro/revitalização	22	4,04
NS/NR	22	4,04
Comércio com segurança	15	2,75
Evolução para a cidade	15	2,75
Vai oferecer empregos à população	94	17,25
Mais atividades de lazer	78	14,31
Fácil acesso	70	12,84

Fonte: Adaptado de Krohling (2006, p.136)

Além dos dados da pesquisa de opinião geral realizada no programa Planejamento Urbano Interativo, Krohling (2006, p. 138-139) utilizou informações de outras entrevistas referentes a essa etapa da pesquisa referente aos indicadores econômicos especificamente. Nessa etapa foram entrevistados 150 usuários para, segundo ela, confirmar os resultados da pesquisa de opinião geral realizada no Planejamento Urbano Interativo do Centro.

Os itens da pesquisa avaliados como bons pelos entrevistados foram os restaurantes, bares, padarias e lanchonetes – apesar de terem mencionado que

faltam opções no horário pós-expediente e à noite – lojas de roupas e acessórios, supermercados, bancos e mercado da Vila Rubim. A autora não mencionou se esses itens foram levantados pelos entrevistados ou pelos entrevistadores, informação essencial para avaliação do grau de participação. Numa avaliação geral, 10% dos entrevistados consideram o centro ótimo, 30% bom e 60% regular. Essa apreciação negativa, segundo a autora, relaciona-se aos problemas como falta de segurança, trânsito intenso, má conservação das calçadas, presença de camelôs, falta de iluminação de alguns pontos de ônibus e falta de estacionamento.

Numa segunda parte do texto, Krohling (2006, p.139-149) apresenta os resultados das análises tanto técnicas quanto participativas. Ela afirma que a pesquisa aponta para ações de revitalização do Centro e aponta esse lugar, através do levantamento dos dados sobre a economia urbana, como local expressivo em relação a toda a cidade de Vitória. Alguns dados ratificam suas afirmações: o Centro abrigava, na época do levantamento, 8615 estabelecimentos, apresentando 20,27% do total e 54% acima do número de estabelecimentos da Praia do Canto, segunda colocada nessa listagem. A Vila Rubim ficou em nono lugar.

O termo “esvaziamento econômico” deve, segundo Krohling (2006, p. 140), ser reinterpretado no caso do Centro de Vitória, visto que as atividades econômicas ali apresentavam não uma deficiência, mas especificidades (vantagens competitivas) que devem ser enaltecidas, como o comércio de mercadorias diversas, comércio varejista de artigos do vestuário e complementos, choperias/whiskerias/outros e serviços advocatícios. Em relação aos serviços, a arrecadação do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN) no Centro de Vitória foi o primeiro colocado no levantamento anterior ao ano do programa Planejamento Urbano Interativo em relação aos demais bairros, representando 17,74% da arrecadação de Vitória. As atividades que mais se destacam entre os tipos de serviços são os ligados a intermediações financeiras, os de informática e as atividades portuárias (Krohling, 2006, p. 141 e 142). Esses dados expõem a importância desses setores na região central.

Uma curiosidade levantada pela autora é a arrecadação dos “representantes comerciais e agentes do comércio de mercadorias em geral” que representam somente 0,69% dessa arrecadação, apesar de corresponderem ao maior número de

estabelecimentos. Dados obtidos do SEBRAE *apud* Krohling (2006, p. 142) na época do estudo apontam que a maioria das empresas se dedicam ao comércio, que é a vocação da região. A autora afirma que a informalidade deve ser estudada para a geração de ações da municipalidade. Além disso, ela ainda diz que o ISSQN pode ser um instrumento de indução do desenvolvimento econômico através de isenções.

O comércio como vocação da região também sobressaiu na pesquisa de opinião promovida, na qual apareceu com 72,8% dos entrevistados o considerando ótimo ou bom. Do total, 36,1% dos participantes da pesquisa avaliaram a falta de segurança como entrave para o desenvolvimento do comércio local. Outros aspectos que merecem atenção no auxílio à revitalização desse comércio foram citados, como o apoio da municipalidade, a união por parte dos comerciantes, a melhoria das vias de acesso, a diversificação do comércio e o aperfeiçoamento das calçadas e do estacionamento (KROHLING, 2006, p. 143).

Sobre economia informal, principalmente a presença de ambulantes na área central, a autora relata os levantamentos feitos na época do programa (2006) que apontavam a presença de aproximadamente 400 camelôs nas calçadas que vão da Vila Rubim até a loja C&A. Desses trabalhadores, 99% não querem trabalhar em ambiente fechado como camelódromo. Essa problemática é apresentada como desafio para a gestão do Centro de Vitória.

Krohling (2006, p. 144) ainda avaliou a atividade hoteleira na região constatando um total de 720 unidades na data, o que representava 26% dos leitos da cidade. O valor das diárias estavam bem abaixo dos valores de outras regiões de Vitória. Isso se devia, segundo a autora, à infraestrutura deficiente e à presença de pequenos hotéis e pensões, cujo valor é inferior. O percentual de turistas hospedados era baixo e as dificuldades apontadas pelos empresários do ramo eram a falta de segurança e de opções de divertimento. Como forma de amenizar o problema, a autora aponta a promoção do turismo em todas as suas dimensões: náutico, de negócios e de lazer. A promoção do turismo é importante para o setor hoteleiro, mas é preciso lembrar que, para a cidade e para a conservação do patrimônio, a preocupação com a vivência cotidiana de seus verdadeiros usuários é mais pertinente, visto que são eles os que tem com o lugar uma relação de identidade e que darão continuidade no processo de construção da memória coletiva.

Em seu texto, a autora aborda ainda a relação porto/cidade e afirma que a utilização dos armazéns “vazios” como espaços culturais e de lazer é uma alternativa de integração entre esses dois elementos. Ela coloca o Porto como marco histórico e como elemento relevante no Centro de Vitória por causa das atividades culturais, das atividades relacionadas ao petróleo e da recepção dos cruzeiros marítimos (KROHLING, 2006, p.147). As etapas participativas retificam a opinião da autora quanto ao porto como marco para a população, mas as atividades relacionadas ao petróleo e aos cruzeiros são mais mencionados por conta da equipe técnica responsável pelo plano, visto que são pouco citados na pesquisa de opinião e nas reuniões com a comunidade, de acordo com o material referente a essas etapas disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Vitória (2006).

A revitalização econômica é, para a autora, o principal meio para inverter o processo de esvaziamento do Centro e ela se dará com a estimulação de atividades econômicas para as classes C e D, seguindo o perfil do Centro que é único e com bagagem competitiva para a região. As vantagens competitivas apresentadas por ela são: “oferta de imóveis comerciais a baixo custo, localização estratégica, benefícios fiscais, interligação com outros bairros da Região Metropolitana e presença do Porto” (KROHLING, 2006, p. 148).

De acordo com os temas e as problematizações apresentadas no primeiro capítulo desta dissertação, a revitalização econômica, apesar de ser importante para a atração de novos investimentos, não pode aparecer no centro das políticas urbanas em detrimento da promoção de atividades voltadas ao cotidiano da população, atividades essas que reforcem a identidade e baseiem a conservação e a construção do patrimônio urbano e cultural. A conclusão do texto da autora, seguindo esse pensamento, mesmo que de forma tímida, traz a necessidade de ações por parte da prefeitura para o desenvolvimento do comércio e da rede de serviços, além de precisar incentivar o entretenimento, o turismo e a cultura. Ações como “aglutinar os setores envolvidos, captar recursos e inserir a iniciativa privada no processo de revitalização” (KROHLING, 2006, p. 149) são necessárias para a concretização das ações. Apesar de ser um problema manifesto claramente no Centro e citado várias vezes nas reuniões participativas, a ausência de comércio no período noturno no bairro Centro não foi reportada nas considerações da autora.

Alguns cuidados devem ser tomados nas ações voltadas para o desenvolvimento econômico do Centro, como atentar para que o patrimônio histórico não seja tratado como mercadoria, assunto discutido por Malavski (2012). Quando o patrimônio é definido como tal gera segregações socioespaciais e não se vincula à memória do lugar. Como afirmaram Rio e Name (2013, p. 2), os objetos de preservação de um território devem ser socialmente definidos e não formados a partir de interesses mercadológicos. O turismo tem se direcionado para a espetacularização dos acontecimentos históricos (AUGÉ, 2013, p. 35) e a preocupação com as questões relacionadas ao turismo em detrimento das questões da vida cotidiana arriscam o compromisso com a identidade local. Na atualidade em que o capitalismo é aceito como um sistema natural, deve ser levantada a conscientização de que a história existe e que o indivíduo deve ser considerado nas ações urbanas anteriormente à submissão capitalista (AUGÉ, 2013, p. 61).

### **3.1.3 Levantamento e Análise de Indicadores do Centro de Vitória**

Essa seção do estudo do programa da prefeitura teve por objetivo a análise de dados sobre a população do Centro, renda, faixa etária, taxa de crescimento/densidade, índices relativos à educação e à saúde, índices habitacionais, representatividade e grupos sociais, programas e ações assistenciais desenvolvidos pela PMV na região e análise de tendências e especificidades de cada região. Ela contou tanto com levantamento de dados estatísticos quanto com dados qualitativos – questionários aplicados à população. A metodologia desse trabalho incluiu levantamento bibliográfico e documental, reunião e análise de dados estatísticos em planilhas, elaboração de temas relevantes para a elaboração de um questionário para entrevistas dos atores sociais: moradores antigos e recentes do Centro, usuários, comerciantes, visitantes, trabalhadores, funcionários, administradores, profissionais e religiosos (ANJOS, 2006, p. 18-21).

Os eixos temáticos para discussão foram divididos da seguinte forma:

- A identificação aproximada do perfil socioeconômico e cultural dessa população diferenciada;
- O grau de informação e consciência dos problemas e obstáculos para viver, trabalhar, transitar, ter lazer;

- O nível de participação social, cultural, profissional e disponibilidade para se mobilizar coletivamente, e as lideranças locais;
- As atitudes e opiniões a respeito do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória; e
- As expectativas e perspectivas sobre essa iniciativa. (ANJOS, 2006, p.22)

O conhecimento do perfil dos usuários do Centro e o mapeamento do grau de consciência e de participação deles nos processos de planejamento refletem no nível de identificação destes com o lugar, visto que o conceito de identidade, segundo Locke *apud* Ricoeur (2007, p. 113), apresenta-se como um “desdobrar sobre si mesmo”, uma reflexão de si, objeto este que deve ser buscado nos processos participativos. A participação das pessoas em grupos e a associação com seus semelhantes as faz inserirem-se numa relação de pertencimento do lugar e numa busca por sentidos (RICOEUR, 2007, p. 141).

A consciência sobre o seu patrimônio também está de acordo com as ideias de Augé (2012, p. 93-118) sobre o papel da educação nas mudanças necessárias para se combater as desigualdades e violências atuais. É preciso que todos detenham o conhecimento sobre si, sobre os conhecimentos científicos e sobre a coletividade e não apenas uma parcela detentora de poder, que acaba por definir o patrimônio, como vem acontecendo.

### 3.1.3.1 Pesquisa de campo e análise das entrevistas

Como explanado anteriormente, essa parte do diagnóstico realizado para o Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória conteve a aplicação de questionários a população da região. Segundo Anjos (2006, p. 108), as entrevistas referentes a essa parte da pesquisa foram realizadas entre os dias 21 e 30 de setembro de 2005. Dos entrevistados, 70% afirmavam ser moradores do Centro conforme tabela 06. A quantidade de entrevistados não foi mencionada, mas conclui-se da tabela 07 que houve um total de 48. O questionário aplicado também não se encontra no CD disponibilizado pela prefeitura, o que não é interessante para a transparência dos processos para a população interessada.

Foi adotado o método denominado no texto de “amostra intencional” (ANJOS, 2006, p. 109) e não a amostra quantitativa predeterminada. Os questionários foram

dirigidos a lideranças comunitárias e moradores antigos que indicavam outros moradores. Com isso, segundo o autor, houve um menor rigor metodológico, mas um maior aprofundamento das questões. O objetivo das entrevistas era perscrutar impressões sobre o lugar em que vivem e o quanto conhecem sobre ele e sobre as políticas que incidem. Nesse caso, o público abordado foi aquele que detinha um maior “conhecimento de si” e uma maior vivência na cidade, apontados por Augé (2012) e Ricoeur (2007). O ideal seria que todos ou a maioria dos usuários tivessem essa consciência encontrada apenas em alguns.

Quanto ao perfil dos moradores, Anjos (2006, p. 110-120), lembrando que os resultados não se tratam de amostragem estatística, diz que eles se referem ao tempo em que os entrevistados moram no Centro, sexo, idade, estado civil, responsabilidades na finança da família, número de pessoas por família, renda familiar, situação de moradia, atividades exercidas, grau de escolaridade, situação trabalhista, situação dos membros na família, grau de participação em grupos ou associações.

Percebe-se que as questões levantadas até esse ponto da pesquisa participativa, para o levantamento do perfil dos usuários do Centro, não dependem do aprofundamento do “conhecer-se a si” dos usuários. Poderia ser questionado e analisado se a utilização de amostragem quantitativa não seria mais pertinente neste ponto da pesquisa, independentemente do grau de participação/conhecimento do lugar por parte dos participantes.

Quanto ao uso do Centro (ANJOS, 2006, p. 120-122), foram examinados os motivos que levaram os moradores a escolherem o Centro. A tabela 6 apresenta esses motivos na qual é possível perceber motivos ligados a família, a proximidade com o comércio e outros serviços e localização estratégica.



<b>TABELA 6: MOTIVOS QUE LEVARAM A MORAR NO CENTRO</b>			
	<b>FREQUÊNCIA</b>	<b>PERCENTUAL</b>	<b>PERCENTUAL VÁLIDO</b>
Nasceu no Centro, família reside ali	4	9,3	14,8
Pais vieram do interior, veio com familiares	4	9,3	14,8
Avós vieram buscar melhores condições de vida	1	2,3	3,7
Buscando estudo para os filhos	1	2,3	3,7
Comprou lote, antes morava de aluguel	2	4,7	7,4
É aposentado, veio morar perto da família	1	2,3	3,7
Porque que já tinha fregueses de costuras	1	2,3	3,7
Proprietário de comércio	1	2,3	3,7
Proximidade (trabalho, estudo, comunidade religiosa)	8	18,6	29,6
Casa de herdeiro	1	2,3	3,7
Enviado por missão religiosa	1	2,3	3,7
Melhor localização	1	2,3	3,7
Casou c/ pessoa do bairro	1	2,3	3,7

Fonte: Adaptado de Anjos(2006, p.121)

No item do texto relacionado às percepções do Centro, Anjo (2006, p. 122 a 146) apresenta o método utilizado para a apreensão destas. A pergunta utilizada buscava obter a primeira imagem, ideia ou palavra que os entrevistados tinham ao se pensar no Centro de Vitória. As palavras ou expressões que os inquiridos responderam foram então divididas, como se pode observar na tabela 7, em pontos positivos, negativos e neutros. Os pontos positivos e negativos aparecem bem extremados e com opiniões bem divergentes, o que pode ocorrer devido às diferenças quanto à vivência do lugar. Os pontos neutros estão ligados às imagens marcantes da cidade e à nostalgia relacionada ao passado. Já os pontos negativos foram apontados por uma minoria (18,9%).

TABELA 7: IMAGEM EM RELAÇÃO AO CENTRO					
		NÚMERO	PERCENTUAL TOTAL	PERCENTUAL VÁLIDO	PERCENTUAL BLOCOS
<b>Positivos</b>	Local de trabalho	4	8,3	9,8	18 37,6% 43,9%
	Tranquilidade, calma	4	8,3	9,8	
	A vida, tudo	2	4,2	4,9	
	Bom de morar/boa imagem	2	4,2	4,9	
	Amor	2	4,2	4,9	
	Segurança	1	2,1	2,4	
	Amizade	1	2,1	2,4	
	Ideia de lugar de conforto	1	2,1	2,4	
	Qualidade de vida	1	2,1	2,4	
<b>Neutros</b>	Saudade do passado	2	4,2	4,9	21 44% 51%
	Infância com mais divertimento	1	2,1	2,4	
	Saudade dos valores	1	2,1	2,4	
	Passado, história, monumentos da Cidade	4	8,3	9,8	
	Centro da Capital	2	4,2	4,9	
	Parque Moscoso	2	4,2	4,9	
	Praça Oito	2	4,2	4,9	
	Catedral	1	2,1	2,4	
	Cidade Alta	1	2,1	2,4	
	Ambiente provinciano/interiorano	1	2,1	2,4	
	Bahia de Vitória	1	2,1	2,4	
	Capela Imaculado	1	2,1	2,4	
	Coração de Maria	1	2,1	2,4	
	Porto, navios	1	2,1	2,4	
	Meu bairro	1	2,1	2,4	
<b>Negativos</b>	Violência, assaltos	3	6,3	7,3	9 18,9% 21,8%
	Lugar ermo após as 20:00, sem vida	2	4,2	4,9	
	O Centro acabou, fins de semana fica deserto	1	2,1	2,4	
	Abandono	1	2,1	2,4	
	Caos e falta de eficácia	1	2,1	2,4	
	Confuso, deixado	1	2,1	2,4	

Fonte: Adaptado de Anjos(2006, p.123-124)

Num segundo momento desta etapa, foram avaliados alguns itens relacionados ao Centro (ANJOS, 2006, p. 124). Considerando as concepções de Bourdieu (2014, p. 10), essa etapa da pesquisa apresentou questões à população que não foram colocadas por ela mesma, mas pelos técnicos. Há então a possibilidade de direcionamento da pesquisa se for comparada a etapa anterior dessa análise dos indicadores do Centro, já que os itens foram trazidos primeiramente pela equipe técnica. Por exemplo, os itens “saneamento e coleta de lixo”, “transporte público” e

“atividades econômicas” não foram pensados a priori pelos entrevistados, então não há como afirmar que esses são temas relevantes para a população, mas sim para os técnicos responsáveis pela entrevista. Porém, também é sabido que essa forma de abordagem se faz necessária visto que o corpo técnico precisa de informações que não são abarcadas por grande parte da população. É necessário, porém, se atentar para que o direcionamento, que percebemos ser inevitável, não parta da necessidade de legitimar desejos encobertos da equipe. Na verdade, também esta deve buscar constantes análises e um conhecimento aprofundado de si.

Além dos itens comentados acima, os entrevistados ainda eram perguntados sobre os problemas da região, as possíveis soluções, quais bairros eram melhores do que o Centro, quais os atrativos desses bairros, em que eles se afastam do Centro, qual a possibilidade de morar em outro local e os pontos positivos e negativos de morar, trabalhar, estudar, fazer compras e se divertir na região. A última demanda da pesquisa foi sobre as expectativas em relação ao Plano de Revitalização do Centro de Vitória (ANJO, 2006, p. 146-150). As perguntas estavam ligadas ao grau de conhecimento desse plano, ao que se espera dele e a sugestões. Ainda foram questionados sobre cursos que gostariam de fazer e sobre a disponibilidade/disposição de participar mais ativamente do Programa de Revitalização do Centro.

Na síntese dos resultados, o autor relembra o fato de eles não poderem se expandir para toda a população do Centro, visto que se trata de uma “amostra intencional”. Dois critérios foram utilizados na formação dessa amostra segundo ele: obter um grupo distinto de entrevistados, como lideranças e moradores antigos, e uma maior diversidade entre eles em relação a faixa etária, renda, escolaridade e religião.

Como principais resultados, Anjo (2006, p. 153) cita os principais aspectos positivos da área central de Vitória – a proximidade, o comércio, as facilidades e a convivência - e os negativos – violência, trânsito, falta de atividades de lazer/cultura, decadência. Uma parcela de 76% gosta ou gostariam de morar no Centro e a violência é apontada pela população como oriunda de pessoas “de fora” do bairro (mendigos, flanelinhas, moradores dos morros) e não com o próprio morador do Centro. Ricoeur (2007, p. 140) desenvolveu o pensamento sobre “memória compartilhada” que explica essa relação do “eu” com o “próximo” e com o “outro”. Esse conflito entre

memória individual (eu) e memória coletiva (outros) caracteriza a necessidade de promoção do que Santo Agostinho (2000, Livro X, XIV, p. 5) denominou de alma fraterna, através de atividades que desenvolvam o espírito de solidariedade, trazida por Augé (2012, p.111) como a conjugação da solidão, ligada a liberdade, e a busca por sentido num contexto coletivo.

Os entrevistados apontaram ainda para a necessidade de maior policiamento e de maior promoção de atividades culturais principalmente à noite e afirmam que são a prefeitura e o governo do estado os responsáveis pela revitalização. Realmente, não se pode esperar das instituições a serviço do capital a preocupação com a memória do lugar, já que em sua lógica o que interessa é o presente em um estado fugaz atrelado à necessidade de consumo. Isso explica a multiplicação dos não-lugares (Augé, 1995): lugares de caráter provisório sem significação suficiente para serem definidos como lugar, como, por exemplo, *shopping centers*, aeroportos, quartos de hotel.

O ensino público municipal, que abarca as séries iniciais, foi considerado pelos entrevistados melhor do que o ensino médio estadual e houve sugestões de incentivos à construção de faculdades e instituições de cursos técnicos no Centro (ANJOS, 2006, p. 154). Não foi comentado, por sua vez, sobre o trânsito do entorno dessas instituições, as vagas de estacionamento e a questão da segurança no período noturno.

Nas conclusões do texto, o autor apresenta a experiência dos entrevistadores e de toda a equipe e diz que as dificuldades e resultados contribuíram para a construção de um novo olhar sobre o objeto estudado. Já foi discutida neste capítulo a importância da vivência do lugar para o verdadeiro conhecimento deste. Segundo o autor, as observações e captações com as pesquisas mostraram que, apesar do esvaziamento sofrido nas últimas décadas, o Centro de Vitória permanece com fortes traços de sociabilidade e solidariedade entre seus moradores, a sensação de orgulho em morar ali ainda persiste, o que confere identidade ao lugar e que deve ser preservado como parte principal do patrimônio de Vitória. A equipe percebeu ainda a boa disposição por parte dos entrevistados em participar do plano de revitalização. Porém, é importante ressaltar que, sem continuidade nos projetos, essa participação se esvai e o próprio processo fica desacreditado.

### 3.1.4 Análise Físico Espacial

A primeira parte deste estudo caracterizou-se por análises visuais dos caminhos/percursos, setores, pontos focais e marcos visuais da região central de Vitória. O estudo ainda contou com a análise morfológica do sítio físico, da planta baixa da região, das edificações, das fachadas, de elementos complementares, da estrutura interna do espaço e das conexões (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 7-63).

Por último, foi realizada a análise gestáltica através de mapas mentais (desenhos) aplicados a pessoas nas ruas da região estudada, em escolas particulares e públicas do Centro e de outras regiões de Vitória e nas ruas de bairros das outras seis regionais nas quais é dividido o município, das quais foram sorteados dois bairros de cada. As figuras 22 e 23 são exemplares desses desenhos.

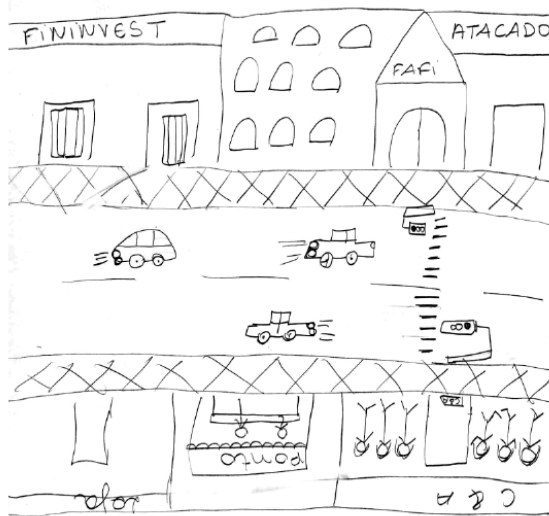


Figura 22: Exemplo de Mapa Mental aplicado  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 66)

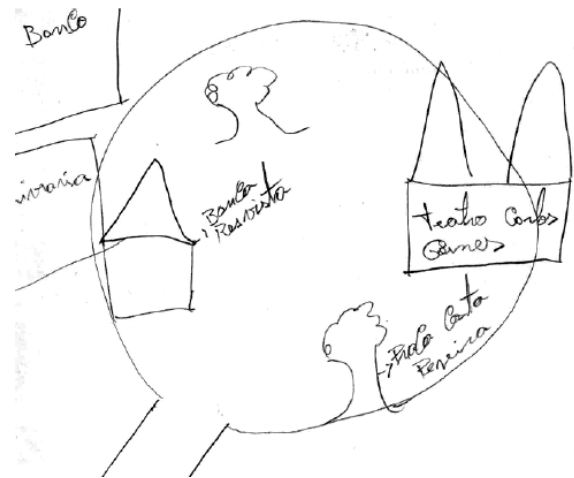


Figura 23: Exemplo de Mapa Mental aplicado  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 66)

A realização dessa etapa aconteceu entre janeiro e março de 2005. Foram aplicados 211 mapas mentais e tabelas de diferenciais semânticos, que serão expostos posteriormente, com moradores/usuários frequentes e com não usuários/usuário esporádicos, conforme tabela 8 (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 64).

**TABELA 8: PERFIL DOS USUÁRIOS DO CENTRO**

PERFIL DOS USUÁRIOS	Nº	%
Morador	32	15,16%
Usuário Freqüente	99	46,92%
Usuário Esporádico	60	28,44%
Não Usuário	20	9,48%
Sexo Masculino	102	48,34%
Sexo Feminino	109	51,66%
LOCALIZAÇÃO	Nº	%
Mapas desenhados no centro	78	36,97%
Mapas desenhados fora do centro	133	63,03%
<b>Nº TOTAL DE MAPAS</b>	<b>211</b>	

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 65)

A análise dos mapas mentais consistiu na apreensão da imagem da cidade a partir de seus usuários. Na percepção dos não usuários e usuários esporádicos, o Centro aparece mais fortemente relacionado à sua parte baixa, à área mais comercial. Edificações como a FAFI (antiga Faculdade de Filosofia), o Teatro Carlos Gomes e a Catedral Metropolitana são os destaques para esses grupos. A percepção dos moradores e usuários frequentes, por sua vez, apresenta maior detalhamento do Centro e ampliação em relação aos elementos importantes. A Cidade Alta e regiões mais internas do bairro são incluídas nos mapas, regiões essas que ficam fora dos eixos viários principais. As edificações destacadas para esses grupos foram o Palácio Anchieta, Escola São Vicente de Paulo, Escola Maria Ortiz, Capela de Santa Luzia, Igreja São Gonçalo, Palácio Domingos Martins e Arquivo Público Estadual (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 65-71).


Percebe-se que as escolas são destacadas pelos seus alunos em seus desenhos. Como elas foram locais de aplicação dos Mapas Mentais, foram bastante destacadas. Numa analogia aos “lugares de memória” (Augé, 2012, p. 79), percebe-se a relação entre espaço e tempo nos lugares que “dizem alguma coisa” para os participantes da pesquisa. Se situando nesses lugares, eles se inserem e se identificam. A diferença entre a forma de uso do Centro influencia também na maneira como seus usuários o percebem. Os monumentos são destacados por

quem os vivencia. Só faz parte da lembrança o que é construído numa evolução do cotidiano.

Na análise do diferencial semântico, características do Centro levantadas aleatoriamente pelos participantes, também apareceram resultados diferentes para os grupos de moradores/usuários frequentes e dos não usuários/usuários esporádicos. Percebe-se na tabela 9, que o primeiro grupo ressaltou, na maioria das vezes, os aspectos positivos enquanto o segundo enalteceu os negativos. A imagem negativa associada ao Centro pelo segundo grupo foi relacionada pelos autores à falta de informação sobre a região e a campanha de desvalorização que ela sofreu a partir do início da década de 1970. Essa opinião está consoante com o exposto no parágrafo anterior. A dificuldade de identificação com o lugar apontado por Augé (2012, p.52) está justamente no fato de a contemporaneidade confundir realidade, ficção e acontecimentos midiáticos. A mídia acaba adquirindo poder de definição do patrimônio que vem se direcionando para o turismo. Se junta a esses fatos a sociedade contemporânea se instalar no presente, conforme expôs Augé (2012, p. 79), numa “dessimbolização” do passado, que de evidente passa a ser ridicularizado. Os pontos negativos apontados por ambos os grupos foram o barulho e a insegurança e o ponto focal também assinalado por ambos foi a Praça Costa Pereira (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 78-79).

TABELA 9: COMPARATIVO – DIFERENCIAL SEMÂNTICO

MORADORES / USUÁRIOS FREQUENTES		USUÁRIOS ESPORÁDICOS / NÃO USUÁRIOS	
CARACTERÍSTICAS	MUITO/MÉDIO	CARACTERÍSTICAS	MUITO/MÉDIO
Iluminado	65,08%	<b>Inseguro</b>	<b>79,10%</b>
Significativo	64,04%	<b>Barulhento</b>	<b>77,94%</b>
Bonito	64%	Econômico	56,71%
<b>Barulhento</b>	<b>63,20%</b>	Significativo	55,88%
Atraente	60,17%	Bonito	52,94%
Alegre	59,20%	Abafado	52,94%
Arborizado	55,47%	Sujo	52,38%
Acolhedor	54,92%	Desorganizado	52,24%
Estimulante	54,62%	Desconfortável	51,47%
<b>Inseguro</b>	<b>53,54%</b>	Artificial	49,25%
Colorido	50,77%	Iluminado	48,53%
Natural	47,62%	Monótono	48,44%
Limpo	42,98%	Arborizado	47,14%
Organizado	42,98%	Atraente	45,59%
Arejado	41,80%	Acolhedor	43,94%
Econômico	40%	Descuidado	40,30%
Cuidado	38,21%	Cinzeno	36,76%
Confortável	32,54%	Triste	36,62%

CARACTERÍSTICAS: POSITIVAS  NEGATIVAS 

Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (2006, p. 78)

### 3.1.5 Análise de Infraestrutura Instalada

A equipe da prefeitura, nesse estudo, realizou a análise do saneamento (água/esgoto/drenagem), da energia elétrica distribuída na região e iluminação pública, da limpeza urbana, das redes de comunicação e das relações entre porto/aeroporto/rodoviária/aquaviário (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 4-21). A relevância dessas análises estão na formação de um perfil e na detecção de problemas que deverão ser sanados para oferecer mais conforto aos usuários do Centro.



### **3.1.6 Análise da Acessibilidade, Circulação e Transporte Urbano**

Os itens estudados nesse estágio do Planejamento Urbano Interativo foram “Tipo, padrão e hierarquização do sistema viário”, “Declividade e tipo de pavimento das vias”, “Pontos críticos de estrangulamento, obstruções, barreiras e descontinuidades”, “Dados e pesquisas operacionais do sistema de transporte público de passageiros” (tendo esse como subitens “Sistemas locais de transporte de passageiros”, “Análise de acessibilidade do sistema de transportes”, “Pesquisa de origem / destino de viagens”, “Viagens para a área central de Vitória”), “Contagem de tráfego”, “Número de vagas de estacionamento”, “Caracterização, uso e ocupação das calçadas e passeios”, “Acessibilidade universal” e “Escadarias” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 5-38). Uma cidade com cidadãos que se identifiquem com o lugar através do conhecimento de si e do outro numa relação de solidariedade precisa dar acesso a todas as pessoas para que elas sejam respeitadas de maneira verdadeiramente igualitária. Aí está a relevância desta análise.

### **3.1.7 Análise de Uso e Ocupação do Solo, Cultura e Lazer**

Essa fase da pesquisa do programa Planejamento Urbano Interativo num primeiro momento se voltou para o uso e a ocupação do solo, o número de pavimentos das edificações numa análise volumétrica, as edificações desocupadas e subutilizadas, o estado de conservação dos imóveis considerados como de interesse de preservação e dos não considerados (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 6-18). A segunda parte dessa análise aborda as áreas de preservação do Centro de Vitória, ou seja, os conjuntos urbanísticos e conjuntos arquitetônicos de interesse de preservação. Numa confrontação de mapas de diferentes datas e na avaliação da evolução urbana, a equipe da prefeitura observou que a malha da Cidade Alta se conserva em grande parte. Essa constatação é representada na figura 24.

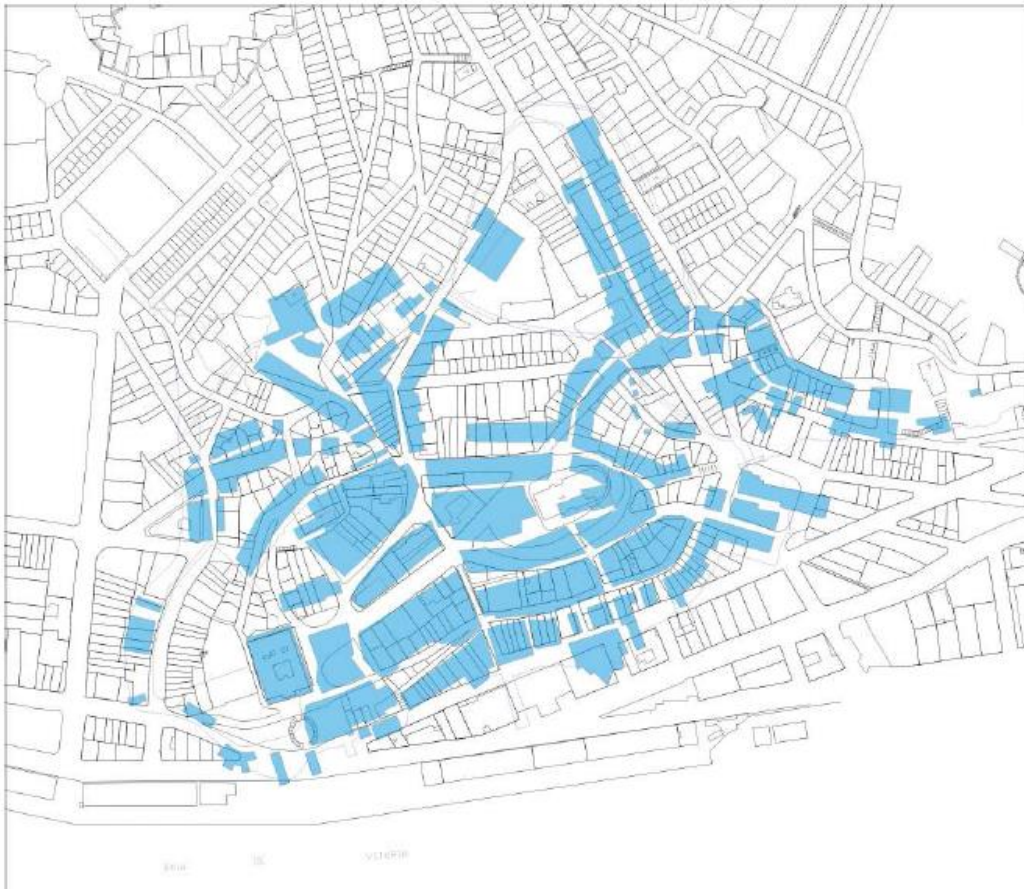


Figura 24: Mapa de sobreposição da restituição cartográfica do Sítio Histórico de Vitória no ano de 1767 (hachura em azul) sobre a restituição do ano de 2000.  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 26).

No texto, a equipe ainda ressaltou que a preservação, além das áreas que conservam suas características originais, deve se estender também para as áreas que sofreram transformações em suas características coloniais, mas que carregam as histórias e memórias coletivas e individuais que compõem o presente. Exemplo de elemento territorial e paisagístico nessa situação é a Avenida Jerônimo Monteiro, símbolo de um período de alteração de um passado colonial para uma capital que começava a se inserir nas novas tendências mundiais. Outros exemplos desse momento histórico são o Parque Moscoso, o entorno da Catedral Metropolitana e a Praça Costa Pereira e adjacências.

O que a equipe propõe (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 27) não é o “engessamento” desses espaços, mas o incentivo para o seu reconhecimento e ações de fortalecimento da identidade do lugar. É o reconhecimento do passado para a vivência completa do patrimônio no presente visando à formação do futuro.

As mudanças, dessa forma, são definidas a partir do conhecimento de si e comprometidas com a memória coletiva. A necessidade de conter o processo de descaracterização da Cidade Alta de Vitória, segundo a equipe, se deve ao fato de o núcleo inicial e os arredores se manterem em seu traçado e em algumas de suas formas, características essas que desapareceram em outras cidades contemporâneas.

Quanto aos conjuntos arquitetônicos, a equipe ressalta que a área de estudo continha à época do estudo 86% dos imóveis considerados de interesse de preservação, somando um total de 349 edificações, sendo destes 27 tombados, 108 identificados de interesse preservação e 213 pré-identificados. A política de conservação de Vitória visa à manutenção das características do imóvel, mas não se preocupa com um perímetro em volta deste. A construção desordenada no entorno de muitos deles gerou a sua difícil visualização na paisagem. Por exemplo, edificações religiosas concebidas para ter destaque no cenário da cidade o perderam com o tempo (Figuras 25 a 32).



Figuras 25 e 26: Igreja do Rosário a partir de diversas visadas, onde percebe-se a obstrução da mesma ao longo do percurso e sua plena visualização apenas em seu entorno imediato, 2006.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 28).





Figura 27: Visual da Baía de Vitória no início do século XX, onde pode-se observar, em destaque, a antiga Igreja da Matriz, atual Catedral Metropolitana.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 29)



Figura 28: Visual da Baía de Vitória na década de 90, onde pode-se observar a perda de visual da Catedral Metropolitana.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 29)



Figuras 29 e 30: À esquerda lateral da Igreja São Gonçalo vista do Viaduto Caramuru, no início do século XX e à direita mesmo visual, no ano 2006, onde percebe-se a obstrução de grande parte do imóvel.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 30)



Figuras 31 e 32: À esquerda visual da igreja São Gonçalo a partir da esquina das avenidas Cleto Nunes e República, no início do século XX e à direita, a partir da mesma visada, no ano 2006, observa-se a perda de destaque da edificação.

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 30)

A terceira e última parte desse estudo contou com o levantamento e análise dos indicadores culturais, que foram apresentados posteriormente tanto nas reuniões do diagnóstico rápido participativo quanto nos seminários temáticos. Os dados levantados estavam relacionados ao número de estabelecimentos em geral, número de grupos e instituições voltados à cultura e ao lazer, atividades culturais e esportivas tradicionais e ao calendário com a programação cultural oficial (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 31-38).

As modificações nas visuais dos monumentos de Vitória corroboram a necessidade de planejamento global e gestão multirreferencial do território, como elencaram Queiroz e Portela (2009, p. 11). Como afirmado por esses autores, o patrimônio engloba, mais do que as construções, os conjuntos e sítios históricos, a paisagem tanto cultural quanto natural. Essa é a parte imaterial do patrimônio. Rio e Name (2003, p. 5) chegam a afirmar que não são suas características físicas que fazem de qualquer objeto um patrimônio, os seus processos e a sua ambiência é que o constituem como tal. Castriota (2009, p. 12-13) diz que o “patrimônio ambiental urbano” aproxima três disciplinas que agora precisam conversar: a “preservação do patrimônio”, o “planejamento do território” e a “preservação ambiental”. Os levantamentos apresentados no parágrafo anterior mostram essa intenção dentro do Planejamento Urbano Interativo que deveria seguir com ações continuadas depois da sua conclusão.

### **3.1.8 Análise da Legislação Vigente**

O embasamento desse trabalho esteve na questão da autonomia do município e sua capacidade de auto-administração. Com isso, a municipalidade é regida por normas próprias que foram estudadas nessa etapa do Planejamento Urbano Interativo. Toda ação pública deve seguir os princípios constitucionais e, dentre eles, o da legalidade, segundo a qual qualquer atuação deve obedecer às leis vigentes. Além desse princípio, segundo a equipe responsável pela pesquisa da legislação, o plano buscava atender aos princípios da publicidade e da eficiência através da participação popular e da avaliação das ações do Programa de Revitalização do Centro de Vitória. A relevância dessa etapa, segundo os autores, consistiu no fato de o direito urbanístico objetivar melhores condições de vida para os cidadãos e por influenciar diretamente no cotidiano deles. Entre as legislações estudadas estavam o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10257/2001), o Plano Diretor Urbano (Lei Municipal nº 4167/2004) e outras leis municipais (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 3-4).

O estudo da legislação se faz necessário não somente para o seu conhecimento, mas para uma visualização crítica, visto que a maior parte da população, como afirmam Rio e Name (2013, p. 3-5), não consegue se adequar a ela, gerando informalidades e exclusões sociais. Além da aplicação de leis, está em um dos papéis do novo urbanismo (Ascher, 2010) a consideração das especificidades de cada local e ocasião, atentando-se para as regras globalizantes contidas nas leis.

### 3.2 PESQUISA DE OPINIÃO PÚBLICA

Após o levantamento e análise dos dados obtidos no diagnóstico preliminar, foi realizada uma pesquisa de opinião no período de 14 a 21 de janeiro de 2006 que contou com a participação de 811 pessoas de todas as faixas de renda e etárias acima de 18 anos (Figura 33). Entre os entrevistados estavam moradores do Centro, trabalhadores e usuários do local encontrados no momento da pesquisa em outros bairros – Enseada do Suá, Jardim Camburi, Jardim da Penha e Praia do Canto. Além desses, foram entrevistados moradores de outros municípios vizinhos e próximos – Vila Velha, Cariacica, Serra e Viana (CPS PESQUISAS, 2006, p. 3).

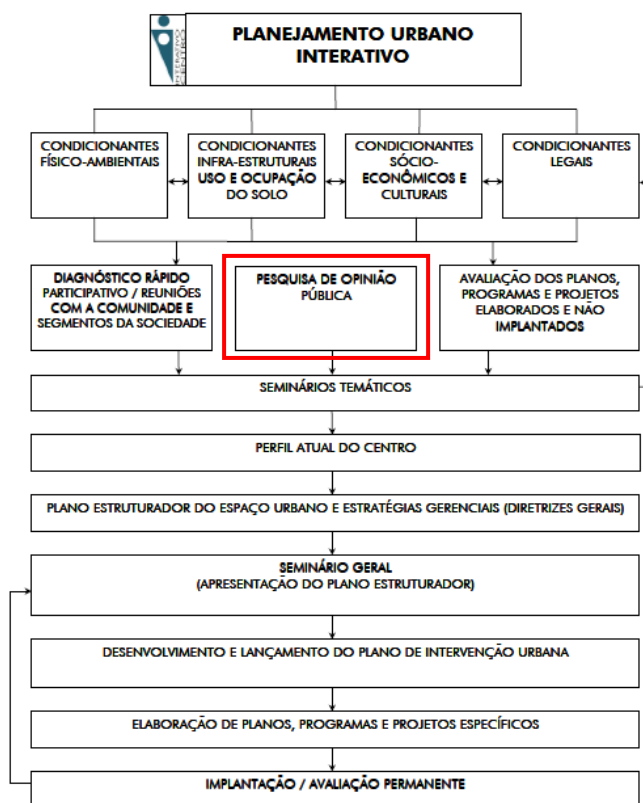


Figura 33: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Pesquisa de Opinião Pública

Fonte: adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006

As questões tiveram caráter de pesquisa quantitativa, sendo abertas e fechadas e com o intuito de levantar os seguintes aspectos:

- Principais atividades realizadas no Centro de Vitória;
- Avaliação geral da situação de Vitória e de pontos relacionados à habitabilidade da região, explorando de forma mais específica ambientes como praças e jardins, principais ruas de comércio, parques e prédios históricos, entre outros;
- Principais pontos positivos e negativos do Centro;
- Principais problemas do Centro de Vitória, para elaboração de soluções;
- Conhecimento e avaliação da população do Programa de Revitalização do Centro de Vitória;
- Avaliação dos aspectos culturais e históricos presentes no Centro;
- Hábitos de mídia da população, para subsidiar as ações de comunicação do Programa de Revitalização do Centro. (CP2 PESQUISAS, 2006, P. 39)

As questões abertas propiciam um grau de participação maior, visto que é a própria população que levanta as questões a serem discutidas. Essa parte da pesquisa deve conter a menor interferência possível por parte dos técnicos. As questões fechadas, por sua vez, também são necessárias ao passo que algumas questões não levantadas ou pouco levantadas pelos participantes da pesquisa também precisam ser discutidas. Por esse motivo, as questões fechadas devem ser aplicadas após as abertas.

Entre os pontos listados estão aqueles cuja preocupação está na análise do grau de conhecimento dos usuários do Centro tanto sobre si mesmos quanto sobre assuntos da coletividade como o Programa de revitalização do local. O levantamento dos hábitos de mídia é relevante para que se possam propor ações mais efetivas de educação patrimonial. Os questionários aplicados não foram apresentados no CD do Planejamento Urbano Interativo disponibilizado pela prefeitura, o que não é interessante para a transparência dos processos para a população interessada.

Do ponto de vista dos entrevistados, as principais atividades do Centro apontadas por eles estavam relacionadas ao comércio e a serviços e apenas 4% deles citaram a moradia como principal uso das edificações da região, sendo que a maior parte da área estudada é ocupada por residências. Numa avaliação geral, a região foi considerada regular tendo como principais pontos positivos, segundo a opinião pública, o comércio concentrado e bem diversificado, e como pontos negativos predominantes a falta de segurança e os problemas relativos ao trânsito. Os espaços públicos importantes foram considerados bem conservados como o Parque Moscoso, praças e jardins e a rodoviária. Já a conservação das calçadas foi avaliada como péssima e a dos prédios de valor histórico considerada regular. Em relação a esses últimos, apenas 4% os apontaram como principal ponto positivo da área central. A maioria dos entrevistados consideram que os monumentos atraem visitantes e turistas, mas os desconhecem em sua maioria. Dos 20 monumentos abordados na pesquisa, 12 são conhecidos por, no máximo, 213 dos participantes da pesquisa e 8 são conhecidos por metade deles. Os mais conhecidos são os mais conservados. Exemplo desses monumentos são a Catedral Metropolitana, o Palácio Anchieta e o Teatro Carlos Gomes.



Esse fenômeno acontece quando o monumento é pensado unicamente como ponto turístico, relacionado exclusivamente ao valor de mercado e desligado da vida cotidiana da cidade. Ele acaba não participando da memória ou da vivência do lugar. Os monumentos mais “conhecidos” não são necessariamente os que as pessoas identificam em suas lembranças contidas em suas memórias individuais ou na memória coletiva, mas aqueles que são mais propagados pelos meios midiáticos, os que recebem maior atenção e são ditados por uma parcela da população detentora do conhecimento.

Apesar de existirem espaços para atividades culturais, mais da metade dos entrevistados afirmaram não participar de nenhuma delas. Para eles, revitalizar o Centro e conservar os prédios de valor histórico são atitudes essenciais para formar uma sensação de segurança, mas apenas 12% afirmaram conhecer o Programa de Revitalização do Centro e 45% ouviram falar (CP2 PESQUISAS, 2006, p. 4).

Alguns dados apresentados pela empresa contratada para a realização da pesquisa são questionáveis como quando o objeto de pesquisa era o Shopping Centro. Segundo o texto apresentado pela empresa, o shopping era visto pelos inquiridos como possibilidade de revitalização econômica para a área central por gerar empregos e atrair pessoas ao centro. Pode-se questionar, neste ponto, se um não-lugar, como definido por Augé (1995), confere uma vida cotidiana compatível com a construção do patrimônio. A forma como os entrevistados foram abordados é motivo-chave para tal questionamento: não foram eles que levantaram as questões relacionadas ao shopping, mas foram inquiridos sobre o que pensavam sobre a implantação do mesmo no Centro. Contesta-se o grau participativo neste caso, visto que, segundo os graus apresentados por Lacaze (1993, p. 64), a consulta a população sobre o shopping aparece como uma simples informação de uma ideia preconcebida, com intuito de legitimá-la. Nesse caso, a resposta positiva em relação a construção do shopping não pode apontar que a sua implantação foi uma decisão da população. Outro dado questionável é que nem sempre os resultados da pesquisa foram apresentados no texto de forma completa, optando-se, segundo a equipe (CP2 PESQUISAS, 2006, p. 5), pelos dados “mais significativos”. O que ocorre é que a definição desses dados também não foi realizada de forma

participativa. As informações que deveriam ser as mais relevantes para a população foi definida pelo corpo técnico da prefeitura.

### 3.3 DIAGNÓSTICO RÁPIDO PARTICIPATIVO

O diálogo entre poder público e população é importante para a promoção da troca de conhecimentos e para que as propostas de ações na cidade sejam mais eficientes. O planejamento democrático, segundo a equipe técnica responsável por essa etapa do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 4), gera envolvimento e corresponsabilidades das partes integrantes. Deve-se atentar, porém, para a necessidade desse processo ser realimentado constantemente e levar a ações

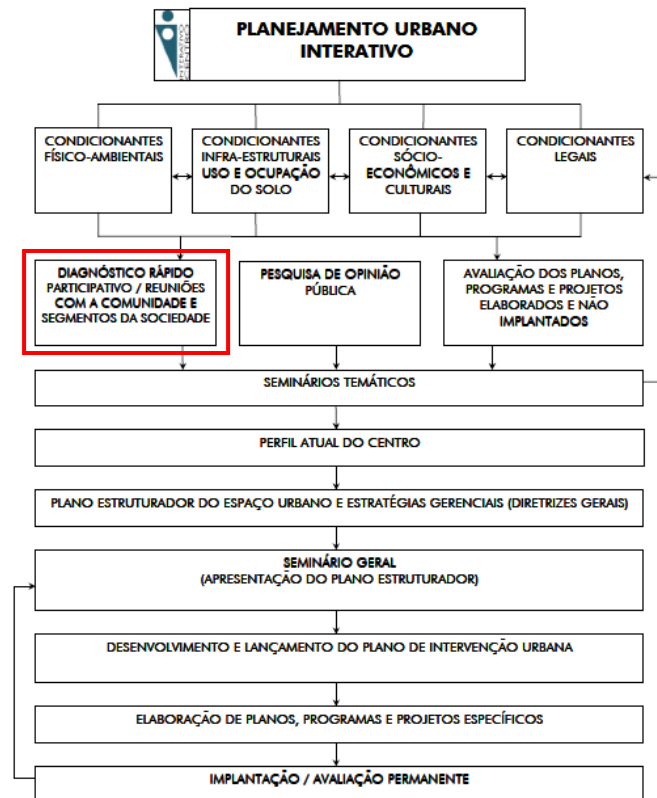


Figura 34: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Diagnóstico Rápido Participativo

Fonte: adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006

práticas para o cotidiano das pessoas para que ele não fique desacreditado perante a população. A figura 34 apresenta a etapa denominada de Diagnóstico Rápido Participativo.

A equipe aponta a primordialidade da participação popular em todas as etapas do processo de gestão e de planejamento para que ela não ocorra apenas num último momento de forma que seja meramente apresentada como um produto final no aguardo da aprovação da comunidade. O Planejamento Urbano Interativo apresentou uma pretensão de mudança de postura na gestão do Centro de Vitória

para que o aspecto humano seja mais valorizado. As técnicas do Diagnóstico Rápido Participativo (DRP) são então apresentadas pela equipe como ferramenta de leituras comunitárias (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 4-5). As etapas metodológicas do DRP são apresentadas no texto referente a essa etapa da seguinte maneira:

- Divisão do Centro em microrregiões e identificação de segmentos sociais para a convocação das reuniões;
- Reunião preparatória para a capacitação da equipe;
- Capacitação da equipe;
- Reunião preparatória da equipe;
- Reunião preparatória com as lideranças para articular a aplicação do DRP1;
- Aplicação do DRP;
- Sistematização do DRP;
- Retorno do DRP – Seminários Temáticos (próxima etapa). (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 5)

O treinamento de equipe e o acompanhamento do processo participativo foram realizados através de consultoria e as reuniões aconteceram com a comunidade dividida em 6 áreas, conforme figura 35, e contou com a participação dos seguintes seguimentos sociais: ambulantes, proprietários e inquilinos de imóveis de interesse histórico-cultural, instituições de saúde, grupos de movimentos culturais, grupo técnico e agentes de segurança. Os comerciantes não compareceram à reunião e não houve participação de instituições de ensino e religiosas em virtude do período de férias. A divulgação das mesmas foi feita através dos líderes comunitários com o uso de panfletos e anúncios em carro de som. As reuniões aconteceram nos meses de novembro e dezembro de 2005. Pela data, percebe-se que a pesquisa de opinião foi realizada posteriormente ao DRP e nele são incluídos apenas os dados do diagnóstico preliminar.

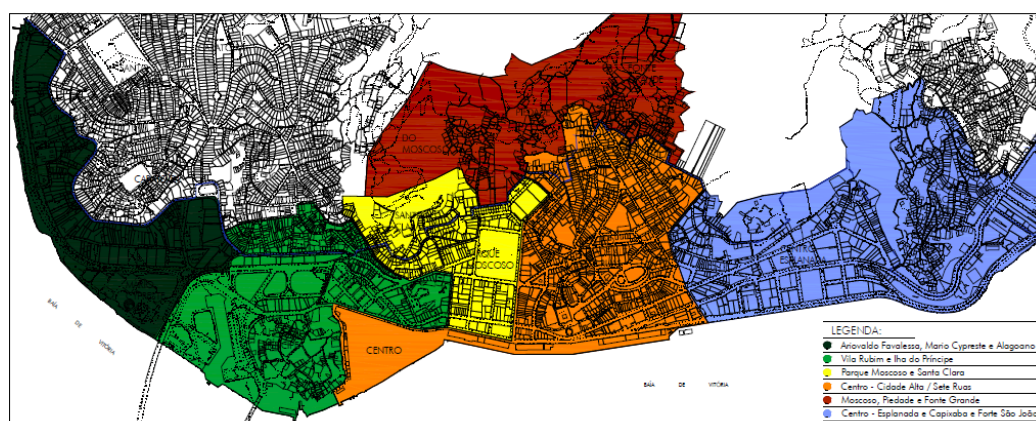


Figura 35: Mapa divisão de bairros – Reuniões DRP.  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 7)

Quanto à metodologia das reuniões quando havia poucas pessoas, eram realizadas entrevistas cuja técnica realizada contava com questionários semiestruturados, isto é, realizados a partir de temas levantados pelo facilitador ou pelos próprios participantes da reunião. Quando a reunião contava com um número de pessoas maior, era realizada o que a equipe denomina de técnica das tarjetas, na qual eram registrados através das tarjetas os sentimentos relacionados a:

- O que gostam no Centro;
- O que não gostam no Centro;
- O que gostam fora do Centro;
- O que não gostam fora do Centro;
- Causas da situação atual do Centro;
- Propostas para manter o que gostam e melhorar o que não gostam;
- Os sonhos. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 9)

Ainda ocorreu, no início de algumas reuniões, a técnica do mapa, no qual eram registradas as impressões do imaginário da comunidade sobre o lugar e a apreensão por parte dela do que considera os limites físicos do Centro de Vitória. O resultado do DRP é apresentado ao final do trabalho iniciando com os pontos positivos e negativos (Quadros 1 e 2) observados nas atas das reuniões, nos mapas e tarjetas desenvolvidos (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 20).

As etapas preliminares o DRP contaram com a preparação e a capacitação da equipe técnica e a relevância dessa fase está na conscientização por parte dela sobre os graus de participação e a importância da imparcialidade e menor influência possível nas manifestações públicas. Um fato que também merece atenção é o não comparecimento de alguns seguimentos sociais por causa do período de férias ou por outro motivo relacionado ao tempo. Tal fato ressalta que o ideal seria que o processo participativo fosse continuado, para que as lacunas de uma etapa fossem preenchidas com outras.

As técnicas aplicadas nas reuniões demonstram a preocupação da equipe responsável com a utilização de um grau maior de participação efetivando-a ainda no início do método com a escolha dos temas por exemplo. As questões levantadas dentro da técnica das tarjetas levam o participante a olhar para dentro de si e a se analisar, procedimento elogiável para o fazer entender suas próprias lembranças e para a construção de suas próprias memórias e identidades.

Pontos Positivos	Quantidade de Citações									
	10	20	30	40	50	60	70	80	90	
Diversidade de Atividades										
Edifícios/Escadarias/Monumentos de Interesse de Preservação										
Parque Moscoso										
População Residente/ Espírito de Vizinhança										
Presença do Porto										
Potencial Geográfico/ Paisagem										
Movimentação Constante										
Estigma de Pólo Comercial										
Teatro Carlos Gomes										
Galpões Mercado da Vila Rubim										
Tradição Histórica e Cultural										
Praça Costa Pereira										
Teatro Glória										
Escola de Teatro e Dança - FAFI										
Presença de Unidade de Saúde										
Morros do Centro										
Catedral Metropolitana de Vitória										
Parque da Gruta da Onça										
Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes (Av. Beira Mar)										
Praças e Parques										
Igrejas										
Praça Oito										
Morro do Penedo										
Escolas de Samba										
Ponto Comercial de Ambulantes Privilegiado										
Oferta de Transporte Público Coletivo										
Presença de Jardins/ Paisagismo										
Presença do Comércio Ambulante										
Presença de Equipamentos Culturais										
Tranquilidade dos Finais de Semana										
Creches e Escolas										
Rua Sete de Setembro										
Vitalidade do Centro										
Diversidade de Ambiência										
Palácio Anchieta										
Atividades Físicas/ Culturais no Parque Moscoso										
Clube Saldanha da Gama										
Feiras nas Praças										
Parque da Fonte Grande										
Clube Vitória										
Diversidade de Tempos Históricos										
Trabalhos Sociais das Comunidades										
Centro Cultural Carmélia										
Clientela Fiel										
Praça Getúlio Vargas										
Morro Santa Clara										
Escola de Música										
Baía de Vitória										
Diversidade Arquitetônica										
Diversidade de Escala dos Edifícios										
Restaurante Popular										
Barraca da Sol										
Sensação de Amplitude										
Morro da Fonte Grande										
Rua São João										
Acesso de Automóveis aos Morros										
Presença de Comunidades Eclesiásticas de Base										
Praça Alzira Viana										

Quadro 1: Pontos Positivos – DRP  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 20-21)

Pontos Negativos	Quantidade de Citações									
	10	20	30	40	50	60	70	80	90	
Falta de Segurança	85									
Acessibilidade/ Calçadas	50									
Lixo/ Sujeira	40									
Trânsito Caótico	35									
Abandono dos Imóveis/ Esvaziamento	30									
Degradação Física dos Edifícios/ Monumentos	25									
Pedintes/ Moradores de rua	25									
Falta de Estacionamento	20									
Equipamentos Culturais Subutilizados/ Ausência	20									
Problemas Infra-estrutura Educação	20									
Falta de Movimento Noturno	15									
Falta de Investimentos/ Mais Investimento em Bairros Nobres	15									
Falta de Áreas de Lazer	15									
Ruas Esburacadas	15									
Falta de Comprometimento Político	15									
Abandono da Praça Getúlio Vargas	15									
Desmotivação da População	15									
Imagem Negativa do Centro	15									
Prostituição	15									
Poluição Sonora	15									
Falta de Transporte Público Coletivo	15									
Saída do Aquaviário	15									
Falta de Centro de Vivência	15									
Poluição Visual	15									
Falta de Paisagismo/ Arborização	15									
Falta de Atrativos	15									
Descaso com Entrada da Cidade (pela 2ª Ponte)	15									
Abandono da Avenida Beira Mar	15									
Falta de Iluminação Pública	15									
Ausência de Infra-estrutura Turística	15									
Presença de Vendedores Ambulantes	15									
Problemas Infra-estrutura Saúde	15									
Abandono do Tancredão	15									
Descrédito em Relação à Administração	15									
Falta de Incentivo	15									
Barracas Comércio Informal Despadronizadas	15									
Desunião dos Ambulantes	15									
Falta de Local Fixo de Trabalho para Ambulantes	15									
Desprezo pelos Ambulantes	15									
Burocracia e Falta de Informação e Direcionamento da PMV	15									
Fiscalização Corrupta da PMV	15									
Falta de Banheiros Públicos	15									
Tráfico de Drogas	15									
Falta de Atenção com o Centro	15									
Invasão Clandestina dos Morros	15									
Falta de Shopping	15									
Abandono da Ponte Seca	15									
Falta de Educação Patrimonial/ Ambiental	15									
Falta de Flexibilidade na Legislação dos Imóveis de Interesse de Preservação	15									
Saída dos Equipamentos Públicos do Centro e Abandono das Edificações	15									
Falta de Investimento dos Particulares	15									
Problemas de Drenagem	15									
Abandono da Rodoviária	15									
Ausência de Feiras Livres (hortifruti)	15									
Falta de Continuidade dos Projetos/ Obras	15									
Falta de Restaurantes	15									

Quadro 2: Pontos Negativos – DRP

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 21-22)

O Quadro 1 aponta que os pontos positivos apontados pelos usuários do Centro se relacionam em grande parte com os monumentos históricos e os marcos da região. A maioria desses pontos se referem às edificações de interesse de preservação ou de modo geral ou de cada um específico. A localização, a paisagem, a diversidade e a harmonia entre seus moradores (espírito de vizinhança) também foram bastante citados. Esses dados fortalecem a crença no potencial do Centro como depositário de identidade e da memória coletiva de Vitória, como patrimônio cultural e territorial, nos moldes dos estudos feitos nesta dissertação. Os pontos negativos apresentados no Quadro 2 trazem justamente itens ligados a falta de cuidado com os pontos apresentados como positivos anteriormente. Expressões como “falta de cuidado...”, “falta de comprometimento com...”, “abandono de...”, “desmotivação...”, “descaso...”, “poluição...” são recorrentes. Essa é uma análise relevante já que expõe o desejo da população de ver um maior cuidado por parte do poder público com as potencialidades de sua cidade.

Esses pontos positivos e negativos posteriormente foram divididos pela equipe em temas para serem discutidos com a comunidade e, a partir daí, gerarem propostas nos Seminários Temáticos, apresentados no item 4.4.1 nesta dissertação. Os temas relacionados foram “Desenvolvimento Econômico e Ação Social”; “Infraestrutura, Acessibilidade e Mobilidade Urbana”; “Paisagem, Meio Ambiente e Preservação do Patrimônio”; “Cultura, Esporte e Lazer”; “Educação e Saúde” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 22).

Nas considerações finais sobre o DRP, a equipe mencionou fatores limitadores da etapa:

- Pouco tempo disponível para as reuniões e avaliação de seus resultados;
- Dificuldades na divulgação, pela falta de integração entre o município e a comunidade, escassez de recursos e até a falta de articulação entre a liderança e a comunidade;
- Equipe reduzida, com disponibilidade para reuniões fora do horário de expediente;
- Falta de credibilidade e resistência de algumas comunidades para com a prefeitura. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 28)

A troca de experiências entre os técnicos ligados a prefeitura e a abertura de um canal de participação foram apontados como fatores positivos do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória pela equipe técnica. Além disso, é relatada a

esperança de perpetuação do processo participativo dentro da prefeitura e de fortalecimento das associações de bairro para que essas possam agir ativamente frente às ações referentes à região central. Porém, as ações relacionadas à preservação do patrimônio devem ser ampliadas incluindo ações contínuas de educação patrimonial e devem estar no cerne dos interesses políticos, afinal as reuniões tem por objetivo discutir os problemas e não para “dar uma ar de participação” ao planejamento. O planejamento deve ser efetivamente participativo e contar com tempo hábil para as etapas necessárias. O Planejamento Urbano Interativo poderia representar os primeiros passos de uma mudança de postura dentro da administração municipal. A equipe termina o texto com as seguintes considerações:

Importante ressaltar que este ato de reflexão realizado nas reuniões leva a comunidade a repensar o seu papel no exercício da cidadania e impulsioná-la para exercer o seu papel social dentro da articulação entre poder público e população em busca do desenvolvimento sustentável. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 28)

O desafio das formas participativas de planejamento está na busca pela interação solidária entre municipalidade e comunidade e entre os seus próprios atores para que se resgate a memória coletiva frente a uma realidade de desinteresse e apatia pelos temas comunitários e de interesse por temas relativos a individualização e ao consumo.



### 3.4 PERFIL ATUAL DO CENTRO

Essa parte do trabalho consiste na reunião de dados e análises realizados nas etapas anteriores do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória, agregando dessa forma as principais características da área central (Figura 36).

Os temas foram organizados pela equipe técnica (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 3) através do que julgaram como temas relevantes, mas também a partir de temas levantados como pontos positivos e negativos no Diagnóstico Rápido Participativo. O processo participativo ideal é aquele

que em todas as suas etapas conta com a cooperação da comunidade. O último grau de participação apresentado por Lacaze (1993, p. 64) seria uma simbiose de técnicos junto à comunidade para que fosse possível um maior nível de conhecimento dos projetos e ações propostas por parte da população. Sabe-se porém das dificuldades encontradas nas prefeituras de um modo geral quanto ao tempo disponível e aos interesses que permeiam as decisões. Dessa forma, deve-se, como aconteceu na elaboração do Planejamento Urbano Interativo, a busca pelo maior nível possível de envolvimento dos usuários participantes da vida cotidiana do lugar. Ainda nessa fase, a região central de Vitória foi dividida em quatro macrossetores, cada um com suas especificidades apontadas no DRP e no levantamento do perfil temático que será apresentado a seguir.

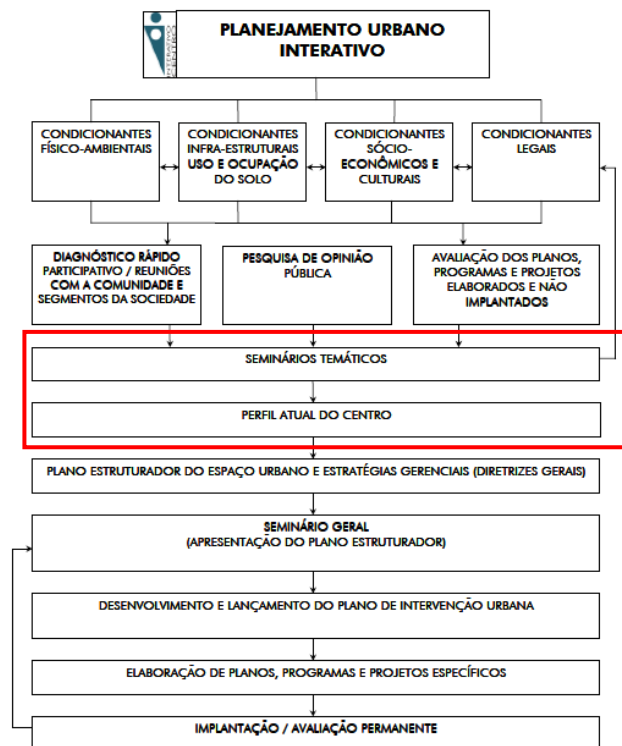


Figura 36: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Perfil Atual do Centro  
Fonte: adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006

### 3.4.1 Perfil Temático

O texto dessa etapa apresenta uma síntese dos diagnósticos divididos pelos mesmos temas extraídos dos pontos positivos e negativos apresentados pela população no DRP como segue nos próximos itens.

#### 3.4.1.1 Integração Regional

A apresentação dessa etapa do Perfil do Centro tem início com o comentário sobre a localização estratégica de Vitória e apresentando o porto com seu circuito de cruzeiros; o terminal ferroviário de passageiros que fica próximo do Centro, mas que apresentava certa dificuldade de ligação com o mesmo; o sistema rodoviário com ligação facilitada com a BR 101 e BR 262; e o aeroporto que também apresenta acesso facilitado ao Centro (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 3-4).

O Centro, segundo a equipe, é um ponto de convergência de fluxos e de destinações (emprego, comércio e serviços) da região metropolitana. Não havia (e ainda não há), por sua vez, um sistema de transporte coletivo aquaviário. Apenas o circuito tradicional marítimo das catraias com sentido Centro de Vitória / Paul-Vila Velha permanece. Os roteiros de escuna com finalidade turística também eram e continuam sendo bastante realizados. A equipe também ressaltou que os deslocamentos a pé e por bicicletas são bastante intensos no Centro (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 3-4). Entender o papel do lugar num contexto amplo e a tomada de consciência disso leva a ações públicas mais realistas e condizentes com as necessidades da vida cotidiana e menos forçadas pela lógica do consumo atual.

#### 3.4.1.2 Acessibilidade, Transporte e Mobilidade

Nesta parte dos estudos, foi constatado que nas principais vias arteriais do Centro, que ficam em sua parte baixa, a declividade não é muito alta. Isso somente ocorre na Cidade Alta e nos morros. Foi apresentada ainda a má conservação e a

acessibilidade dificultada nas calçadas. A acessibilidade dos morros, em geral ocupados por residências, foi conceituada como ruim pela população.

Apesar do grande fluxo de veículos no Centro de Vitória, foi concluído que este não é o mais intenso da cidade, porém a estrutura viária existente impede seu bom escoamento. As intervenções para melhoria do trânsito devem, segundo a equipe (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p.5) ser estudadas extrapolando os limites da área central. Giovannoni *apud* Choay (2011, p. 196) aborda a problemática relacionada ao conflito desses dois sistemas, cidade antiga e atual, que apresentam dinâmicas diferentes. A solução segundo ele é o desvio dos fluxos de automóveis.

A equipe ainda traz a possibilidade de instalação de um modal sobre trilho como alternativa para reduzir o número de ônibus na região. O grau de participação nessa decisão foi um dos primeiros, visto que o modal foi citado por apenas um participante de uma reunião do Diagnóstico Rápido Participativo (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006) e, ainda assim, o projeto já estava em andamento de acordo com a fala desse participante. Adequado seria que esse tipo de decisão fosse realmente discutido com a população e não apenas levantado como proposta pronta para simples conferência e aprovação.

Quanto às vagas de estacionamento, seguem alguns dados obtidos: a maioria era particular (47%), 24% eram públicas, 20% eram em edifícios-garagem, 5% rotativos e 4% irregulares. Foi constatado que falta estacionamento nas áreas comerciais e sobram nos edifícios-garagem (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 5-6). Os motivos que levaram a esse último fato poderiam ser estudados para análise da ligação entre os fatores “falta de edifícios-garagem” e “problema de falta de vagas na região”.

#### 3.4.1.3 Infraestrutura

Nessa etapa foram levantados os resultados referentes ao abastecimento de água, que tinha cobertura de 100% em toda a área estudada, mas ainda era deficiente em áreas mais elevadas, e ao esgotamento sanitário, que era inexistente na época do

programa realizado. O projeto águas limpas foi citado como promessa de resolução deste problema e foi realizado posteriormente ao plano. O esgoto era processado através da rede de drenagem pública e a drenagem pluvial era realizado em níveis satisfatórios.

Quanto à iluminação pública, foi constatado que havia em todas as vias. A rede de energia elétrica, por sua vez, tinha sua instalação por vias aéreas, interferindo desta forma na visualização da paisagem e dificultando o acesso às calçadas por causa do seu posteamento (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 6-7).

A equipe da prefeitura cita que não havia iluminação diferenciada para os edifícios e monumentos históricos. Quanto a coleta de lixo, era realizada todos os dias, exceto domingos e feriados. Mesmo assim, existiam "pontos viciados" de lixo e faltavam lixeiras em áreas movimentadas. Esses pontos ressaltam a importância da educação como salientou Augé (2012, p. 118), que faz com que os indivíduos atuem de maneira inserida no cuidado com o seu lugar e se conscientize do seu patrimônio.

As redes de lógica e tecnologia digital era deficitária ou inexistente, o que diminuía, segundo os pesquisadores, o poder competitivo do Centro para atrair investimentos (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 7). As tecnologias podem ser usadas como facilitadoras no processo de educação patrimonial e de conhecimento por parte da população.

#### 3.4.1.4 Relação Porto-Cidade

Esse tema é abordado apontando primeiramente a relevância da atração de investimentos no setor petrolífero para a promoção do turismo de negócios e na observação das demandas dos navios de Cruzeiro visando o turismo náutico. Deve-se discutir e ter cuidado com a mercantilização do patrimônio do Centro e com a sua transformação em local turístico em detrimento da sua vida cotidiana. Segundo Choay (2006, p.224), essa mercantilização transforma o patrimônio em objeto isolado percebido apenas em sua materialidade e, assim, se dissocia da história. Também foi elencada a necessidade de ações de integração do porto com a cidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 7-8). Essa integração é relevante

para a construção da “ambiência” levantada por Rio e Name (2013, p.5), que consagraria o porto como patrimônio em sua totalidade: seu território e sua memória inscrita nele.

#### 3.4.1.5 Desenvolvimento Econômico

Diante da alteração ocorrida no perfil socioeconômico na região nas últimas décadas anteriores ao plano, a equipe assinalou a necessidade de afirmação da função deste plano. Os principais usos elencados pelas pesquisas realizadas nesta etapa são habitação, comércio e serviços. Alguns dados obtidos contrariavam a ideia de esvaziamento do Centro e poderiam auxiliar na busca pelos seus potenciais competitivos.

Numa pesquisa realizada através do SEBRAE com os comerciantes da região, constatou-se que era preciso aumentar a segurança da região, o apoio da municipalidade, a união entre a categoria (comerciantes), a melhoria das vias de acesso, a diversificação no comércio e a melhoria da qualidade das calçadas. A regularização do comércio informal foi elencado como desafio para a municipalidade. Para dinamizar a economia e desenvolver o turismo afirmou-se como uma das alternativas a potencialização das características históricas e culturais da região.

Outro diferencial da área central que deve ser enaltecido é o abrigo de muitas instituições. Nos últimos anos antes do plano, houve uma transferência de parte dessas instituições governamentais e particulares para outras regiões de Vitória, contribuindo para o enfraquecimento do Centro como centro administrativo (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p.9).

#### 3.4.1.6 Uso e Ocupação do Solo

Dos imóveis do centro, segundo pesquisa do plano, 60% eram de uso residencial e 21% de uso comercial e serviços, diferente do que foi apresentado como imaginário dos usuários, que quase não apontaram o uso residencial como principal uso. Foi constatada forte diferenciação entre a forma de ocupação das áreas comerciais e

residenciais. Por exemplo, percebe-se uma ausência de equipamentos de lazer - parques e praças - nas áreas exclusivamente residenciais e a localização destes nas áreas de uso predominantemente comercial / de serviços, fato que dificulta a apropriação desses espaços (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 10).

Apenas 9% dos imóveis estavam desocupados na época do levantamento, o que retira a ideia de um Centro "abandonado". A equipe, por sua vez, salienta que importa sempre ter o cuidado para que essa proporção não aumente. Deve, segundo a equipe, se atentar para o estado de conservação das fachadas dos edifícios, já que grande parte estava em estado regular ou ruim, o que contribui para a construção de uma imagem de abandono para o Centro (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 11).

A política de revitalização e de preservação do patrimônio do Centro de Vitória sairá da esfera dos planos diretores e demais legislações e se efetivará na vida cotidiana da cidade se estiver integrada com as questões socioeconômicas da região. Aí está a pertinência dos estudos e levantamento de dados apresentados nesta seção e na anterior.

#### 3.4.1.7 Espaços Urbanos e Lazer

Foi possível perceber, através das pesquisas junto a população, que a requalificação dos espaços urbanos proporciona maior apropriação por parte dos seus usuários. Exemplo disso foi a utilização intensiva do Parque Moscoso, depois da reforma que ele recebeu. As intervenções em espaços urbanos do Centro devem, segundo a equipe, integra-los a ambiência da cidade e minimizar os impactos da poluição sonora e do aspecto árido das regiões comerciais (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 12). Nesses casos, a "ambiência" do patrimônio abordada por Rio e Name (2013, p. 5), que o integra ao seu território e a paisagem da cidade, é tema significativo para discussões e considerações. Esses lugares abrigam a vida cotidiana e aí está a relevância da preocupação com sua preservação. Não são lugares foco do turismo e do mercado voltados para a lógica capitalista, mas envolvem as relações de troca de experiência entre os indivíduos que fortalecem a identidade singular do lugar. Se o poder público não se atentar para esses lugares

como de vivência, não será o mercado que assim o fará. Há o risco, porém, dos mesmos serem apropriados em fundamentos capitalistas globais em detrimento da vida cotidiana local apresentada por Augé (2012, p. 44).

A questão da educação patrimonial também deve ser observada, visto que, muitas vezes as modificações citadas anteriormente não são entendidas por parte da população, que só percebe os aspectos propagados pelo sistema através das mídias, como os relacionados ao trânsito, à aceleração dos fluxos, à especulação imobiliária, sem ter como alcançar, por falta de conhecimento de si e de todos os assuntos que envolvem a cidade, a sensibilidade para perceber as questões voltadas à vivência urbana, à própria memória e às relações de amizade apresentadas por Ricoeur (2007, p. 141) e Santo Agostinho (2000, Livro X, XIV, p. 5). Podemos citar a reforma da Praça Costa Pereira no Centro de Vitória, realizada após o programa Planejamento Urbano Interativo, como exemplo do exposto acima. Uma das alterações realizadas foi a substituição do asfalto por pavimentação em pedra nas ruas que rodeiam da praça para retornar a ambiência original e para conceder uma experiência local e tranquila para quem utiliza o local. Houve, porém, críticas por parte da população relacionadas ao fluxo de carros que teria sido retardado, ainda que as vias em questão não fossem as arteriais e que recebem os fluxos mais problemáticos.

Ainda foi assinalada pela equipe a deficiência de espaços e equipamentos voltados à prática de esportes.

#### 3.4.1.8 Vivência Urbana

Os técnicos perceberam, através das análises sobre o Centro de Vitória, um alto nível de sociabilidade, forte espírito de vizinhança e grande identificação com o lugar por parte dos moradores. Isso se deve ao fato de os moradores terem suas memórias individuais mais relacionadas com o lugar e por participarem mais intensamente da memória coletiva. As memórias compartilhadas, trazidas por Ricoeur (2007, p. 140-142), aparecem entre esses indivíduos cujas vivências se cruzam. Como ponto negativo deste tema cita-se a falta de integração entre as partes alta e baixa da região (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 13).

#### 3.4.1.9 Importância Histórico-Cultural

Como observado na análise histórica, a equipe aponta para o fato de a Cidade Alta conservar características urbanas primitivas. Na região estudada no plano estão 86% dos imóveis de interesse de preservação de Vitória na data do programa. Muitos destes imóveis não são facilmente percebidos pela população por causa do desconhecimento de sua história e/ou por causa da localização deles e pelo fato de não estarem tão visíveis na paisagem. Além disso, não há poucos interesses na promoção/propaganda do patrimônio por parte das instituições inseridas numa sociedade cuja lógica voltada para o presente valoriza mais os não-lugares do que para os lugares de memória. A sugestão da construção do Shopping Centro apontada no Planejamento Urbano Interativo é um exemplo desse assunto exposto. Os técnicos chegam a sinalizar em suas conclusões sobre o assunto que a geração presente vive um verdadeiro descaso com o patrimônio (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 13-14) e ações devem ser despertadas referentes a isso.

#### 3.4.1.10 Cultura

O Centro é a região que mais concentrava estabelecimentos culturais em Vitória segundo pesquisas do Planejamento Urbano Interativo, mas, para a equipe, faltava ali integração entre as atividades e maior divulgação delas. O desejo por mais ações culturais é demonstrado pela população no diagnóstico participativo nas análises referentes à temática sociocultural (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 14-15).

Castriota (2009, p. 33-38) aborda a importância da preservação dos aspectos imateriais para a conservação global dos monumentos. Na maloca construída pela arquiteta Leda para realização de atividades voltadas a tribo Cinta-Larga (Rondônia), exemplo dado pelo autor, eram praticados ritos, festas, fabricação de utensílios e ferramentas entre outros para a perpetuação da cultura e para que fizesse sentido a construção material do patrimônio. O rito, segundo Aldo Rossi, por sua natureza coletiva é o elemento conservador do mito. Isto é, os mitos sofrem alterações ao longo das gerações e o patrimônio recebe acréscimos de cada uma delas, mas há, afirma o autor, uma realidade permanente que não sente a ação do tempo, ela é



portadora das tradições repassadas através dos ritos. O entendimento dos aspectos culturais do Centro de Vitória são indispensáveis para o conhecimento e para a construção do seu patrimônio.

#### 3.4.1.11 Questão Social

A área central foi caracterizada pelos estudos realizados como uma região não homogênea quanto à questão social. Há um forte contraste entre os bairros. Quanto à faixa etária, ela se apresenta equilibrada entre os eles. Aqueles que apresentam menor renda média têm maiores concentrações de população jovem (15 a 24 anos) e crianças (5 a 14 anos). Há na região um grande percentual de imóveis alugados. Quanto ao ensino, foi constatado uma relevante diferenciação entre o ensino municipal, que abrange as séries iniciais, considerado melhor, e o estadual, referente ao ensino médio, apontado como de pior qualidade. Foi assinalado em várias partes do trabalho a ausência de escolas de formação técnica e superior (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 15), o que auxiliaria na promoção de movimentação urbana, principalmente a noite, horário em que o Centro de Vitória foi considerado ermo por grande parte dos usuários participantes dos processos de opinião do Planejamento Urbano Interativo do Centro.

#### 3.4.1.12 Educação e Saúde

Quanto ao ensino infantil, foi verificado que as escolas municipais e particulares não atendiam à demanda da área de estudo. O número de vagas nessas instituições para o antigo ensino fundamental provia a procura na região. Faltavam cursos técnicos e profissionalizantes, o que foi bastante mencionado nas reuniões com a comunidade. Em relação à saúde, as maiores reclamações eram referentes ao atendimento e ao horário dos dias de funcionamento dos postos (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 16).

#### 3.4.1.13 Segurança Pública

A violência e a falta de segurança foram apontadas por 45% dos entrevistados como principais problemas / pontos negativos do Centro e foram mencionadas em todas as etapas participativas. A violência, segundo a equipe, sempre é associada às pessoas “de fora” pela população residente da área de estudo e é apontado o agravamento do quadro de segurança durante o período noturno quando diminui o policiamento. Percebe-se que a relação com o “próximo” e com o “outro”, elencada por Ricoeur (2007, p. 140), no Centro de Vitória apresenta-se em conflito e necessita do fortalecimento do “espírito de solidariedade” (AUGÉ, 2012, p. 111) tão ligado a sensação de segurança do lugar.

Os dados apresentados foram ratificados por informações disponibilizadas na época pela Secretaria Estadual de Segurança Pública (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 17). É importante considerar porém que o fator social também contribui para a análise de dados referentes a segurança pública para ações governamentais mais acertadas. Apenas o aumento do policiamento não diminui a insegurança por completo, mas essa questão também faz parte de uma política social e de preservação satisfatória que contribua para o fortalecimento da identidade do Centro. Os próprios entrevistados confirmaram que a questão da segurança é “essencial para o processo de Revitalização do Centro”, como afirmaram os autores do texto referente ao Perfil do Centro.

#### 3.4.1.14 Imagem do Centro

A partir da Análise Gestáltica, da Pesquisa de Opinião e do Diagnóstico Sociocultural, foi possível perceber, segundo a equipe da prefeitura, que os não-usuários e usuários esporádicos do Centro conheciam muito pouco deste lugar e a representação gerada no imaginário desse grupo era formada a partir do eixo viário de passagem localizado na parte baixa da cidade, diferentemente dos moradores ou usuários frequentes da região, que possuem uma apreensão mais detalhada das paisagens do Centro. O primeiro grupo observa com mais frequência nos desenhos e nas etapas participativas os pontos negativos, graças à falta de informação e a

campanha de desvalorização da região advinda desde a década de 1970 (PREFEITURA DE VITÓRIA, 2006, p. 18).

A consciência, segundo Ricoeur (2007, p. 113), é o “saber de si” e a identidade seria a equação entre “consciência, si e memória”. Por isso, quanto menos se conhece a si e ao seu lugar, menor é a identidade atribuída a este. Bourdieu (2007, p. 216) estabelece o espaço de memória como concebido para a felicidade, um ambiente interior onde nos sentimos “em casa” e no qual há um passado formador do presente. Assim, Augé (2012, p. 79) conclui do pensamento de Bourdieu (2007) que os lugares de memória são situados pelos indivíduos contemporâneos e com os quais eles se identificam. Porém, para que haja essa identificação, os indivíduos devem obter o conhecimento sobre suas memórias e sobre os lugares vinculados a elas. Tais questões devem estar no centro das políticas públicas.

### 3.4.2 Diagnósticos por Macrossetores de Planejamento

De acordo com a apreensão dos usuários, a área central foi dividida em quatro macrossetores de acordo com a figura 37. As características de cada um deles apresentadas pela equipe técnica da prefeitura (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 19 e 20) estão listadas abaixo:

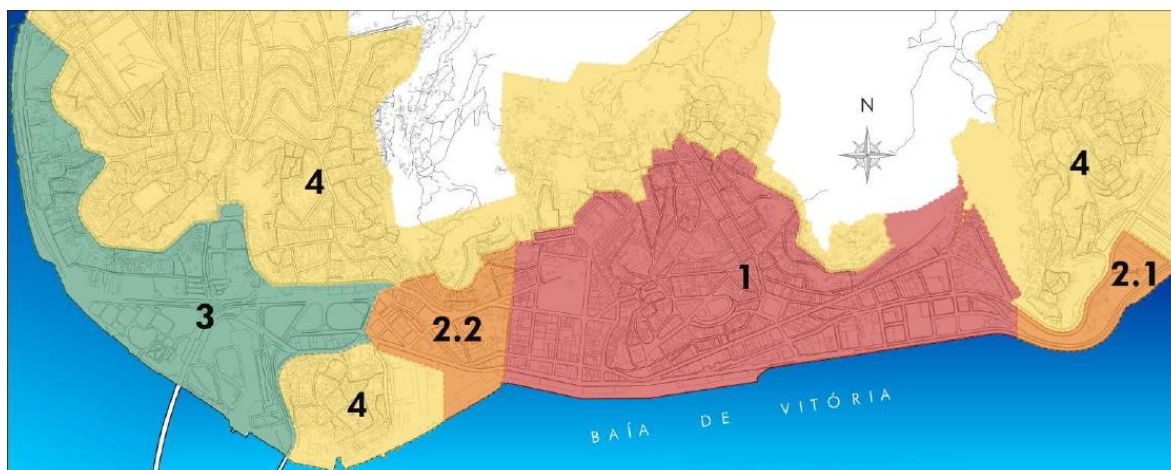


Figura 37: Mapa Macrossetores de Planejamento  
Fonte: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA (2006, p. 22)

- a) Macrossetor de Planejamento 1 – Centro: Essa região compreende o centro comercial com sua diversidade de atividades. Sua identidade é marcada pelo comércio, pelo porto e pelos aspectos histórico-culturais.

- b) Macrossetor de Planejamento 2 – Áreas de Transição: Essas áreas são caracterizadas pela descontinuidade da dinâmica urbana apresentada nas regiões do seu entorno. São áreas com grandes potenciais de uso.
- c) Macrossetor de Planejamento 3 – Áreas de Expansão: Limitada pela Ponte Seca da Vila Rubim e pelo Cais do Hidrovião, essa é uma área desarticulada com as demais. Há nela grande oferta de áreas vazias para serem aproveitadas em novos projetos.
- d) Macrossetor de Planejamento 4 – Áreas de Precária Infraestrutura: Áreas de urbanização irregular, essas abrigam a população mais carente de recursos e infraestrutura da região estudada. Grande parte do seu território é composta por lugares de preservação ambiental. Por serem elevadiços, seu cenário é marcante na paisagem do Centro de Vitória.

O estudo da região apresentada pelo Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória dividido pelas diversas ambiências presentes no local é relevante ao passo que levanta as peculiaridades das mesmas e não resultam em diretrizes generalizantes, que correm o risco de não conseguirem se inseridas na prática do planejamento. Como exposto por Sonkoly (2013), a política de preservação do patrimônio deve se ampliar numa visão global, mas seu foco deve estar nas características e problemas pontuais, visto que é localmente que as desigualdades e violências se manifestam, como afirmou Augé (2012, p. 44).

### 3.5 PLANO ESTRUTURADOR

O Plano Estruturador consistiu em propostas apresentadas a partir das etapas anteriores: com os diagnósticos foram elaboradas diretrizes específicas para cada região e os macrossetores também receberam diretrizes específicas. As duas etapas reunidas formaram o Perfil Atual do Centro como estudado no item passado 3.4 (Figura 38). As diretrizes de projeto são auxiliadas pelo Mapa do Plano, mostrado no final deste item. Os temas correspondem nessa etapa aos mesmos temas elencados no Perfil Atual do Centro (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, p.3).

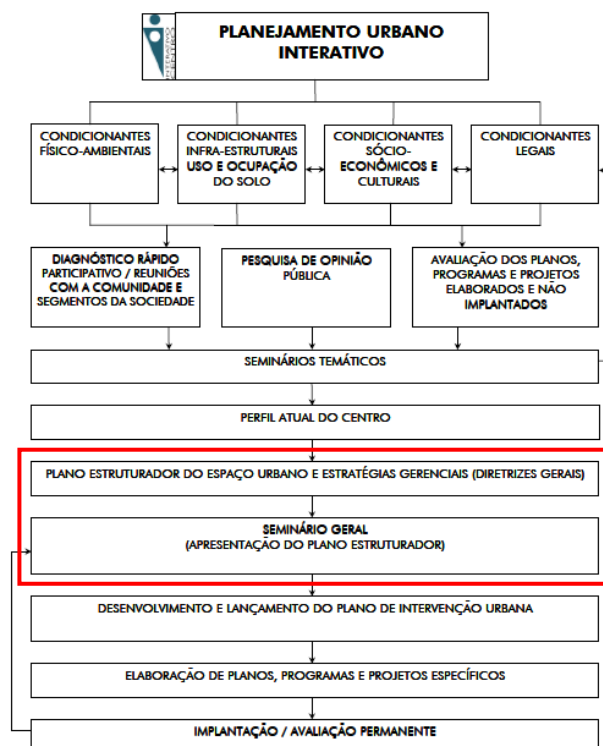


Figura 38: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Plano Estruturador

Fonte: adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006

Percebe-se no texto sobre o “Perfil Atual do Centro” do programa Planejamento Urbano Interativo do Centro a participação mais efetiva da população do que no Plano Estruturador. Isso se deve ao fato de este ter sido montado pelos técnicos a partir do perfil do Centro e de os seus resultados não serem construídos como nas etapas anteriores, isto é, através de reuniões realizadas anteriormente à realização das propostas, o que contribui para um grau maior de participação (Lacaze, 1993, p.64). As propostas para o plano foram apresentadas à população posteriormente a sua elaboração realizada pelos técnicos. Seguem as diretrizes apresentadas no texto, separadas pelos mesmos temas do perfil.

### 3.5.1 Integração Regional

As diretrizes apresentadas no Plano Estruturador para este tema foram os seguintes:

- Fortalecimento do papel do Centro de Vitória na dinâmica econômica e social da região metropolitana;
- Elaboração de plano de mobilidade que favoreça os aspectos sociais dos deslocamentos, facilitando, no que se refere ao Centro, o acesso da população às funções que venham a ser estimuladas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 3)

Especificidades abordadas na elaboração do perfil do Centro sobre o tema não foram relatadas no plano estruturador, como a ligação do lugar com o porto, com os terminais ferroviários que ficam nas proximidades, além das melhorias necessárias no sistema rodoviário. Pode-se considerar a inclusão de diretrizes voltadas para possibilitar fluxos alternativos de veículos que não passem pelo Centro, numa mudança que extrapole os limites da área estudada, como proposto por Giovannoni *apud* Choay (2011, p. 196). Outra diretriz importante seria a ativação de sistema hidroviário de transporte de passageiros, também relacionado ao item seguinte.

### 3.5.2 Acessibilidade, Transporte e Mobilidade

Seguem as orientações do plano referentes ao tema:

- Implementação de um Plano de Mobilidade Urbana incentivando à substituição do carro particular pelo transporte público coletivo e tratando o Centro não apenas como local de passagem, mas como área de estar/permanência;
- Elaboração de Plano de Intervenções para priorização dos investimentos públicos de recuperação/construção de calçadas e passeios em áreas de grande fluxo de pedestres;
- Intensificação de campanha para padronização das calçadas por parte dos proprietários, com base nos conceitos da acessibilidade universal-calçada cidadã;
- Investimento do setor público na questão da acessibilidade aos equipamentos/espços públicos.
- Revisão e ampliação do sistema de estacionamento rotativo para toda área central (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 3-4).

Neste item, a única alternativa apresentada para o problema da falta de vagas para automóveis no Centro, levantada na construção do perfil do Centro, foi a implantação do estacionamento rotativo, apesar de existirem outras possibilidades como a readequação dos edifícios-garagem existentes e a promoção de construção de novos. Não há orientações relacionadas ao acesso aos morros com suas

declividades e dificuldades de acesso apontados no Perfil do Centro. As diretrizes são voltadas basicamente para o acesso de pedestres ou a partir do sistema rodoviário.

### **3.5.3 Infraestrutura**

Quanto a infraestrutura foram levantadas as seguintes instruções:

- Implantação de sistema de Esgotamento Sanitário/Despoluição da Baía de Vitória;
- Manutenção mais constante e modernização do sistema de drenagem da região;
- Implantação/melhoria dos sistemas de comunicação (TV a cabo, internet, cabeamento estruturado, fibra ótica);
- Elaboração de estudos para remanejamento/substituição das redes de energia e comunicações, visando minimizar o impacto das redes de distribuição aéreas na paisagem da região;
- Implantação de um programa de conscientização referente a limpeza urbana e aumento do número de lixeiras na região. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 4)

Os direcionamentos do plano para esse tema seguem cuidadosamente os levantamentos apontados no perfil. Apenas não apareceram indicações para a melhoria no abastecimento de água nas áreas mais elevadas e para a iluminação de edifícios e monumentos históricos, problemas apresentados no Perfil do Centro.

### **3.5.4 Relação Porto-Cidade**

O único critério exposto para esse tema foi o “desenvolvimento de estudos para adaptação de parte das instalações portuárias para novos usos, especialmente o turístico e atividades socioculturais e instalações de embarque e desembarque de passageiros de cruzeiros marítimos” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 4). Apesar do direcionamento do título para a cidade, percebe-se a atenção desprendida ao turismo maior do que para a inserção do porto no cotidiano dos usuários do Centro, isso ajuda a esclarecer a lógica da sociedade atual mais voltada para a espetacularização turística do monumento do que para sua vivência em seu dia-a-dia.

### 3.5.5 Desenvolvimento Econômico

Para o desenvolvimento econômico, o plano elenca os seguintes pontos:

- Elaboração e implementação de um Plano de Dinamização Econômica e Habitacional para a região Central, que respeite e fortaleça suas especificidades;
- Modernização e fortalecimento do comércio do Centro, incluindo o de bairro;
- Planejamento para desenvolvimento do Sítio Histórico como atrativo turístico;
- Fortalecimento das instituições locais e estímulo ao retorno do uso institucional nos três níveis de poder para a região;
- Articulações por parte da municipalidade no sentido de reverter o processo de migração de empresas para outras áreas da cidade e estímulo à instalação de empresas que gerem dinamização econômica e movimentação de pessoas na região;
- Fortalecimento das relações comerciais relacionadas ao porto, incentivando novas atividades e consolidando as existentes;
- Reformulação da política de incentivos fiscais para a região, visando a manutenção e o incremento de atividades/usos compatíveis com a estrutura da região;
- Elaboração de diagnóstico sócio-econômico do comércio informal, com diretrizes para ordenamento do mesmo na região central. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 4-5)

As ações voltadas para o Sítio Histórico tem seus objetivos, segundo os itens apresentados nessa parte, voltados unicamente para se transformar em atrativo turístico. Deve-se dar atenção devida ao fato de o Sítio Histórico ser, na verdade, abrigo de lembranças formadoras da memória coletiva do lugar. Ele deve ser pensado sempre com o objetivo de se inserir no cotidiano dos seus usuários de maneira que não se perca os seus reais sentidos transformando-o em produto turístico.

Além disso, não se levantaram orientações, pelo menos não nessa parte, relacionadas à necessidade de apoio por parte da municipalidade ao comércio local, de fomentação da cooperação entre comerciantes da região, de melhoria das vias de acesso, de diversificação do comércio e melhoria das calçadas, além de resolução de problemas referentes às moradias do Centro através de revitalização da área. Apesar de alguns desses pontos constarem em outros itens do plano, é importante que eles se repitam em alguns casos para facilitar o trabalho de equipes que posteriormente forem concretizar as ações relativas a cada tema específico.



### 3.5.6 Uso e Ocupação do Solo

Quanto ao uso e ocupação do solo, seguem diretrizes do plano:

- Integração entre os macrossetores através da elaboração de planejamento integrado, que minimize a sensação de isolamento entre as regiões mais densamente ocupadas e as de ocupação rarefeita a partir de um projeto de intervenções e proposição de novos usos capitaneado/coordenado pela municipalidade;
- Utilização das áreas desocupadas e subutilizadas como objeto para implementação de Plano de Dinamização Econômica e Habitacional;
- Incremento do uso habitacional principalmente em áreas predominantemente comerciais e institucionais, gerando maior diversidade de usos e vivência urbana em todos os períodos do dia. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 5)

Quanto ao último tópico, é necessário estudar formas de minimizar problemas que podem ser gerados a partir da convivência entre usos diversos. Cada caso deve ser analisado de maneira particular e da forma mais participativa possível. Deve ser examinada a reformulação de áreas de lazer públicas nas áreas exclusivamente residenciais, visto que foi levantada na etapa do Perfil do Centro a sua ausência nesses lugares, e constituir atrativos para aqueles que na época do plano se encontravam nos trechos de uso predominantemente comercial. Não apareceram também direcionamentos para amenizar os problemas inerentes ao entorno dos edifícios históricos, que se encontravam já bastante adensados; aos imóveis desocupados ou subutilizados, os quais, apesar de haver programas da prefeitura voltados para eles, não foram mencionados no plano estruturador, e às fachadas dos imóveis de interesse de preservação, que em grande parte não se encontram em bom estado de conservação, problemas estes apontados no perfil. Não são somente as instruções possíveis ou mais facilmente realizáveis que deveriam ser enumeradas nessa parte do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória, mas todas aquelas levantadas pela população. Mesmo que a municipalidade não tivesse condições de executá-las num primeiro momento, as intenções públicas deveriam ficar expostas para futuras concretizações.

### 3.5.7 Espaços Urbanos e Lazer

As indicações para esse tema estão bem ligadas às questões levantadas no Perfil e são as seguintes:

- Priorização de intervenções em áreas identificadas como sem tratamento urbanístico/paisagístico adequado, a exemplo das praças Getúlio Vargas, Manoel Rosindo, do Índio, Pio XII, João Clímaco, Francisco Teixeira da Cruz e Tancredão;
- Humanização e Requalificação das Avenidas Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel e Mal. Mascarenhas de Moraes (Beira Mar);
- Criação de novas áreas de lazer no Centro, especialmente localizadas próximas as áreas mais residenciais, que atendam em seus programas as diferentes faixas etárias;
- Elaboração/Implantação de um Plano de Arborização Urbana/Paisagismo específico para o Centro;
- Incentivo à criação de espaços para a prática desportiva na região;
- Investimento em projetos de inclusão social através do esporte;
- Criação/Implementação de um Complexo Esportivo Municipal (sugestão: Tancredão). (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 5)

### 3.5.8 Vivência Urbana

As direções expostas no plano seguem abaixo:

- Fortalecimento da integração entre os bairros da região, não somente no aspecto físico, mas na dinâmica econômica e social;
- Implantação de infraestrutura dos morros da área central, especialmente com a criação e a melhoria de áreas de convívio social. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 6)

Quanto ao segundo tópico, além da melhora na infraestrutura, seriam pertinentes ações que integrassem as áreas de morro com todo o território do Centro. Inserindo-as no contexto urbano de forma harmônica, potencializaria-se o sentimento de pertencimento e identificação por parte dos seus habitantes.

### 3.5.9 Importância Histórico-Cultural do Centro

O plano exhibe os seguintes tópicos para ações relacionadas ao seu patrimônio:

- Desenvolvimento de estudos para Tombamento do Sítio Histórico da Cidade Alta;
- Integração física, funcional e visual dos conjuntos arquitetônicos e urbanísticos da parte baixa da área central com a Cidade Alta;
- Elaboração/implementação do Plano de Preservação da Paisagem do Centro de Vitória;
- Investimento em programas de educação patrimonial;
- Fomento à utilização de instrumentos previstos no Estatuto da Cidade e no Plano Diretor Urbano – PDU de Vitória para o incentivo à restauração e reabilitação dos imóveis de interesse histórico;

- Viabilização de um fundo visando a conservação e restauração de imóveis de grande interesse histórico-cultural. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 6)

O terceiro ponto referente ao Plano de Preservação da Paisagem está de acordo com os conceitos de Patrimônio Urbano/Territorial, visto que vislumbra a conservação ampliada dos monumentos e entende o patrimônio a partir de todas as suas dimensões e em seu perímetro de influência cultural.

Apesar de apresentar diretrizes pertinentes e bem relacionadas com o levantamento do Perfil do Centro, nesta etapa não foram elencadas orientações quanto ao controle urbanístico do entorno, da ambiência, dos monumentos e das edificações históricas e quanto à ocupação dos imóveis de interesse de preservação que se encontram desocupados e subutilizados. Esses foram temas abordados no Perfil do Centro, mas não apareceram listadas neste item.

### **3.5.10 Cultura**

As instruções sobre a cultura estão bem relacionadas às questões suscitadas na parte sobre o Perfil do Centro. São elas:

- Implementação de uma Política Cultural para a região e reativação do Conselho Municipal de Cultura;
- Implementação de um “corredor cultural” na avenida Jerônimo Monteiro, incentivando as atividades culturais nos equipamentos existentes como Casa Porto das Artes Plásticas, Mercado da Capixaba, FAFI, MAES, Teatro Carlos Gomes, Teatro Glória, Palácio Anchieta, com calendário de programação integrada;
- Implantação da Biblioteca Pública Municipal na região central;
- Elaboração de um Plano de Incentivo à economia da cultura no Centro de Vitória;
- Implementação de roteiros históricos, culturais e turísticos que valorizem, além dos aspectos físicos, os personagens e manifestações locais;
- Incentivo à criação de grupos populares de teatro, bem como locais para o exercício dessas atividades;
- Elaboração de Calendário permanente de eventos nas áreas públicas do Centro, especialmente praças e escadarias. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 6-7)

### **3.5.11 Questão Social**

Esse tema contou com a seguinte diretriz: “Implementação de uma política de inclusão social integrada, tratando a questão da geração de trabalho e renda com qualificação profissional, espaços de reintegração social e melhoria do ambiente construído” (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 7). Essa é uma orientação geral e a questão social em Vitória precisa de diretrizes mais específicas executadas por equipe técnica especializada de acordo com as demandas levantadas no Perfil do Centro junto à comunidade.

Esse tema também requer atividades que incluam os jovens, visto que grande número se concentra no Centro, para que eles se insiram na dinâmica da cidade e criem identidade com o lugar em que vivem e construam, a partir do conhecimento de si e do seu passado, seu próprio patrimônio a ser conservado ou a ser remodelado para as próximas gerações.

Ações de gênero, tema também abordado na construção do Perfil do Centro com dados referentes à quantidade expressiva de mulheres que assumem a posição de responsáveis pelas finanças da família e ao percentual de moradores em que elas se sobressaem em quantidade, e intervenções voltadas para a melhoria do ensino médio estadual, também apontado como deficitário, não foram mencionados no Plano Estruturador.

### **3.5.12 Educação e Saúde**

Quanto às ações para a educação e a saúde, os direcionamentos do plano são esses:

- Melhoria da qualidade de ensino e criação de atividades extra-curriculares para que as crianças e jovens permaneçam mais tempo na escola;
- Estímulo/incentivo para a instalação de cursos técnico-profissionalizantes e faculdades/ universidades/ centros de ensino superior no Centro;
- Aumento do número de leitos disponíveis e profissionais da área de saúde na região;
- Implementação de horários alternativos (noite) e abertura dos postos de saúde nos finais de semana e feriados;
- Ampliação do atendimento odontológico no Centro;

- Melhoria na estrutura de atendimento ao público, especialmente através de capacitação, qualificação e valorização dos profissionais de saúde que atendem ao público. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 7)

As instruções aqui listadas estão de acordo com as necessidades apresentadas no Perfil do Centro, exceto, no caso do primeiro tópico, a indicação do aumento no número de vagas no ensino infantil, mencionado na etapa anterior e não citado nesse plano.

### **3.5.13 Segurança Pública**

Seguem os critérios estabelecidos para a segurança pública no Centro de Vitória:

- Parceria com os agentes responsáveis pela segurança pública para identificação de áreas de risco e requisitos urbanísticos necessários para diminuição da sensação de insegurança/violência;
- Aumento do policiamento na região, especialmente em áreas com maior índice de criminalidade. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 7-8)

A questão da segurança é relacionada no Plano Estruturador ao policiamento e aos métodos de controle social. Os caminhos para a diminuição das diversas violências nas cidades são aqueles construídos por meio da educação, da redução das desigualdades sociais, da inserção dos socialmente excluídos no processo de urbanização, na elaboração da identificação da população com seu território e com seu patrimônio. Foi constatada na etapa de definição do perfil do Centro a forte identidade dos seus moradores com o lugar. Esse assunto enaltece a relevância do patrimônio em sua plenitude na edificação de um cotidiano feliz e seguro.

A violência é atribuída pela população residente do Centro a indivíduos “de fora”, o que demonstra a relação conflituosa que há entre o “eu” e os “outros” conceituados por Ricoeur (2007, p. 141), o que indica a necessidade de ações ligadas a aproximação entre as pessoas.

### **3.5.14 Imagem do Centro**

A única diretriz apontada para esse tema foi referente à criação de um Plano de Mídia para a região central. Não houve maiores explicações sobre em que consistiria

tal plano. O que se constatou com os estudos desta dissertação foi a indispensabilidade de atividades que frutifiquem o conhecimento do Centro por parte de seus usuários para que a imagem dele não se restrinja aos eixos viários e às áreas comerciais, para que a comunidade identifique-se e perceba o Centro como objeto patrimonial que merece cuidado e ações de conservação e para que sua população compreenda que é também agente dessas ações e corresponsáveis por elas.

### **3.5.15 Diretrizes por Macrossetores de Planejamento**

As proposições foram apresentadas nessa etapa separadas pelos Macrossetores deliberados na elaboração do Perfil do Centro (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 8), observado na figura 37 da página 110 desta dissertação. Abordar cada área com suas especificidades e seus potenciais próprios a partir de um direcionamento genérico/global é oportuno segundo as ideias de Augé(2012, p.44), como analisado no primeiro capítulo. Seguem as diretrizes apresentadas pela equipe e suas respectivas considerações:

- a) Macrossetor de Planejamento 1 – Centro: As intervenções propostas para essa área foram relacionadas a requalificação com ações múltiplas de forma a aproveitar todos os seus potenciais e a preservação do meio ambiente cultural por ser o núcleo formador da cidade. Já foi estudada nesta dissertação a importância da ambiência para a formação e a conservação da identidade da população, mas mais uma vez é dado o enfoque por parte da equipe técnica do plano para o fomento do turismo.
- b) Macrossetores de Planejamento 2 – Área de Transição: As orientações referentes a essa área se relacionam à revitalização e à renovação urbana, ao fortalecimento da tradição local, à melhoria dos espaços urbanos e ao investimento em programas sociais. Ressalta-se que essas áreas são estratégicas para a integração com o restante da cidade e com as áreas de expansão. A promoção de atividades que deem continuidade à dinâmica do Centro e melhorias urbanas auxiliam na realização desse potencial do lugar. A apropriação por parte da população, assinalada na etapa de definição do

perfil do Centro, contribui para a formação da identidade e a construção da memória coletiva.

- c) **Macrossetores de Planejamento 3 – Áreas de Precária Infraestrutura:** As direções apresentadas para essas áreas são basicamente programas sociais, melhoria de infraestrutura e proteção ambiental (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 9). Apesar de não terem sido citadas nessa etapa, ações de utilização dos espaços subutilizados, citados na etapa de levantamento do perfil do Centro, foram e devem continuar sendo realizadas.
- d) **Macrossetor de Planejamento 4 – Área de Expansão:** Revitalização, renascimento, transformação e atração de novos equipamentos públicos são indicações do plano para a região (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 9). Todavia, atitudes tomadas a partir da ideia de que o local não apresenta ou tem pouca vivência urbana podem induzir a erros e gerar ações não condizentes com a realidade. Já existe alguma vivência no local para a qual deve-se atentar e isso é demonstrado nos dados dos levantamentos dos estudos relacionados a esse programa. Além disso, a preservação dos aspectos naturais pontuada como necessária não foi citada neste item.

### **3.5.16 Diretrizes Gerais de Planejamento**

As diretrizes gerais basearam-se nos seguintes critérios:

- Interligar fisicamente os macrossetores de planejamento através de intervenções que promovam unidade do percurso;
- Valorizar o percurso orla, possibilitando a integração entre os macrossetores, especialmente a partir de instalação de ciclovias e valorização do pedestre;
- Integrar o porto com a cidade, objetivando possibilitar/potencializar o contato visual e físico entre ambos, bem como a integração de seus usos e atividades;
- Facilitar o acesso às regiões administrativas 2 e 7 via 2ª Ponte;
- Criar/valorizar os eixos de integração e acessibilidade entre os setores residenciais do entorno e as áreas polarizadoras e de requalificação urbana bem como os principais eixos históricos com seu entorno;
- Direcionar/incentivar a apropriação de novos usos objetivando a continuidade da vitalidade ao longo de todo o Centro, incluindo as áreas de expansão urbana;
- Criar equipamentos polarizadores integrados às áreas do entorno, capazes de promover vitalidade aos espaços;

- Valorizar o potencial histórico e cultural através da melhoria e integração dos equipamentos existentes, requalificação do espaço urbano e potencialização das atividades econômicas e sociais;
- Reestruturar urbanisticamente o Mercado da Vila Rubim e o Sambão do Povo, potencializando os usos principais/caracterizadores e fortalecendo as tradições locais;
- Integrar as áreas aterradas na região entre o Mercado da Vila Rubim e o Cais de Hidroaviões e as áreas consolidadas, através de usos compatíveis e articuladores nas quadras localizadas entre as mesmas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 10)

Essas diretrizes foram sintetizadas através do mapa representado na Figura 39. Essa forma de apresentação facilita a visualização das propostas e a apresentação para a comunidade.

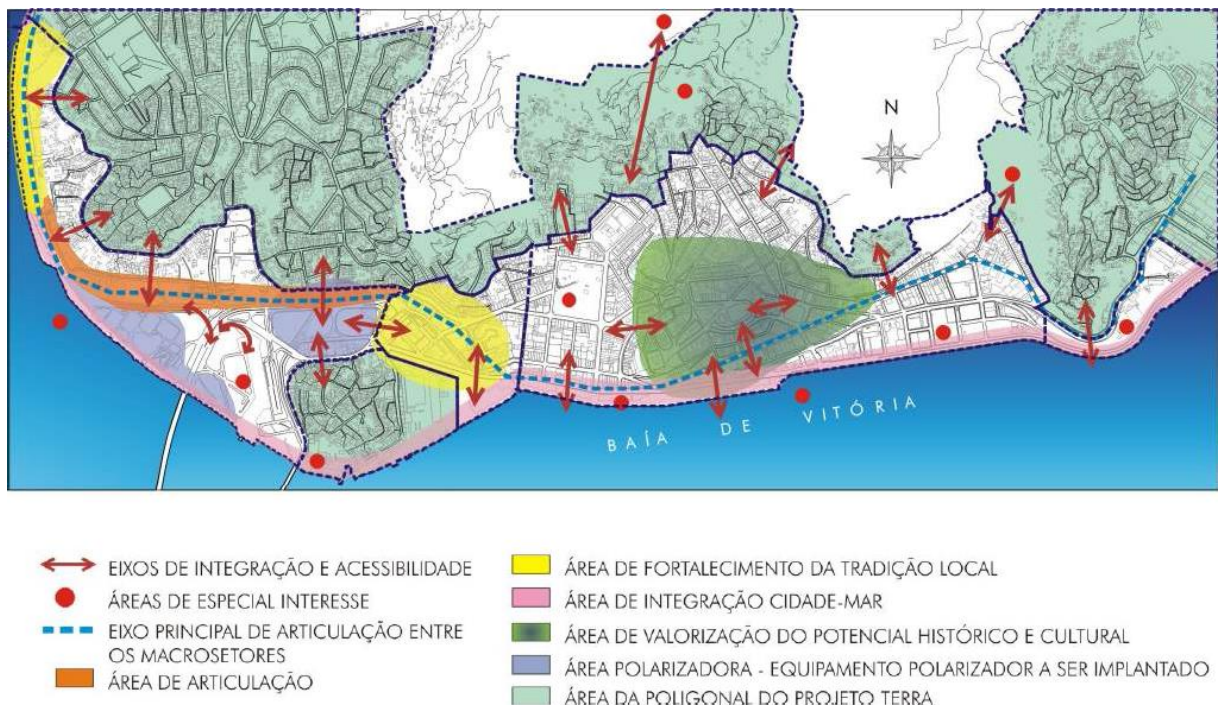


Figura 39: Mapa do Plano Estruturador  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 11)

Os temas apresentados nas instruções gerais se relacionam a questões referentes aos acessos e percursos, à relação porto/cidade, à integração entre as áreas de diferentes dinâmicas urbanas e entre os sítios históricos, à promoção de atividades e de novos usos e à valorização do patrimônio. Essas são vertentes essenciais para a consolidação da identidade local através de sua vivência e da tomada de consciência histórica, além da apropriação da memória coletiva por parte dos seus usuários.



Quanto às orientações apresentadas através do mapa (Figura 39), são objetos passíveis de problematização as áreas de especial interesse, que requerem aprofundamento e discussões junto a comunidade para que não acabem se tornando alvo de interesses de classes dominantes; a área de valorização do potencial histórico e cultural, que aparece demarcado na Cidade Alta, mas que deve abranger as demais áreas da região central em diferentes níveis, visto que toda área apresenta esse potencial; os equipamentos polarizadores representados pelo Sambão do Povo e pelo Mercado da Vila Rubim, visto que só o segundo apresenta grande citação nos procedimentos participativos aplicados no Planejamento Urbano Interativo do Centro; e as ações sociais voltadas para as áreas demarcadas pelas poligonais do Projeto Terra, tendo em vista sua relevância para a inclusão de todos os atores na memória e no patrimônio da cidade.

### 3.6 PLANO DE INTERVENÇÕES URBANAS

A partir dos conceitos e diretrizes obtidos no Plano Estruturador do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória, foi montado um conjunto de direcionamentos para a política de desenvolvimento urbano com definição de programas e ações necessárias a serem implementadas pela municipalidade (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 4), como apresentado na figura 40.

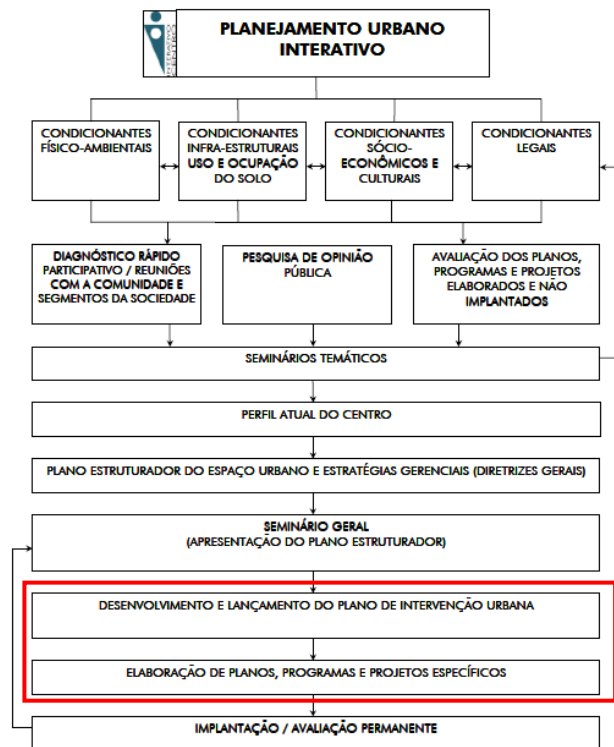


Figura 40: Fluxograma Metodológico do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória – Diagnóstico Rápido Participativo  
Fonte: adaptado de PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006

### 3.6.1 Diretrizes temáticas de projeto

As diretrizes apontadas nesse item são aquelas apresentadas no Planejamento Urbano Interativo para o Centro a serem aplicadas na região de forma geral. As diretrizes específicas serão apontadas posteriormente divididas pelos macrossetores de planejamento.

#### 3.6.1.1 Qualidade da Mobilidade Urbana

Foram previstos nesse estágio o Plano de Mobilidade Urbana, conforme a figura 41, buscando integração com os modais de transporte previstos (ônibus, previsão de veículo leve sobre trilho, reativação de aquaviário), estímulo ao transporte coletivo, áreas exclusivas para pedestres e implantação de ciclovias, a melhoria e ampliação do número de estacionamentos e o Projeto Calçada Cidadã / Acessibilidade Universal (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p.6).

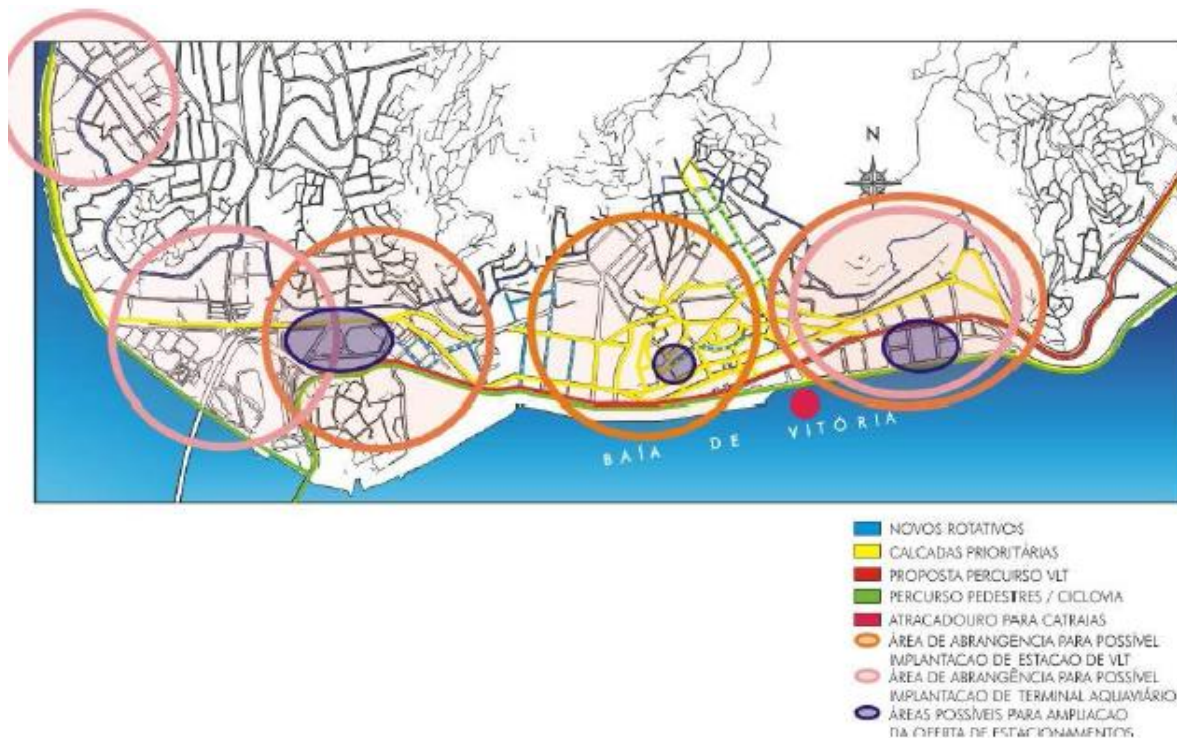


Figura 41: Mapa Mobilidade Urbana  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 6)

A maioria das diretrizes apontadas no mapa são relacionadas a conservação da ambiência de cada micro área inserida no Centro. Já foram abordados nesta

dissertação, no primeiro capítulo, os pensamentos de Rio e Name (2013, p.5) acerca da relevância da ambiência para o patrimônio, visto que este último não se sustenta em seu sentido isoladamente, sem os elementos relacionados a ele e ao seu território. Atenta-se porém para a proposta de implantação do Veículo Leve sobre Trilho (VLT) que surge no Plano de Intervenção, mas que foi pouco mencionado nas reuniões participativas. Não se questiona a relevância ou a qualidade técnica da proposta, mas a transparência do processo de tomada de decisões. Uma alteração como essa na vida urbana de Vitória merece uma discussão maior do que a simples informação a população numa reunião apresentada como seminário. Nesse ponto do programa também não foram citados os edifícios-garagens presentes no Centro e subutilizados, dados estes apontados no Perfil do Centro.

### 3.6.1.2 Dinamização Econômica e Habitacional do Centro

O Plano de Dinamização Econômica e Habitacional inseriu questões relacionadas ao patrimônio arquitetônico e ambiental, à atração de usos institucionais ao Centro, à revisão do Projeto Morar no Centro, aos programas de incentivo ao comércio, ao ordenamento do comércio informal (Figura 42) e à implantação de políticas fiscais.

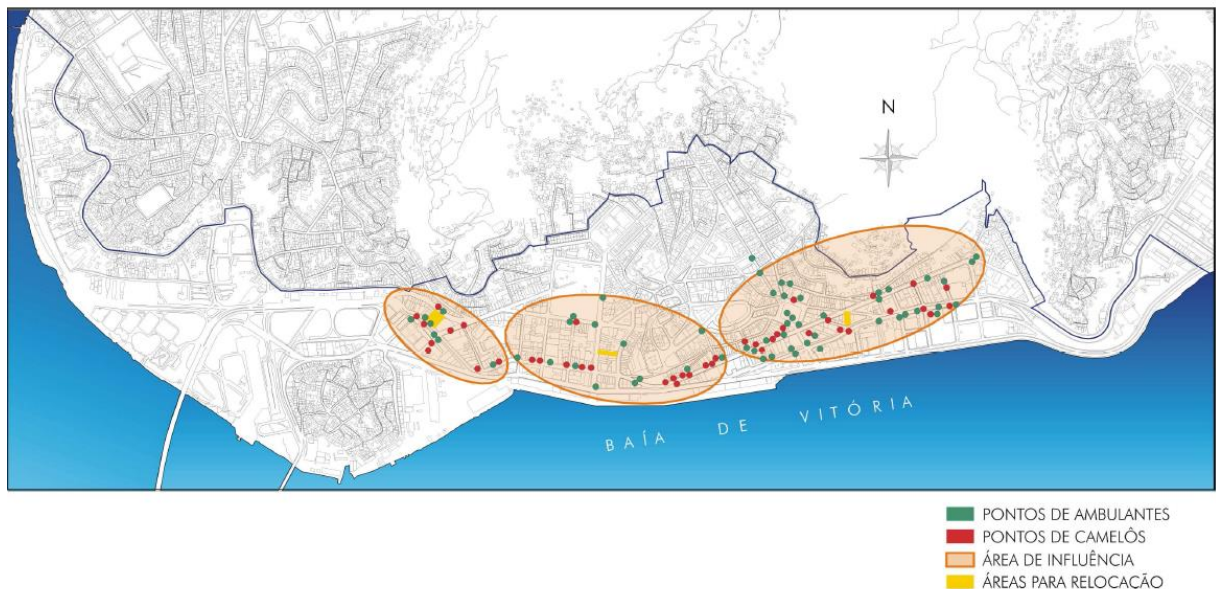


Figura 42: Proposta de Relocação de Ambulantes  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 8)

Quanto às áreas para relocação dos ambulantes, a proposta está dissonante com a manifestação dos mesmos nos diagnósticos preliminares do plano referentes aos indicadores econômicos (ver página 71 desta dissertação), nos quais afirmaram que não desejam ser transferidos para um local fechado como camelódromo. Esse é um desafio a ser deliberado através de discussões ampliadas e consensos extraídos das mesmas.

### 3.6.1.3 Valorização e Preservação da Paisagem e do Meio Ambiente

A partir das observações referentes a esse tema, surgiu o Plano de Preservação da Paisagem, com estudo das visuais nos principais marcos da paisagem do Centro e das possibilidades de desobstrução das mesmas. Além disso, foram elaborados o Programa de Identificação e Valorização de Imóveis de Interesse de Preservação, cujas ações incluem a identificação desses imóveis (Figura 43), e o Programa de despoluição da Baía de Vitória. Ficou clara também, segundo a equipe técnica responsável (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006), a percepção da necessidade de melhoria na integração da área central com os Parques da Fonte Grande e da Gruta da Onça e de atenção para a potencialização da atratividade do Parque Moscoso. O motivo para a indicação específica desse parque em meio aos outros espaços urbanos de lazer não está explícito no material disponível pela prefeitura sobre o plano. É preciso cuidar para que designações de planejamento focadas em conceitos preestabelecidos não impeçam outras possibilidades de atuação.

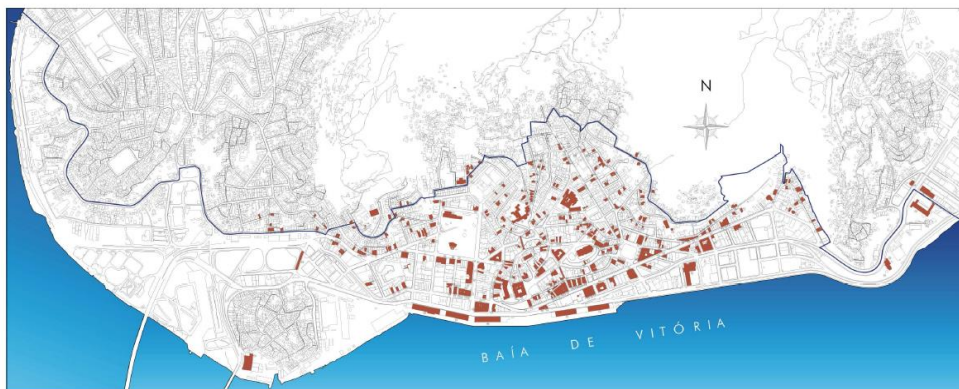


Figura 43: Imóveis de interesse de preservação da região central  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 10)

A figura 43 demonstra a identificação dos imóveis de interesse de preservação no Centro de Vitória e foi retirado do Plano de Intervenções do programa estudado. Essas indicações auxiliam na elaboração de planos e projetos mais certos referentes a conservação do patrimônio e a educação patrimonial.

#### 3.6.1.4 Valorização Turística e Cultural

Com o objetivo de valorizar os aspectos turísticos e culturais foi vislumbrado o Circuito Turístico e alguns desdobramentos (Figura 45), o Projeto Visitar, o Corredor Cultural na Avenida Jerônimo Monteiro (Figura 44), o calendário permanente de eventos no Centro e a criação de um Centro da Memória. Nesse caso, o turismo esteve ligado a fomentação do conhecimento do sítio histórico de Vitória pelos moradores de outros bairros e outras regiões numa tentativa de resgate da memória coletiva (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 11). Essa forma de abordagem do patrimônio impede a mercantilização do mesmo apontada por Giovannoni (2006, p. 224) e que o transforma em objeto isolado em sua materialidade. A “memória compartilhada” (RICOEUR, 2007, p. 140), num dividir de experiências do si e do outro, gera relações de cooperação e fortalece a construção patrimonial.



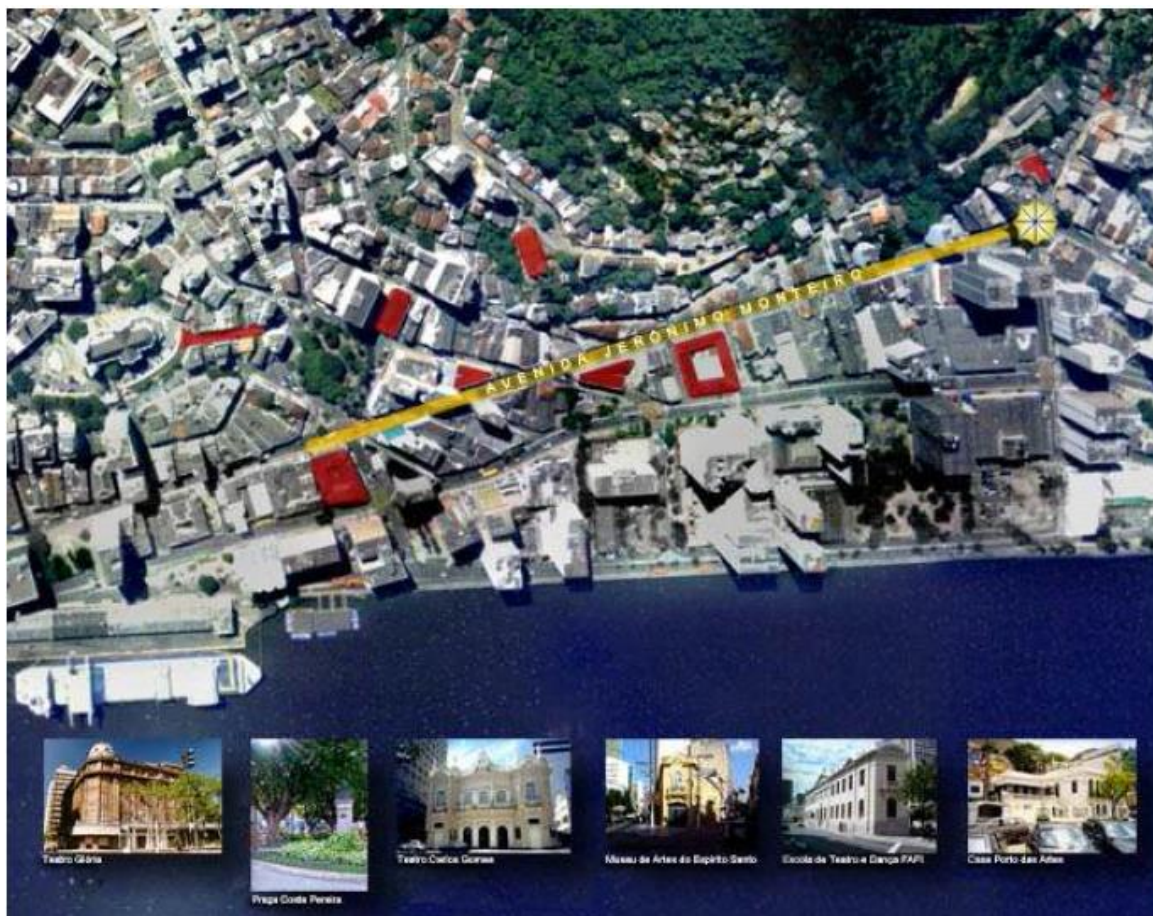


Figura 44: Corredor Cultural da Avenida Jerônimo Monteiro  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 11)

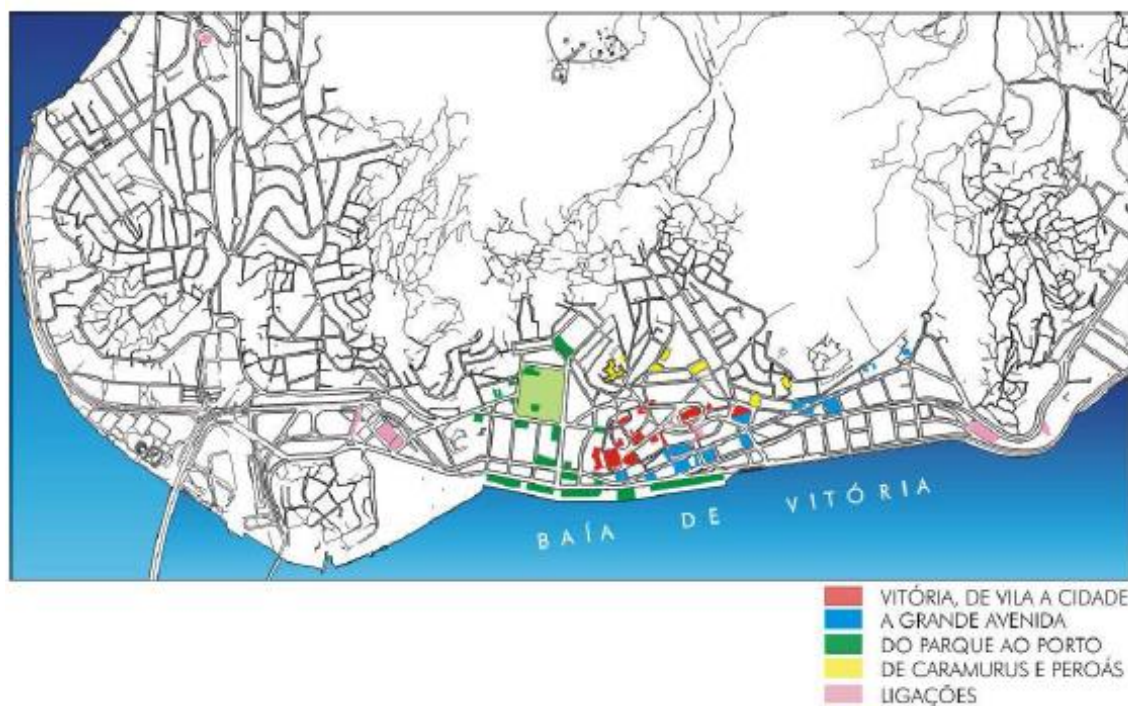


Figura 45: Proposta de Circuito Turístico  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p.12)

### 3.6.1.5 Educação Patrimonial

Objetivando ampliar o conhecimento histórico do Centro de Vitória por parte de seus usuários, foi proposto o lançamento e divulgação de quatro roteiros históricos (Figura 46), o lançamento da cartilha “O Centro nas Escolas” com a história dos roteiros em quadrinhos e a instalação de totens com informações espalhados pela cidade.



Figura 46: Capas dos Roteiros Históricos Desenvolvidos  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 13)

Como ressaltado por Augé (2012, p. 99-100), a educação traz a oportunidade de se conhecer uma realidade estando livre da consciência consumista e impede que o futuro seja construído de forma desigual para alguns. A educação patrimonial contribui para a definição de um patrimônio igualitário que acolhe seus usuários detentores de suas próprias memórias formadas conscientemente e vividas de maneira completa.

### 3.6.1.6 Programa de Ação Social Integrada e Segurança Pública do Centro

A segurança pública nessa etapa aparece relacionada à ação social, diferente do plano estruturador, que remetia as soluções referentes a esse tema ao policiamento e aos sistemas de monitoramento. Nessa etapa, foi proposta a criação de grupo de estudo e de trabalho para abordagem do tema. Interessante seria se as diretrizes tivessem sido detalhadas aproveitando-se do impulso da construção do



Planejamento Urbano Interativo e que o trabalho desse grupo continuasse com procedimentos participativos.

### 3.6.1.7 Plano de Mídia

O Plano de Mídia proposto consistia, segundo os responsáveis pelo plano (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006), na criação de campanha específica sobre a Imagem do Centro. A criação de uma mídia com esse formato vai de encontro com os meios de comunicação atuais que, segundo Augé (2012, p.35), vendem uma ideia de mundo uniforme onde não há peculiaridades e apenas os espetáculos mudam. O autor denomina o sistema fabricado através do enaltecimento da imagem de “hiper-real”, pois ele faz confundir o real e a ficção e delega um lugar secundário à cultura.

### 3.6.2 Diretrizes Urbanísticas para Intervenções – Macrossetores de Planejamento

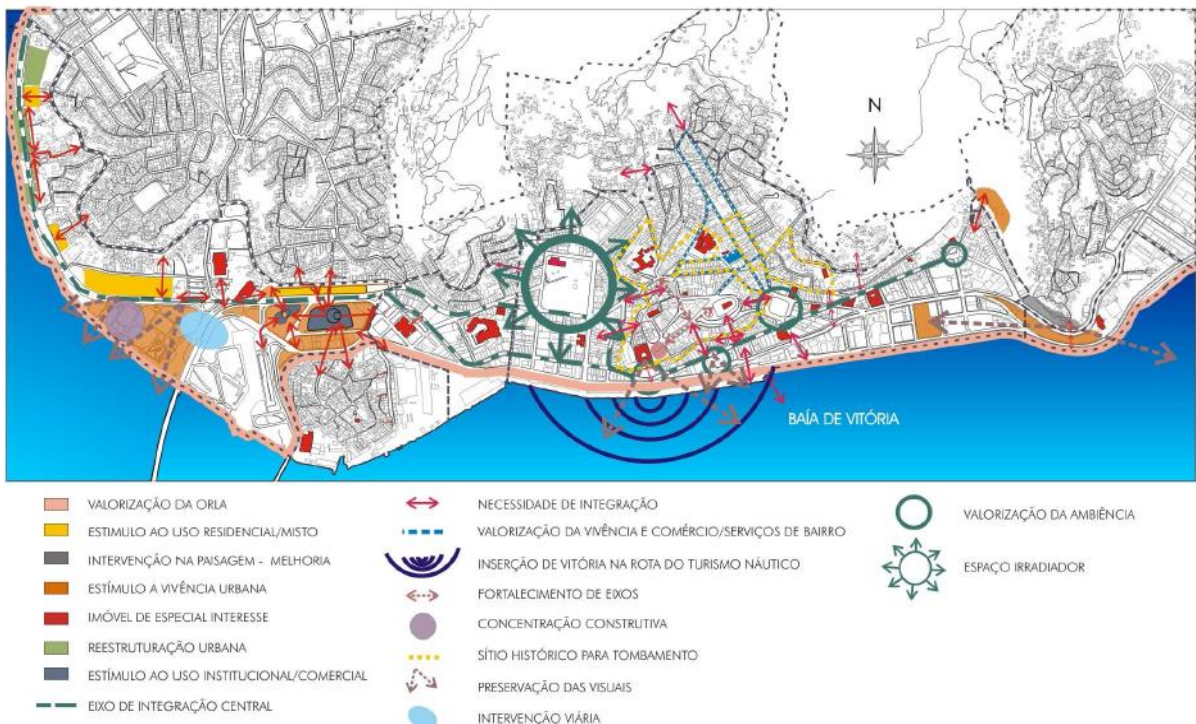


Figura 47: Mapa das Diretrizes Urbanísticas – Macrossetores de Planejamento  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, p. 17)



A figura 47 apresenta todas as diretrizes de intervenção elaboradas para a região central, lembrando que esses mapas foram apresentados a população em seminários organizados pela prefeitura do município. As considerações sobre as diretrizes foram realizadas neste trabalho ao final da apresentação das diretrizes específicas de todos os macrossetores.

### 3.6.2.1 Macrossetor 01 – Centro

As instruções desenhadas para este macrossetor foram ampliadas no mapa da figura 48.



Figura 48: Diretrizes Urbanísticas do Macrossetor 1  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 18)

#### a) Sítio Histórico

- Integrar as partes alta e baixa da região do sítio histórico, através da melhoria de acessibilidade entre ambas;
- Requalificar urbanisticamente o tecido intermediário entre o setor comercial metropolitano e o residencial – ruas Sete de Setembro, Graciano Neves, Professor Baltazar, Coronel Monjardim, Coutinho Mascarenhas, Gama Rosa

- e Treze de Maio - objetivando fortalecer/dinamizar o comércio e os serviços existentes, atrair novos investimentos e potencializar a vivência local;
- Resgatar a ambiência do antigo Largo do Colégio São Tiago (Palácio Anchieta)- atual Praça João Clímaco – valorizando o eixo entre o Palácio Anchieta e a Catedral (Rua Pedro Palácios), por sua importância histórico-cultural;
- Criar o Centro de Memória de Vitória no Casarão Cerqueira Lima;
- Incentivar a manutenção do uso residencial/ misto e institucional. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 14)

#### b) Esplanada da Capixaba / Parque Moscoso

- Requalificar áreas urbanas com o objetivo de estimular a permanência, especialmente nas grandes avenidas: Jerônimo Monteiro, Princesa Isabel, Marechal Mascarenhas de Moraes e Getúlio Vargas, Elias Miguel, República, rua General Osório, Cleto Nunes, Marcos de Azevedo, Pedro Nolasco e Duarte Lemos; enfatizando a continuidade de percurso ao longo de toda a área de estudo;
- Requalificar a praça Getúlio Vargas, objetivando a sua apropriação pela população local, a partir da dinamização para o lazer e vivência urbana;
- Potencializar a estrutura cultural existente ao longo da avenida Jerônimo Monteiro, através de percurso seguro e confortável (integração entre Casa Porto das Artes Plásticas, Mercado da Capixaba, na FAFI, Museu de Artes do Espírito Santo, Teatro Carlos Gomes e negociações para inserção dos antigos Castelinho e Cine teatro Glória nesse circuito cultural);
- Manter a ambiência dos conjuntos históricos/ arquitetônicos remanescentes nas regiões das avenidas Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos, Praça Costa Pereira, Praça Oito de Setembro, Parque Moscoso e entornos;
- Resgatar a relação visual entre a Praça Oito e a Baía de Vitória, bem como manter a relação visual entre o primitivo núcleo citadino (atual Palácio Anchieta) e a área do antigo Cais dos Padres (atual Porto de Vitória);
- Inserir a cidade de Vitória no roteiro de cruzeiros marítimos nacionais e internacionais (embarque e desembarque de passageiros);
- Valorizar o percurso orla, com inserção de ciclovias e passeios acessíveis e confortáveis ao pedestre, além da criação de pontos de apoio para a atividade de pesca e lazer;
- Criar estruturas adequadas na Baía de Vitória para embarque e desembarque de passageiros de pequenas embarcações (tradição Catraieiros), valorizando a integração da área central com o Parque Ecológico do Penedo;
- Melhorar a integração física – acessos entre as partes alta e baixa;
- Integrar o Parque Estadual da Fonte Grande e a Gruta da Onça na dinâmica social da área;
- Incentivar a manutenção e disseminação da qualidade urbana do Parque Moscoso. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 14 -15)

#### 3.6.2.2 Macrossetor de Planejamento 2.1 – Entrada Leste

Seguem as indicações para esse macrossetor de acordo com o explicitado na figura 49:

- Estimular vivência urbana na região, através da integração entre os Morros da Capixaba/Forte São João e a região da Curva do Saldanha;

- Tirar partido do potencial paisagístico e imageabilidade local através de projetos de requalificação que visem, especialmente, estimular/propiciar o lazer contemplativo;
- Requalificar a Praça do Índio objetivando a apropriação, pela população local, a partir de sua dinamização para o lazer e vivência de bairro, explorando o potencial esportivo como atrativo para o espaço (regatas);
- Reabilitar o edifício da antiga sede do Saldanha da Gama para uso público/institucional (futura sede da Secretaria Municipal de Esportes). (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 19)



Figura 49: Mapa de Diretrizes Urbanas – Macrossetor 2.1  
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 19)

### 3.6.2.3 Macrossetor de Planejamento 2.2 – Vila Rubim

A seguir, enumeram-se as diretrizes apresentadas para essa área (Figura 50):

- Implementar a segunda etapa de requalificação dos galpões da Vila Rubim;
- Reestruturar o sistema viário da região, visando melhorias no fluxo de veículos e pedestres proporcionando travessias seguras e confortáveis e incentivar o fluxo interno de pedestres;
- Revisar o sistema de carga e descarga do Mercado da Vila Rubim;
- Requalificação das Praças Manoel Rosindo, do Palmito e do Aviário;
- Melhorar/recuperar acessos à Santa Casa de Misericórdia, com recuperação da escadaria histórica;
- Reordenar o comércio informal de feirantes, objetivando melhoria nas condições de salubridade e atendimento, muitos sendo incorporados na reurbanização da Praça Manoel Rosindo. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, p. 20)

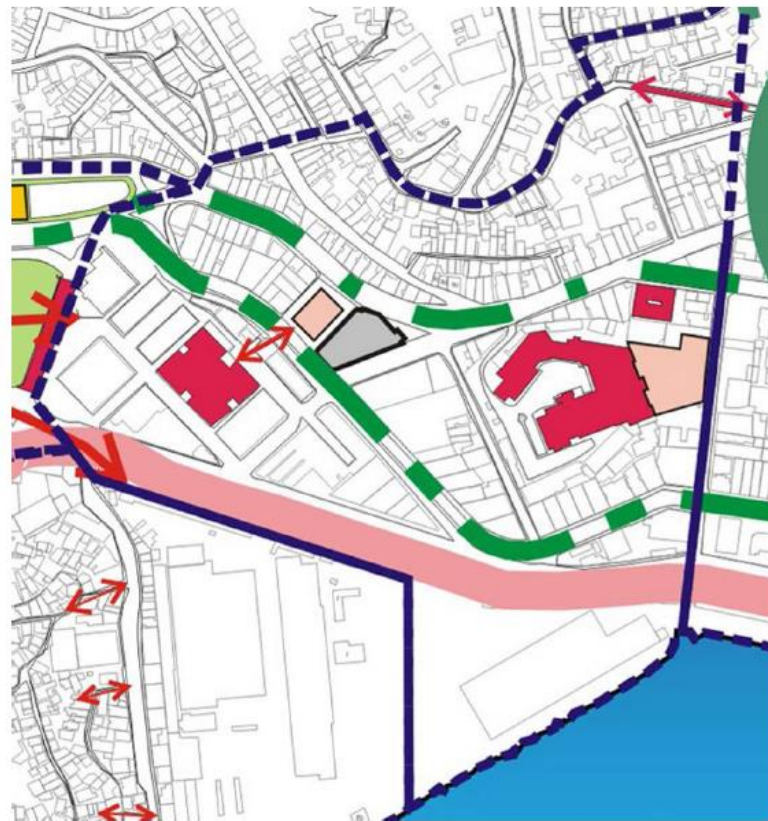


Figura 50: Diretrizes Urbanísticas – Macrossetor 2.2  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 20)

### 3.6.2.4 Macrossetor de Planejamento 3 – Áreas de Expansão

O mapa da figura 51 mostra as diretrizes que são descritas da seguinte forma:

- a) Vazios da Vila Rubim:
- Integrar fisicamente a área dos vazios da Vila Rubim e seu entorno imediato (Rodoviária, Tancredão, Ilha do Príncipe e galpões da Vila Rubim), visando criar percursos seguros e acessíveis entre os mesmos;
  - Reparcelar a quadra localizada entre as avenidas Duarte Lemos e Nair Azevedo Silva com a abertura de novas ligações viárias, buscando minimizar a característica de barreira que estas quadras possuem no contexto região, estimulando o uso residencial/misto, a fim de proporcionar um incremento na vivência urbana local;
  - Implementar/estimular a instalação de equipamentos institucionais de médio e grande portes para atender a demandas regionais/metropolitanas (como por exemplo Biblioteca Pública Municipal e Casa do Cidadão) enquanto elementos polarizadores da área, visando incentivar a apropriação do espaço e estimulando investimentos particulares na região;
  - Incentivar usos e funções diversificadas, porém compatíveis, buscando a dinamização econômica e social da região e sua maior utilização em diferentes horários e dias da semana;
  - Identificar o perímetro de proteção para preservação das visuais da Ponte Seca;
  - Restaurar a Ponte Seca.



b) Tancredão/ Sambão do Povo:

- Integrar toda a área aterrada ao bairros consolidados do entorno:
  - Melhorar a Mobilidade Urbana do local, especialmente da avenida Dário Lourenço de Souza;
  - Incentivo ao uso habitacional nas grandes áreas desocupadas, visando levar vivência para a região (localizada na franja do Parque Tancredão e Sambódromo);
  - Reparcelar as grandes quadras com a abertura de novas ligações viárias, buscando minimizar a característica de barreira que estas quadras possuem no contexto da região.
- Requalificar a área do Parque Tancredo de Almeida Neves, a partir da inserção de novos usos que propiciem vivência urbana (relacionados à atividade esportiva/lazer – Centro Municipal de Esportes).
- Fortalecer os usos tradicionais referentes ao carnaval, através da reestruturação de seus espaços urbanos e arquitetônicos:
  - Criar área de dispersão para as Escolas de Samba;
  - Criar/melhorar a infra-estrutura de apoio ao carnaval, inclusive bares/lanchonetes;
  - Reestruturar os camarotes e arquibancadas, de modo a propiciar o aumento do número de vagas e melhoria dos acessos e da logística do uso carnavalesco;
  - Criação de áreas de vivência e passeio à beira mar em toda a área, especialmente no fundo das atuais arquibancadas. (PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA, 2006, 21-22)



Figura 51: Mapa de Diretrizes Urbanísticas – Macrossetor 3  
 Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 22)

### 3.6.2.5 Macrossetor de Planejamento 4 – Área de Precária Infraestrutura

Essa área não apareceu no Plano de Intervenções Urbanas apresentado através de mídia disponibilizada pela Prefeitura Municipal de Vitória, área esta que mais necessita de ações sociais e de melhoria da qualidade urbana. Segue abaixo o mapa resumo de todas as intervenções propostas (Figura 52) e os projetos realizados ou em andamento na época do Planejamento Urbano Interativo (Figura 53).

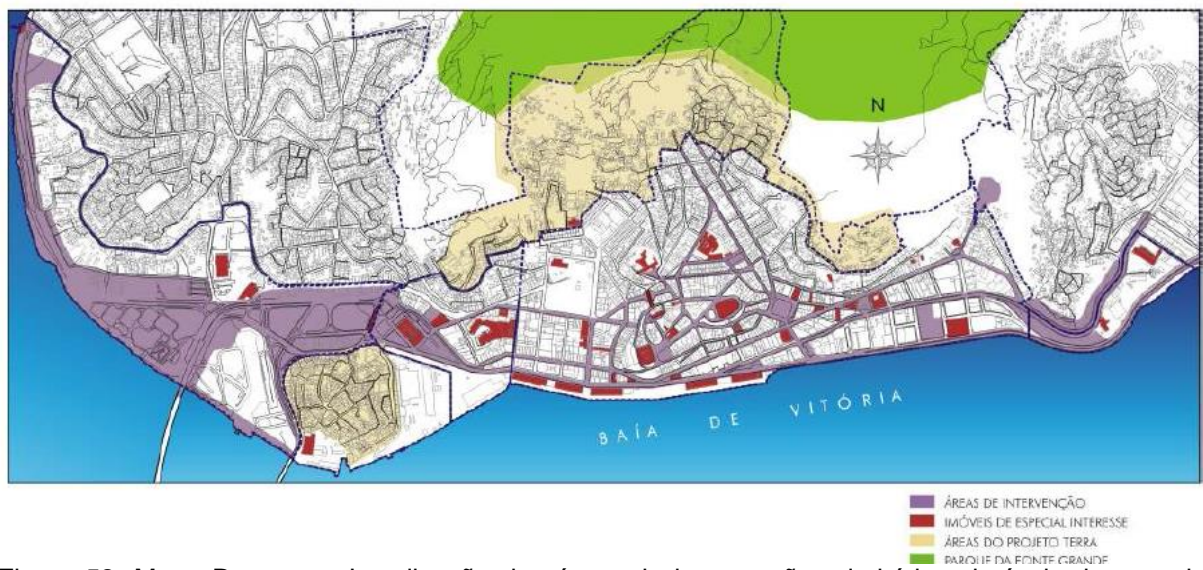


Figura 52: Mapa Resumo – Localização das áreas de intervenção prioritária e imóveis de especial interesse.

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 23)



Figura 53: Projetos realizados e em andamento na época do programa da prefeitura.

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória (2006, p. 23)

As instruções apresentadas se referem em resumo à integração tanto física quanto visual entre áreas que apresentam alguma descontinuidade de ambiências; ao resgate de espaços urbanos que contribuem para a estruturação da memória coletiva de Vitória; à melhorias no sistema viário e no fluxo de automóveis na região; ao aperfeiçoamento nos diversos percursos, principalmente o de pedestres, conferindo tranquilidade e conforto aos transeuntes; à valorização e à preservação da imagem do Centro em todo o seu potencial paisagístico; ao incentivo e à manutenção das instalações de instituições públicas e privadas no Centro de Vitória; e ao melhoramento das instalações referentes ao samba e ao carnaval em Vitória.

Tais orientações gerais estão em conformidade com os levantamentos apresentados nos diagnósticos do Planejamento Urbano Interativo. Todavia, algumas dúvidas relacionadas à metodologia de construção dessas diretrizes surgem ao se reportar para as diretivas mais específicas de intervenções urbanas mostradas nesta fase do plano. Seria interessante sempre expor a ligação das decisões tomadas com os diagnósticos nos quais se embasaram para haver uma maior transparência referente aos processos e ainda para facilitar futuras avaliações e alterações dos procedimentos.

Um exemplar do exposto acima é a instrução de inserção de Vitória no roteiro de cruzeiros marítimos nacionais (ver p. 133) que deveria conter explicações sobre o processo que levou a essa decisão, visto que poucos usuários locais se referiram a esse assunto nas reuniões participativas. É preciso finalmente lembrar que o processo participativo não deve cessar com a conclusão dos planos como o estudado nesta dissertação. Cada procedimento de intervenção posterior ao Planejamento Urbano Interativo deve buscar o maior nível de participação popular possível, visto que as diretrizes apresentadas aqui são de caráter geral e apresentadas a população num seminário, mas constituídas a priori por um corpo técnico.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória, programa realizado em 2006 pela Prefeitura Municipal de Vitória, consistiu em uma iniciativa pioneira em Vitória relacionada ao conhecimento dos condicionantes do lugar estudado através de uma experiência participativa. Apesar de alguns problemas apontados nesta dissertação, comuns das primeiras práticas, ele demonstra o desejo de técnicos, municipalidade e demais responsáveis pelo plano por um planejamento integrado e efetivo na solução de problemas da região central de Vitória, além da vontade de exaltar as potencialidades do lugar. As ações referentes a ele e as diretrizes apresentadas, porém, devem ser continuados através da efetivação das propostas para que o processo obtenha credibilidade crescente perante a população e, conseqüentemente, maiores níveis de participação e contribuições por parte dos agentes e atores do Centro.

Os profissionais responsáveis pelo patrimônio em Vitória precisam buscar o sentido do tempo para salvaguardar o presente, para que se viva verdadeiramente o tempo. Para isso, há a necessidade de uma consciência histórica por parte dos seus usuários. A experiência do plano estudado nesta dissertação é uma importante iniciativa que vislumbra essa tomada de consciência por parte da população e órgãos municipais de que Vitória é produto de uma história, contrário aos princípios de naturalidade pregados pelo capitalismo, de que o lugar é regido pela lógica do consumo. A educação patrimonial subsidia a população na desmistificação das ilusões e no reconhecimento da cidade como local peculiar e pertencente às suas próprias culturas e dinâmicas. Daí surge a necessidade da preservação dos “lugares de memória” trazidos a discussão por Augé (2012, p. 79), pois são eles os responsáveis por guardar e transmitir a história do lugar e é nele que se pode, por parte do usuário, sentir inserido e assim se identificar. São eles que sustentam a relação do indivíduo com o tempo e com o espaço, mas isso só pode ocorrer se tais indivíduos tiverem consciência de sua memória individual e das memórias coletivas.

Ações de inclusão da comunidade nos processos de planejamento, como o que foi realizado em Vitória, já iniciam o processo que é o objetivo desse tipo de planejamento: a construções de uma “memória compartilhada”, conceituada por Ricoeur (2007, p.) como um plano intermediário entre a memória individual e a



memória coletiva. Essa é a memória solidária que une as pessoas e as faz participar efetivamente do lugar em que vivem. Não apenas moram, mas podem experimentar todo o potencial que o lugar tem para oferecer. Podem, a partir daí transmitir o seu passado através da experiência e não apenas acumulá-lo em uma valorização da coisa a ser transmitida em detrimento da própria experiência da transmissão, como adverte Agamben (2012, p. 173 – 174).

A tarefa de preservar o patrimônio em toda a sua dimensão - o território construído, a paisagem, a cultura, os ritos, os processos de elaboração de atividades -, cria-se a partir da consciência e da memória de si e recria esse desdobrar-se sobre si do indivíduo. Assim como Aldo Rossi (1995, p. 3-4), defendemos a construção da cidade pautada no conhecimento dos fatos urbanos que induzem a ações mais acertadas voltadas para a vida cotidiana. Os monumentos urbanos devem ser conservados em sua totalidade, respeitando-se a sua dinâmica de transformação, pois estes simbolizam a permanência no presente baseado no passado transmitidos através das experiências com a tradição e dos ritos. Para que seja possível conhecer a vida cotidiana, o patrimônio em sua totalidade e a dinâmica de transformação em Vitória e principalmente em sua região central, programas como o Planejamento Urbano Interativo devem estar sempre em pauta nas políticas urbanas e, mais do que isso, devem apresentar continuidade constante.

O patrimônio de Vitória deve ser continuamente constituído considerando as tradições ali estabelecidas, mas sem se tornar uma reprodução do passado numa rememoração fechada a novas possibilidades. Os hábitos e princípios herdados precisam ser apreciados nos processos de mudança e de preservação do patrimônio para que este se relacione com a identidade do lugar, mas o patrimônio também surge como algo que se renova constantemente pautado na evolução do passado e na construção de identidade. Por isso, procedimentos que levem os usuários a um conhecer-se e a apreensão da memória coletiva se tornam tão importantes no planejamento das cidades.

A relevância desta dissertação para o meio acadêmico e civil está no fato de trazer a evolução histórica de Vitória e as discussões referentes ao plano estudado, a análise de seus procedimentos participativos e o desenvolvimento de seus processos. Os resultados apresentados no capítulo 3 são subsídios pertinentes para futuras ações

referentes ao planejamento participativo da região central a partir das experiências do programa, sendo alterados segundo sinalizações desta dissertação e conforme especificidades encontradas em cada caso. Vale ressaltar que este trabalho esteve direcionado a investigação dos processos do Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória, principalmente na relação entre suas etapas. Ele não se ateve às lacunas do plano e aos frutos nascidos a partir dele. Tais estudos podem apresentar-se como sugestões para objetos de pesquisas posteriores a esta dissertação.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, S.; CITTADIN, A.P. Paisagem e patrimônio natural: uma abordagem territorial a partir da legislação. In: 4º Congresso Luso-brasileiro para o planejamento urbano, regional, integrado, sustentável. PLURIS 2010. Faro, Portugal. **Anais ...** Faro, 2010. Disponível em: <[http://pluris2010.civil.uminho.pt/congresso\\_actas\\_Tit.html](http://pluris2010.civil.uminho.pt/congresso_actas_Tit.html)> Acesso em: 28 maio 2012.

AGAMBEN, Giorgio. **O homem sem conteúdo**. Tradução, notas e posfácio de Claudio Oliveira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012 (Coleção Filô/Agamben).

AGOSTINHO, Santo. **Confissões**. Texto bilingüe: latim – português, tr. de Arnaldo do Espírito Santo, João Bento, Maria Cristina de Castro e Maria de Souza Pimental. Lisboa, 2000.

ALMEIDA, Renata Hermany de; CAMPOS, Martha Machado; FREITAS, José Francisco Bernardino. Projeto centro.com.vitória. Vitória: Edufes. 2002.

ANJOS, Eryl Euzébio. Levantamento e análise de indicadores do Centro de Vitória. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

ARANTES, Otília B. Fiori. **Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica**. São Paulo: Edusp. 1998.

ARAUJO, Leonor Franco de. Análise histórica da evolução urbana do Centro de Vitória. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

ASCHER, François. **Os novos princípios do urbanismo**. São Paulo: Romano Guerra Editora. 2010.

AUGÉ, Marc. **Não Lugares**. São Paulo: Papirus. 2007.

AUGÉ, Marc. **Para onde foi o futuro?** São Paulo: Papirus. 2012.

AZEVEDO, Ivo Matos Jr. 2013. Do monumento ao documento: Valores e lacunas do conjunto paisagístico de Cabo Frio/RJ. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 15., 2013, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR, 2013. CD, ST8-181.

BARRETO, Marlice Nazareth Soares de. 2013. Rio de Janeiro como Paisagem Cultural da Humanidade: A apropriação de um conceito. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 15., 2013, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR, 2013. CD, ST8-420.

BOURDIEU, Pierre. **Meditações Pascalianas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2007.

\_\_\_\_\_. A opinião pública não existe. **Les tempes modernes**, 1973. Disponível em: <[http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod\\_resource/content/1/A\\_Opini%C3%A3o\\_P%C3%BAblica\\_N%C3%A3o\\_Exist\\_e\\_%28Pierre\\_Bourdieu%29.pdf](http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/50619/mod_resource/content/1/A_Opini%C3%A3o_P%C3%BAblica_N%C3%A3o_Exist_e_%28Pierre_Bourdieu%29.pdf)> , Acesso em: 05 maio 2014.

BRISKIEVICZ, Michele; SAQUET. Marco Aurélio. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2009. Disponível em: <[agbpb.dominiotemporario.com/doc/CPG31A-3.pdf](http://agbpb.dominiotemporario.com/doc/CPG31A-3.pdf)> Acesso em: 29 maio 2012.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume. 2009.

CERTEAU, Michel de. **História e psicanálise**: entre ciência e ficção. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Editora da UNESP: São Paulo, 2006.

\_\_\_\_\_. **As questões do patrimônio**. Porto Editora: Lisboa, 2011.

COTA, Daniela Abritta; SILVA Cecília Miranda. 2013. A contribuição da Política Urbana na Salvaguarda do Patrimônio Cultural em São João del Rei, MG: Avanços e entraves. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 15., 2013, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR, 2013. CD, ST8-251.

CP2 PESQUISAS. Pesquisa de Opinião: Planejamento Urbano Interativo do Centro de Vitória. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

DURKHEIM, Émile. **O suicídio**: estudo de sociologia. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GIOVANNONI, Gustavo. Velhas cidades e nova construção urbana. In: KÜHL, Beatriz Mugayar (Org.). **Gustavo Giovannoni**: textos escolhidos. São Paulo: Ateliê Editora. 2013.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade**: A rede “gaúcha” no nordeste. RJ: EDUFF, 1997.

KLUG, Leticia Beccalli. **Vitória**: Sítio físico e paisagem. Vitória: Edufes. 2009.

KROHLING, Leliane. Levantamento e análise de indicadores da economia urbana do Centro de Vitória. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

LACAZE, Jean Paul. **Os métodos do urbanismo**. São Paulo: Papyrus Editora. 1993.

LIMA, Jorge dos Santos. Comentário sobre a *coisa* de Heidegger. **Revista Interdisciplinar de Filosofia e Educação**, Rio Grande do Norte, v. 1, n. 4, p. 96 – 102, jun 2010. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/saberes/Numero4/Artigos%20em%20Filosofia-Filosofia/Jorge%20dos%20Santos%20Lima,%20Comentarios%20sobre%20A%20Coisa%20de%20Heidegger,%20p.%2096-102.pdf>> , Acesso em: 05 maio 2014.

MALAVSKI, Paula Dadnone. **O patrimônio, o espaço e o cotidiano**: uma contribuição da geografia para a problemática do patrimônio cultural. Disponível em: < [www.eng2012.org.br/trabalhos-completos?...o-patrimonio-o-espaco-...](http://www.eng2012.org.br/trabalhos-completos?...o-patrimonio-o-espaco-...)> Acesso em: 21 ago.2012.

MELLO, Flávia Moura. Espaço urbano no Centro de Vitória: pontos de vista criados pela transformação técnica do espaço. 2002. Projeto de Pesquisa – Programa de Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2002.

MENDONÇA, Eneida M. S.; BERNARDINO, José Francisco; CAMPOS, Martha Machado; PRADO, Michele Monteiro; ALMEIDA, Renata Hermany de. **Cidade prospectiva**: o projeto de Saturnino de Brito para Vitória. Edufes: Vitória, 2009.

MONNET, Jérôme. O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 220-228, 1996.

MONTEIRO, Peter Ribon. **Vitória**: cidade presépio; os vazios visíveis da capital capixaba. São Paulo: Annablume; Vitória: Facitec, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Análise da Acessibilidade, Circulação e Transporte Urbano. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

\_\_\_\_\_. Análise da Legislação Vigente. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

\_\_\_\_\_. Análise de Infraestrutura Instalada. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

\_\_\_\_\_. Análise Físico Espacial. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

\_\_\_\_\_. Diagnóstico Rápido Participativo. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

\_\_\_\_\_. Perfil Atual do Centro. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

\_\_\_\_\_. Plano Estruturador. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

\_\_\_\_\_. Plano de Intervenções Urbanas. In: PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. SEDEC/ GPU/ CRU. **Dados do Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. CD RW.

\_\_\_\_\_. **Planejamento Interativo do Centro de Vitória**. Vitória, 2006. Cartilha.

QUEIROZ, Francisco; PORTELA, Ana Margarida. **Conservação urbana e territorial integrada: Reflexões sobre salvaguarda, reabilitação e gestão de centros históricos em Portugal**. Lisboa: Livros Horizonte. 2009.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Tradução: Alain François. São Paulo: Editora da Unicamp. 2007.

RIO, Gisela Aquino Pires do; NAME, Leo. 2013. O Novo Plano Diretor do Rio de Janeiro e a Reinvenção da Paisagem como Patrimônio. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 15., 2013, Recife. **Anais...** Recife: ANPUR, 2013. CD, ST8-447.

RODRIGUES, Marly. De quem é o patrimônio: um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 24, p. 195-204, 1996.

ROSSI, Aldo. **A arquitetura da cidade**. São Paulo: Martins Fontes. 1995.

SALVALAIO, Renata Cerqueira do Nascimento. Política oficial de preservação em Vitória: análise de uma trajetória. 1900 – 2000. 2008. Dissertação (Mestrado em Artes) - Programa de Pós-Graduação em Artes, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

SITTE, Camillo. **A construção das cidades segundo seus princípios artísticos**. São Paulo: Editora Ática S.A. 1992.

SONKOLY, Gábor. The heritage-city: a new paradigm of heritage protection. In: ENANPUR, 15, 2013, Recife (PE). **Conferência...** Recife: ANPUR, 2013.

VAZ, Murad Jorge; PEREIRA, Élson Manoel. Imagens urbanas: diretrizes de planejamento e desenho urbano baseadas na leitura popular de espaços públicos. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 2, n. 1, p. 29-42, jan./jun. 2010. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193114459003>> Acesso em: 19 ago 2013.

WALDETÁRIO, Kamila Zamborlini. Diretrizes para aplicação dos conceitos de sustentabilidade na reabilitação de edifícios em centros urbanos para fins de habitação popular: análise do Programa Morar no Centro – Vitória (ES). 2009. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2009.